



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Mariana Filipa da Costa Solheiro

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO AO  
DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO  
TERRITÓRIO**

**Relatório de Estágio apresentado à Faculdade de Direito da  
Universidade de Coimbra, no âmbito do 2º Ciclo de Estudos em  
Administração Público-Privada, orientado pela Senhora Professora  
Doutora Fernanda Paula Oliveira**

Outubro de 2021



FACULDADE DE DIREITO  
UNIVERSIDADE DE  
**COIMBRA**

# **POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO TERRITÓRIO**

## **PUBLIC POLICIES TO SUPPORT CULTURAL DEVELOPMENT IN THE TERRITORY**

Relatório de Estágio apresentado à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no âmbito do 2º Ciclo de Estudo em Administração Público-Privada, sob orientação da Senhora Professora Doutora Fernanda Paula Oliveira.

**Mariana Filipa da Costa Solheiro**

Coimbra, 2021

## Agradecimentos

À minha orientadora Doutora Fernanda Paula Oliveira, um enorme obrigada pela disponibilidade, motivação e prontidão na entrega de todas as orientações ao processo de escrita deste Relatório. E pelo carinho que acredito que ficou.

À minha orientadora de Estágio, Doutora Paula Guimarães, por me ter facilitado a Casa Família Oliveira Guimarães enquanto instituição de acolhimento, num período tão frágil para a humanidade. Sou imensamente grata por todos os conselhos, correções, aprendizagens e pela amizade-conversadeira.

Aos meus pais, o meu suporte básico de vida. Sem eles, jamais teria chegado até aqui.

À minha irmã, a minha confidente.

Aos meus avós, estrelas-guia no céu e na terra.

Aos meus bons amigos, aos do berço e aos que se foram juntando a mim na bela jornada da vida. São família.

Ao meu Charlie, fiel “cãopanheiro” que não perdeu pitada da elaboração deste Relatório.

## Resumo

O projeto para transformar a Casa Oliveira Guimarães em Casa-Museu, mereceu o apoio do programa Valorizar promovido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM/RC), e o financiamento de 148 000, 000€ permitiu recuperar uma parte significativa do imóvel, apesar de o montante ter que ser reembolsável no prazo de sete anos. A intenção desta investigação reside na identificação das medidas disponíveis que possam auxiliar na garantia de sustentabilidade da atividade realizada nas dimensões Cultura e Turismo, tendo sempre como preocupação o bom funcionamento, desenvolvimento e coesão do território, e assumindo como *core* as medidas de Política Pública existentes para os promotores do centro do país. Realizando um estudo a nível internacional, os programas comunitários pretendem apoiar e financiar investimentos que promovam o crescimento e desenvolvimento de atividades económicas, em especial nas regiões mais desfavorecidas, com o intuito de as aproximar da média de crescimento europeia e estimular a convergência regional. Considerando que a Política Pública não é suficiente para alavancar esta ação, e que é fundamental unir esforços dos diversos setores, foi tomada a iniciativa de pesquisar as Políticas Privadas de empresas e outras entidades, no contexto da política de Responsabilidade Social, Mecenato e Filantropia. Como dimensão final e complementar, procurar-se-á sinalizar potenciais parcerias, com outras Casas-Museu, que permitirão ao projeto e a outros similares, realizar uma procura ativa de oportunidades de financiamento público/privado.

Palavras-Chave: Casa-Museu; Política Pública; Cultura; Turismo; Política Privada Responsabilidade Social; Mecenato; Filantropia

## Abstract

The project to transform the Casa Oliveira Guimarães into a House-Museum, was supported by the Valorizar programme promoted by the Coimbra Region Intermunicipal Community (CIM/RC), and the financing of 148 000, 000€ allowed the recovery of a significant part of the property, although the amount had to be repaid within seven years. The intention of this research lies in the identification of available measures that can help guarantee the sustainability of the activity carried out in the Culture and Tourism dimensions, always having as a concern the good functioning, development and cohesion of the territory, and assuming as core the existing Public Policy measures for promoters in the centre of the country. Community programmes are intended to support and finance investments that promote the growth and development of economic activities, especially in the most disadvantaged regions, with the aim of bringing them closer to the European growth average and stimulating regional convergence. Considering that Public Policy is not enough to leverage this action, and that it is essential to join the efforts of the various sectors, the initiative was taken to research the Private Policies of companies and other entities, in the context of the Social Responsibility, Patronage and Philanthropy policy. As a final and complementary dimension, an attempt will be made to identify potential partnerships with others Houses-Museum, which will enable the project and other similar ones to actively seek opportunities for public/private funding.

Keywords: House-Museum; Public Policy; Culture; Tourism; Private Policy Social Responsibility; Patronage; Philanthropy.

## Índice

	Pág.
Agradecimentos .....	pág ii
Resumo .....	pág iii
Abstract .....	pág iv
Índice .....	pág v
Índice de Figuras .....	pág vii
Índice Tabelas .....	pág ix
Índice de Anexos .....	pág x
Lista de Siglas e Abreviaturas .....	pág xiii
1. Introdução .....	pág 15
2. Organização onde se insere a Casa-Museu .....	pág 18
3. Políticas Públicas de Apoio .....	pág 20
4. Génese do Financiamento .....	pág 24
4.1 Distinção entre Financiamento Internacional e Nacional .....	pág 24
4.2 Do Portugal 2020 ao Portugal 2030 .....	pág 28
5. Identificação de Políticas Públicas na Região Centro 2020/2021 .....	pág 30
5.1 Considerações Gerais .....	pág 30
5.2 Programação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro .....	pág 31
5.3 Programação da Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra...pág	33
6. Organismos de Apoio a Projetos .....	pág 35
6.1 Considerações Gerais .....	pág 35
6.2 Direção-Geral das Artes .....	pág 35

6.3 Turismo de Portugal .....	pág 38
7. Voluntariado – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social .....	pág 40
8. Apoios Complementares .....	pág 41
8.1 Considerações Gerais .....	pág 41
8.2 Utilidade Pública .....	pág 42
8.3 Mecenato Cultural .....	pág 42
8.4 Conceito de Desenvolvimento Sustentável .....	pág 43
8.5 Conceito de Responsabilidade Social .....	pág 44
8.6 Conceito de Filantropia .....	pág 45
9. Estado das Artes da Responsabilidade Social .....	pág 46
10. Empresas com Linhas de Financiamento no âmbito da Responsabilidade Social .....	pág 48
11. O Papel das Fundações no Apoio aos Projetos Culturais – Estudo Empírico .....	pág 50
12. Financiamento Colaborativo .....	pág 60
13. Possíveis Parceiros da Casa-Museu .....	pág 63
14. Conclusão .....	pág 64
15. Perspetivas Futuras .....	pág 65
16. Referências Bibliográficas .....	pág 66
17. Legislação .....	pág 76
18. Anexos .....	pág 77

## Índice de Figuras

	Pág
Figura 1 – Delimitação territorial da Região Centro .....	pág 19
Figura 2 – As cinco fases do Ciclo de Políticas Públicas .....	pág 22
Figura 3 – Intervenientes indispensáveis ao processo de políticas públicas .....	pág 23
Figura 4 – Origem das subvenções de apoio às dimensões da Cultura, Turismo e Responsabilidade Social .....	pág 25
Figura 5 – Organização da Programação, em vigor, da CCDRC afeta às dimensões Cultura, Turismo e Responsabilidade Social .....	pág 31
Figura 6 – Organização dos Programas em vigor, da CIM/RC, afetos às dimensões Cultura e Turismo .....	pág 33
Figura 7 – Organismos de Apoio a Projetos selecionados para a investigação das políticas públicas passíveis de candidatura pela Casa-Museu .....	pág 35
Figura 8 – Programas oferecidos pela DGArtes divididos em três tipologias com requisitos distintos: Apoio Sustentado, Apoio a Projetos e Apoio em Parceria .....	pág 36
Figura 9 – Iniciativas oferecidas pelo Turismo de Portugal, onde estão incluídos a Linha de apoio à qualificação da oferta e os programas Revive e Valorizar, este último atribuído à CM .....	pág 38
Figura 10 – Identificação dos Apoios Privados enquanto possíveis parceiros nos domínios de Utilidade Pública, Mecenato, Responsabilidade Social e Filantropia .....	pág 41
Figura 11 – Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pela Organização das Nações Unidas, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2016 .....	pág 43

Figura 12 – A importância da Educação, nas práticas artísticas, patrimoniais e cidadãs, em crianças nas diversas faixas etárias .....	pág 47
Figura 13 – As cinco empresas portuguesas, selecionadas para este trabalho, com práticas de responsabilidade social. Fundação Millennium, Fundação Manuel António da Mota, Fundação Montepio, Fundação EDP e Fundação Vasco Vieira de Almeida .....	pág 48
Figura 14 – Sistema de identificação e participação do Financiamento Colaborativo, enquanto financiador e/ou enquanto promotor .....	pág 60
Figura 15 – Reconhecimento de Casas-Museu Nacionais para sinalização de potenciais parceiros .....	pág 63

## Índice de Tabelas

Pág.

Tabela 1 – Montante financeiro a atribuir a entidades candidatas ao Programa de Apoio a Projetos em 2021 ..... pág 37

Tabela 2 – Respostas dos sete entrevistados acerca da natureza jurídica da entidade que representa ..... pág 51

Tabela 3 – Respostas dos sete entrevistados sobre o apoio a projetos culturais enquanto promotores de responsabilidade social ..... pág 52

Tabela 4 – Respostas dos sete entrevistados acerca do contributo da cultura para a coesão social e territorial ..... pág 53

Tabela 5 – Respostas dos sete entrevistados sobre a atividade socialmente responsável e o financiamento de projetos promovidos por entidades lucrativas ..... pág 54

Tabela 6 – Respostas dos sete entrevistados à questão do papel do setor privado no desenvolvimento da cultura ..... pág 55

Tabela 7 – Respostas dos sete entrevistados sobre o apoio a projetos culturais enquanto promotores de responsabilidade social ..... pág 56

Tabela 8 – Respostas dos sete entrevistados acerca da influência do afastamento das grandes cidades no aproveitamento cultural nas pequenas povoações ..... pág 57

Tabela 9 – Respostas dos sete entrevistados sobre a implicação da lei-quadro das fundações na natureza jurídica das empresas ..... pág 57

Tabela 10 – Respostas dos sete entrevistados acerca do projeto Casa-Museu ..... pág 58

Tabela 11 – Respostas da responsável de Comunicação e Marketing da Casa Amália Rodrigues .....	pág 59
Índice de Anexos	Pág.
Tabela Suplementar I – Organização da Programação, em vigor, da CCDRC afeta às dimensões Cultura e Responsabilidade Social .....	pág 77
Tabela Suplementar II – Organização dos Programas em vigor, da CIM/RC, afetos às dimensões Cultura e Turismo .....	pág 78
Tabela Suplementar III – Declaração Anual de 2021 para o Programa de Apoio a Projetos da DGArtes .....	pág 80
Tabela Suplementar IV – Projetos merecedores do apoio da Fundação Millennium ..	pág 80
Tabela Suplementar V – Intervenções raiz nos domínios da Cultura e de Desenvolvimento Social da FMAM .....	pág 81
Tabela Suplementar VI – Atividades solidárias cujo núcleo reside na Fundação Montepio .....	pág 85
Tabela Suplementar VII – Intervenções em parceria através da Fundação Montepio ..	pág 85
Tabela Suplementar VIII – Projetos apoiados pela Fundação Montepio no domínio da Intervenção Social .....	pág 86
Tabela Suplementar IX – Entidades que o Montepio integra no domínio da Responsabilidade Social .....	pág 88
Tabela Suplementar X – Protocolos estabelecidos entre o Montepio e entidades educativas no domínio da Responsabilidade Social .....	pág 88

Tabela Suplementar XI – Intervenções sociais cujos projetos são realizados em parceria com o Montepio .....	pág 90
Tabela Suplementar XII – Projetos em que a EDP atua como Mecenas .....	pág 92
Tabela Suplementar XIII – Projetos desenvolvidos na área da Inclusão Social que serviram de base ao estudo de impacto acerca da continuidade, dimensão e valorização das fundações em Portugal .....	pág 93
Figura Suplementar 1 – Áreas de atuação da FVVA com vista à contribuição para uma sociedade mais informada e inclusiva .....	pág 95
Tabela Suplementar XIV – Projetos no âmbito da Educação para a Cidadania, que prezam pela inclusão e pela diversidade cultural .....	pág 96
Tabela Suplementar XV – Intervenções no âmbito da Responsabilidade Social Corporativa de apelo à conscientização para uma sustentabilidade e filantropia interventivas .....	pág 97
Tabela Suplementar XVI – Guião da Entrevista proposta ao Doutor Mário Curveira Santos, Secretário-Geral do CPF .....	pág 99
Tabela Suplementar XVII – Guião da Entrevista colocada à Doutora Tânia Gaspar, representante da Animar, com as respetivas respostas .....	pág 100
Tabela Suplementar XVIII – Guião da Entrevista colocada à Doutora Raquel Sousa, representante da <i>dstgroup</i> , com as respetivas respostas .....	pág 101
Tabela Suplementar XIX – Guião da Entrevista colocada ao Doutor Miguel Magalhães, representante da FCG, com as respetivas respostas .....	pág 102
Tabela Suplementar XX – Guião da Entrevista colocada à Doutora Margarida Couto, representante da FVVA .....	pág 103

Tabela Suplementar XXI – Guião da Entrevista colocada à Doutora Margarida Couto, presidente do GRACE com as respetivas respostas .....	pág 104
Tabela Suplementar XXII – Guião da Entrevista proposta ao Doutor Rui Pedroto, representante da FMAM, com as respetivas respostas.....	pág 105
Tabela Suplementar XXIII – Guião da Entrevista proposta à Doutora Madalena Correia, representante da FAR .....	pág 106
Tabela Suplementar XXIV – História pessoal da CM Doutor Anastácio Gonçalves ..	pág 107
Tabela Suplementar XXV – História pessoal da CM Medeiros e Almeida .....	pág 107
Tabela Suplementar XXVI – História pessoal da CM Amália Rodrigues .....	pág 108
Tabela Suplementar XXVII – História pessoal da Casa das Patudos .....	pág 108
Tabela Suplementar XXVIII – História da CM Bissaya Barreto .....	pág 108
Protocolo da Entrevista colocada a cada uma das entidades representantes das instituições em estudo .....	pág 110
Protocolo da Entrevista colocada à representante de Comunicação e Marketing da Fundação Amália Rodrigues .....	pág 112
Proposta de Cronograma de Estágio .....	pág 114
Segunda fase do Estágio – Mês de Novembro .....	pág 114

## Lista de Siglas e Abreviaturas

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

BA - *Business Angels*

CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

CE – Comissão Europeia

CEO – *Chief Executive Officer*

CIM/RC – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

CM – Casa-Museu

CMAG – Casa-Museu Anastácio Gonçalves

CMAR – Casa-Museu Amália Rodrigues

CMBB – Casa-Museu Bissaya Barreto

CMMA – Casa-Museu Medeiros e Almeida

COG – Casa Oliveira Guimarães

CP – Casa dos Patudos

CPF – Centro Português de Fundações

CPV – Confederação Portuguesa de Voluntariado

DGAE – Direção-Geral das Atividades Económicas

DGArtes – Direção-Geral das Artes

DGPC – Direção-Geral do Património Cultural

EEA – *European Economic Area*

FAR – Fundação Amália Rodrigues

FC – Fundo de Coesão

FCG – Fundação *Calouste Gulbenkian*

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEDP – Fundação EDP

FEEI – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

FM – Fundação Millennium

FMAM – Fundação Manuel António da Mota

FMO – Fundação Montepio

FSE - Fundo Social Europeu

FVVA – Fundação Vasco Vieira de Almeida

IAPMEI – Instituto de Apoio às *Pequenas e Médias Empresas*

NUTS – Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OI – Organismo Intermédio

PME – Pequenas e Médias Empresas

PO – Programas Operacionais

PO/RC – Programa Operacional da Região Centro

QFP – Quadro Financeiro Plurianual

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

RC – Região Centro

UE – União Europeia

UNRIC – *United Nations Regional Information Centre*

## 1. Introdução

Em 1720, no século XVIII, teve início a construção da Casa Senhorial Brasonada Família Oliveira Guimarães, também designada por Casa do Castelo. Detém 38 divisões, celeiro, adega, eira e quinta anexa. Encontra-se sediada na freguesia do Espinhal, freguesia de elevado interesse histórico, dado os marcantes acontecimentos que a colocaram no centro de um prestigiado roteiro, como as invasões francesas e o confronto entre liberais e miguelistas. Da sede do concelho de Penela dista 2 quilómetros, localidade que possui um proeminente castelo e está próxima a localidades como Rabaçal e Conimbriga, importantes povoações romanas. Fica a 30 minutos do distrito de Coimbra e a 1 hora e meia de Lisboa e do Porto (COG, 2019a).

Os atuais proprietários, Doutora Paula Guimarães, jurista, neta de Luís de Oliveira Guimarães, um dos proprietários da Casa, e o seu marido, Doutor Renato Barroso, juiz, dado não possuírem herdeiros, decidiram transformar a Casa Família Oliveira Guimarães, cujo recheio apresenta valor significativo, num polo museológico e cultural em que a missão foca a preservação e divulgação do património material e imaterial da freguesia do Espinhal e do concelho de Penela, em prol do seu desenvolvimento integral. Pretende garantir o envolvimento da comunidade na promoção da cultura local e funcionar como um vetor facilitador do acesso à cultura nacional e internacional, contribuindo, desta forma, para o processo de coesão e desenvolvimento sociais através da arte e da cultura (COG, 2019b; (Guimarães et al., 2019).

Como Vice-presidente para a Aliança dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Portugal, e, reconhecendo que tomou a decisão de dedicar as próximas décadas da sua vida a garantir a preservação do património familiar preservando as estórias dos seus antepassados, a promotora Paula Guimarães preocupou-se em fazer do projeto da Casa-Museu (CM) um vetor de contribuição para a implementação de quatro ODS. Assim, anseia corrigir as desigualdades daqueles que moram no interior do país, promovendo uma educação inclusiva pela arte e pela cultura, e assim contribuir para uma comunidade coesa e sustentável do ponto de vista social e económico; combater o despovoamento do interior do país, abrindo a casa ao público como prática atrativa a turistas e moradores; preservar a memória e o património da família Oliveira Guimarães e a sua relação com a comunidade envolvente e, constituir um polo de interesse turístico na região centro do país, permitindo o

acesso da população do concelho de Penela e concelhos limítrofes às diversas formas de cultura, através da aplicabilidade da casa a um espaço de história viva (UNRIC, 2016; DGAE, 2016).

A Casa Família Oliveira Guimarães é propriedade privada da promotora que se constituiu empresária em nome individual de modo a desenvolver atividades lucrativas relacionadas com a atividade cultural, turística e social. Decidiu não criar nenhuma sociedade anónima ou entidade de economia social, designadamente Fundação, para assim preservar o património e a sua propriedade. A CM é, portanto, uma empresa, parte de um todo que é a comunidade (ou sociedade), ainda que a sua atividade não vise prosseguir fins lucrativos e o seu escopo seja, eminentemente social e cultural (Magalhães, 2019). A intervenção insere-se numa dimensão filantrópica que poderá vir a ser, por falecimento da promotora e do seu marido, integrada numa Fundação já existente e criada pelo bisavô da proprietária, mas até lá não está prevista qualquer alteração da natureza jurídica.

Poder-se-á evoluir para o reconhecimento da Casa como CM, reconhecida pela Direção-Geral do Consumidor e, nesse sentido integrar a rede de museus e reger-se pela legislação de enquadramento destas estruturas. Esse desenvolvimento depende da verificação de circunstâncias de qualificação e preservação patrimonial que exigem fundos financeiros inexistentes no momento pelo que devemos entender a Casa como uma empresa social, pese embora essa qualificação não seja ainda reconhecida no ordenamento jurídico nacional (DGPC, 2006).

A inauguração abriu portas à população a 4 de agosto de 2019, tanto para a visita à Casa, como para a discussão de conteúdo acerca da execução de uma panóplia de atividades devidamente planeadas em diversas reuniões com uma grande variedade de stakeholders do território (autarquias, escolas, população portuguesa e estrangeiros residentes). Numa primeira fase foi realizado um questionário com o objetivo de compreender quais as necessidades e interesses a realizar. No seguimento da reunião de planeamento foi criado um programa de voluntariado com 27 jovens do concelho de Penela, de várias idades, experiências profissionais e percursos pessoais, que participaram numa ação de formação, e são fundamentais para a realização dos eventos e acompanhamento das visitas guiadas à casa (COG, 2019c).

Das inúmeras expectativas que resultaram do diagnóstico, foram realizáveis, até março de 2019, com o auxílio dos voluntários, concertos, tertúlias, um ciclo de cinema, apelidado de Cineclubes do Espinhal, exposições temporárias, decoração de bolos, arranjos florais, uma exposição de escultura, desfile de bijuteria, jantares de grupo e um espetáculo teatral a expensas dos promotores, mas que permitiram testar a possibilidade de rentabilizar a casa. Para além das visitas guiadas foi possível fazer outras ações, nomeadamente uma festa de Halloween interativa, que atraiu cerca de 150 pessoas. A adesão da população tem sido imprescindível para o estabelecimento de relações interpessoais e para a participação nas atividades, incentivando o trabalho colaborativo e de parceria, e apelando à responsabilidade e avaliação crítica. Após oito meses de intensa execução de atividades, foi possível avaliar o quão essencial é este projeto para a coesão social e para a consolidação de uma identidade coletiva na vila do Espinhal. O ano de 2020, apesar de atípico, brindou a CM com a Bienal de Humor dedicada ao tema Saúde, tema decidido em meados de 2019, e que retratou na perfeição os tempos experienciados à esfera mundial (Guimarães et al., 2019; COG, 2019d).

Ao longo dos 8 meses após a abertura, a Casa foi visitada por cerca de 700 pessoas, excetuando o número de visitantes regulares a espaços complementares, como a Sala de Exposições Temporárias – José de Oliveira Lourenço, o Auditório Doutor Mário Nunes, e as atividades realizadas no Lojão, que, no seu todo, rondam as 100 pessoas por atividade. Um dos projetos praticados em parceria com as autarquias do concelho, pela família desde 2008, antecedente à CM, é a Bienal de Humor. Consiste num projeto-homenagem a Luís de Oliveira Guimarães, um dos proprietários da Casa, que se distinguiu como escritor, jornalista, magistrando e humorista, tendo sido o fundador da Sociedade Portuguesa de Autores (COG, 2019d).

O projeto da CM mereceu o apoio do programa Valorizar promovido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM/RC), e o financiamento de 148 000, 000€ permitiu recuperar uma parte significativa do imóvel, no entanto, o montante tem que ser reembolsável no prazo de sete anos. A crescer ao valor do financiamento, os proprietários já investiram cerca de 90 000,000€ em obras e equipamentos. Em 2020 foi realizada uma candidatura ao Prémio Vilalva da Fundação Gulbenkian com o objetivo de obter financiamento complementar para o alargamento das obras de conservação, inventário e conservação do acervo documental. Centrou-se na garantia de dar continuidade à missão

que, impede a degradação do edifício e estimular o interesse populacional em valorizar um legado de patrimonial e simbólico. Os proprietários asseguraram que, após a sua morte, todo o património reverterá para a população, ficando a sua gestão a cargo da Fundação Conselheiro Oliveira Guimarães, Junta de Freguesia do Espinhal e Câmara Municipal de Penela, numa gestão tripartida (Guimarães et al., 2019).

Tendo conhecimento que a dispersão e variedade das linhas de financiamento dificultam o acesso à informação de qualquer promotor, a intenção desta investigação reside na identificação das medidas disponíveis que possam auxiliar na garantia de sustentabilidade da atividade realizada nas dimensões culturais, de turismo e de desenvolvimento e coesão do território, assumindo como *core* as medidas de Política Pública existentes para os promotores do centro do país. Os critérios de elegibilidade, valores do financiamento, processos de candidatura e legislação de suporte são cautelosamente analisados. Considerando que a Política Pública não é suficiente para alavancar esta ação, e que é fundamental unir esforços dos diversos setores, foi tomada a iniciativa de pesquisar as Políticas Privadas de empresas e outras entidades, no contexto da política de responsabilidade social, mecenato e filantropia. Como dimensão final e complementar procurar-se-á sinalizar potenciais parcerias que permitirão ao projeto e a outros similares, realizar uma procura ativa de oportunidades de financiamento público/privado. O presente Relatório visa disponibilizar de forma organizada a informação relevante sobre as linhas de financiamento público e privado de maior interesse para o desenvolvimento do projeto da Casa Família Oliveira Guimarães.

## 2. Organização da Região onde se insere a Casa-Museu

No âmbito do levantamento das Políticas Públicas da Região Centro (RC) nas áreas em estudo, procedeu-se à organização da Região onde se insere a CM. No ano de 2015 entrou em vigor uma nova divisão Regional em Portugal, as NUTS (Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) 2013.

Comparativamente com a versão anterior, traduz-se por alterações significativas afetas ao número e composição municipal das NUTS III<sup>1</sup>. As mesmas passaram de 30

---

<sup>1</sup> A nova versão de 2013, quanto às NUTS I E II, apenas implicou alterações na designação da segunda, que de NUTS II “Lisboa” passou para “Área Metropolitana de Lisboa”. Atualmente, os 308 municípios de Portugal agrupam-se em 25 NUTS III, 7 NUTS II e 3 NUTS I.

unidades territoriais para 25, atualmente designadas por “unidades administrativas”, que correspondem às “Entidades Intermunicipais”, Região Autónoma dos Açores” e “Região Autónoma da Madeira” (Magalhães, 2015).

A RC é caracterizada por duas abordagens territoriais distintas. A primeira, de carácter administrativo e ao nível de Fundos Comunitários e do Portugal 2020 sugere a existência de 100 municípios organizados em 8 CIM, tais como, Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria, Viseu Dão Lafões, Beiras e Serra da Estrela, Beira Baixa, Oeste e Médio Tejo. Aos olhos da lei nº 75/2013 de 12 de setembro, constituem as NUTS III, aprovada pela Comissão Europeia (CE) no Regulamento da União Europeia nº 868/2014 de 8 de agosto.

A segunda vertente refere-se ao âmbito de atuação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), excetuando questões relacionadas com a aplicação de Fundos Estruturais, a 77 municípios. A CIM/RC enquadra 19 municípios entre os quais o município de Coimbra e o município de Penela (Figura 1, a azul), onde está inserida a CM Oliveira Guimarães (Falcão, 2016; CCDRC, 2014).



Figura 1 – Delimitação Territorial da Região Centro.

Fonte: CIM/RC – Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra 2014-2020. (Ataíde, 2014)

Uma das prioridades da CIM/RC é a preservação da diversidade e o aperfeiçoamento dos modos de vida locais. O ensaio de uma nova abordagem ao desenvolvimento regional, assenta numa estratégia supramunicipal que respeita a autonomia política de cada município. Dispostas por 21 concelhos da Região Centro encontram-se as 27 Aldeias do Xisto, que no âmbito das Políticas Públicas se consagraram “Aldeias Museu”. Distinguem-se pela sua

arquitetura típica e elevado potencial turístico regional, dadas as imediações ambientais, gastronomia e tradições culturais, e pelos seus produtos e serviços de excelência (Ataíde, 2014).

### 3. Políticas Públicas de Apoio

Previamente ao levantamento das Políticas Públicas na RC, faz-se premente o esclarecimento acerca da sua origem e de que forma permitem e contribuem para o sucesso de projetos culturais, turísticos e de intervenção social.

A origem da Ciência das Políticas Públicas está associada ao pensamento de Harold Lasswell, considerado o pai do estudo científico das Políticas Públicas. O marco histórico evidencia o capítulo *The Policy Orientation*, da sua obra *The Policy Science*, publicada em 1951. Remota aos anos 30 do século XX, nos Estados Unidos da América, mas só no período do pós-guerra é que começou a ter um maior reconhecimento por parte da comunidade académica. A expressão Políticas Públicas não é fácil de encerrar numa definição consensual, desde logo porque o termo política apresenta inúmeras aceções. Para (Dye, 1972), Política Pública é tudo aquilo que constitui matéria de opção do governo, seja ato ou omissão, tudo aquilo que ele optou por fazer ou não fazer.

O vocábulo vem do grego *polis* (cidade), cujo significado na Grécia antiga não é homogéneo, uma vez que tanto designa um território (a cidade propriamente dita e as imediações), como um conjunto de cidadãos, ou ainda, uma certa organização da sociedade (a cidade-estado que constitui uma forma racionalizada de gestão de estruturas sociais). À mesma palavra estão associadas três dimensões (a territorial, a humana e a organizacional), indicadores de diferentes aspetos da realidade social. É comum evocar-se a língua anglo-saxónica que, a fim de reduzir a indefinição associada a esta riqueza semântica do termo política, recorre a três palavras distintas: *politics*, o jogo político diário com base na ação de construção de conflitos e alianças; *polity*, diz respeito à arquitetura institucional, ao conjunto das instituições políticas em sentido amplo; *policy*, relaciona-se com a ação política, por norma assente num conjunto de regras e princípios que visam alcançar os objetivos estipulados e que resultam em ações prosseguidas de maneira coerente por um ator coletivo ou individual (Harguindéguy, 2013).

No século XVIII e XIX, o principal objetivo do Estado era a segurança pública e a defesa externa. A prática democrática governativa levou a que todas as suas ações se

voltassem para a promoção do bem-estar social. Para isso, foram desenvolvidos mecanismos, pelas autoridades públicas nacionais e supranacionais, de percepção e sinalização, multidisciplinar, com o objetivo de solucionar “o problema” de diferentes campos de atuação, como saúde, educação e meio ambiente. Um dos componentes chave desses mecanismos é a Política-Pública (Glor, 2021; Rodrigues & Silva, 2016).

Por Política Pública entende-se, portanto, o conjunto de regras que orientam de forma genérica as intervenções dos diversos stakeholders e que, nas democracias modernas são maioritariamente produzidas por órgãos com legitimidade democrática e competência legislativa para o efeito, nacionais ou supranacionais. A sua concretização é conseguida através de programas de ação, prosseguidos pelas autoridades públicas<sup>2</sup>, de natureza mais prolongada, ou projetos, cuja intervenção é única e com um intervalo de tempo definido, que englobam um conjunto de atividades e procedimentos desenhados com um objetivo específico de intervenção numa determinada área. As autoridades públicas não necessitam de ser democraticamente eleitas, assumindo a responsabilidade positiva e negativa, para o bem e para o mal, de administrar a comunidade. A sua atuação está ligada à redução do impacto das “falhas de mercado”, tais como, existência de monopólios, externalidades (negativas) e informação imperfeita (Simões, 2008).

O Governo, ator central nas decisões políticas, apesar de já não ter o papel determinante que teve no passado na implementação das Políticas Públicas, continua a ser fulcral na escolha da alternativa de ação, uma vez que é, geralmente, o único ator com legitimidade para decidir em nome dos cidadãos. O Estado, por sua vez, representa a população (comunidade) em matéria de aprovação das decisões governativas. O funcionamento da “máquina pública” envolve a análise da administração pública, ou seja, da capacidade que os governos têm de elaborar e implementar Políticas Públicas (Lucena, 2000).

O paradigma da governação, também designada de governança ou *governance*, é o modo de governar que se apoia em modelos de gestão pública a fim de obter maior eficácia e eficiência nos diferentes níveis de governo, estratégico e operativo.

---

<sup>2</sup> (Ou autoridades administrativas do Estado), do artigo 82º, nº 1, da lei de Processo nos Tribunais Administrativos refere-se a “autoridades públicas” em sentido formal, isto é, compreende toda e qualquer pessoa jurídica, investida em funções públicas, que detenha poderes, decorrentes da lei, sobre o uso e guarda de suportes informativos de qualquer natureza independentemente de essa autoridade ser ou não interessada ou interveniente na questão concreta a que a informação pretendida se destina.

Nem todos os problemas políticos irão dar origem a uma Política Pública. Para que um problema político seja considerado uma Política Pública, precisa de ser coletivo (o assunto tem que dizer respeito à comunidade) e ter por base o conflito (Estevão & Ferreira, 2018; Warren, 1999). A estratégia de atuação terá sempre em linha de conta o meio envolvente à questão.

O processo de adoção de um programa político, Ciclo de Políticas Públicas, é sequencial, diferenciado por funções e cumulativo, enquanto modelo de ajuda à decisão política. Subsequentemente ajustado e adaptado por diversos autores, apresenta cinco fases, a primeira é a Definição do Problema, e, seguindo o sentido horário, surgem à posteriori as fases Colocação na Agenda, Tomada de Decisão, Implementação e Avaliação. As três primeiras formam a dimensão política, que se traduz numa componente mais técnica de negociação. Por último, a Implementação e a Avaliação compõem a dimensão administrativa, característica de uma vertente técnica, instrumental (Figura 2) (Lasswell, 1950).

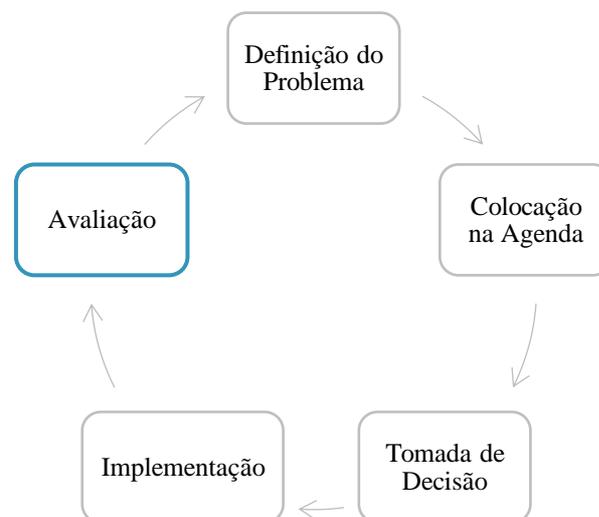


Figura 2 – As cinco fases do Ciclo de Políticas Públicas propostas por (Lasswell, 1950).  
Fonte: Adaptado de (Harguindéguy, 2013).

Na fase de Definição do Problema, respeita-se um ambiente de liberdade política onde todos os assuntos afetos à comunidade, como por exemplo, poluição industrial, defesa e educação, são de natureza política, dado permitirem a existência (coexistência) de pelo menos duas respostas que poderão ser opostas e desta forma, conflitantes. A Colocação na Agenda é uma das fases mais importantes. É o conjunto de barreiras que uma

questão/assunto precisa de passar, até ser formalmente aceite na agenda política e se tornar num problema político.

Na fase seguinte, a Tomada de Decisão, o governo decide qual a solução ou soluções apropriadas ao problema político. São avaliados os aspetos positivos e negativos de cada solução provável, e é escolhida a solução que acrescentaria mais valor à comunidade.

A Implementação é o processo pelo qual as decisões políticas são colocadas em prática e é a fase onde termina a política e começa a administração. Por último, a fase da Avaliação é a fase mais importante (Figura 2, sublinhado a azul). Consiste na monitorização de um conjunto de ideias conjugadas que visam aferir se aquilo que foi inicialmente definido, está a ser devidamente cumprido. É o momento em que se avaliam/analisa o uso dos recursos utilizados e os resultados obtidos de determinado programa público, sublinhando a recolha de informação ao longo do tempo e consequente prestação de contas, um dos focos do presente trabalho (Howlett et al., 1995; Jensen, 2019).

Os atores intervenientes no processo de Políticas Públicas contam com decisores políticos (Governo e Estado), entre outros, e burocratas de campo (dirigentes superiores da administração). Os primeiros constroem a dimensão política, são quem negocia e quem decide, e os segundos, afetos à dimensão administrativa, são responsáveis pela execução. No entanto, é nos resultados obtidos ao longo de todo o processo, que reside o foco da análise das Políticas Públicas (Figura 3).

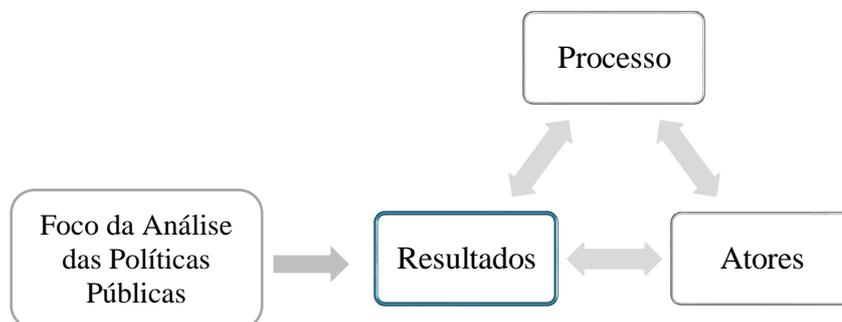


Figura 3 – Intervenientes indispensáveis ao processo de Políticas Públicas. Na tríade, processo - atores - resultados, o processo refere-se às cinco fases sugeridas no ciclo de Políticas Públicas. Entre os atores estão os decisores políticos, agente definidor da Política Pública, agentes implementadores, burocratas de campo, público-alvo e o público que indiretamente é afetado pela implementação de determinada Política Pública. Os resultados, foco da análise das Políticas Públicas, estão presentes ao longo de cada etapa, recebendo a atenção dos atores desde a primeira fase do processo.

Fonte: Adaptado de (Harguindéguy, 2013)

Os burocratas de campo, enquanto executores, devem satisfazer as necessidades dos utilizadores e implementar as Políticas Públicas corretamente. Dois objetivos que se tornam, muitas vezes, contraditórios dada a complexidade das situações. Por forma a cumprir ambos,

utilizam o seu “poder discricionário enquanto profissionais” e a sua “habilidade interpretativa”, duas ferramentas que permitem o desenvolvimento de “estratégias adaptativas” capazes de auxiliar no desempenho da sua missão. Os “agentes de primeira linha” como polícias, trabalhadores sociais, professores ou advogados, são prestadores diretos de serviços públicos aos cidadãos e coautores das políticas que aplicam(Gomes et al., 2020; Novato et al., 2020).

É redutor considerar que a avaliação de uma Política Pública se cinge à avaliação dos resultados obtidos da sua aplicação. Existem três momentos avaliativos no decorrer de uma Política Pública: antes, durante e depois. A avaliação *ex ante* é realizada previamente ao lançamento de um programa governamental, acompanhando as primeiras três fases do ciclo de Políticas Públicas, com o intuito de recolher informações relativas ao contexto onde decorrerá a implementação e assim alinhar o desenho da Política Pública. Os exercícios da avaliação intercalar são aplicados durante a fase da Implementação, representando uma fonte de informação relevante para melhor se compreender o processo de operacionalização e os primeiros resultados. A avaliação *ex post* visa analisar em que medida a Política Pública atingiu os seus propósitos e informar a decisão sobre a sua manutenção, alteração, aprofundamento ou eventual extinção (Couto et al., 2019; Fernandes et al., 2019; Serra, 2018; C. Teixeira, 2015).

Na tríade, processo - atores - resultados, o processo refere-se às cinco fases sugeridas no ciclo de Políticas Públicas. Entre os atores estão os decisores políticos, agente definidor da Política Pública, agentes implementadores, burocratas de campo, público-alvo e o público que indiretamente é afetado pela implementação de determinada Política Pública. Os resultados, foco da análise das Políticas Públicas, estão presentes ao longo de cada etapa, recebendo a atenção dos atores desde a primeira fase do processo (Figura 3, sublinhado a azul) (Martínez et al., 2019; Novato et al., 2020; Queiroz & Capelari, 2020).

#### 4. Génese do Financiamento

##### 4.1 Distinção entre Internacional e Nacional

As escolhas, ou não escolhas, do governo concretizam-se no orçamento, pelo que nenhuma despesa pública pode ser realizada sem estar disposta no mesmo.

A origem dos apoios monetários pode ser europeia (internacional) ou nacional. A sua aplicação provém de subvenções (auxílios pecuniários) com base no orçamento europeu, no orçamento geral do estado, em fundos privados, *Chief Executive Officer* (CEO) fundos, ou apoios autárquicos (Figura 4).



Figura 4 – Origem das subvenções de apoio às dimensões da Cultura, Turismo e Responsabilidade Social. Os financiamentos provêm de fonte internacional, como o Orçamento Europeu, ou de fonte nacional como o Orçamento do Estado, Autarquias e Empresas Privadas.

Fonte: Autor.

O Orçamento da União Europeia (UE) é determinado pelo Quadro Financeiro Plurianual (QFP). É definido anualmente pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho (constituído por ministros dos países da UE) com base em propostas da Comissão e gerido pela Direção-Geral do Orçamento em nome da Comissão. A gestão é realizada de acordo com normas estritas a fim de permitir um controlo rigoroso da utilização das verbas e garantir que as mesmas são gastas de forma transparente e responsável. Nestes termos, mais de 76% das verbas totais são canalizadas através de cinco Fundos Europeus, que assumem a designação de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) quando se tornam instrumentos da política regional da UE, geridos em conjunto pela CE e pelos Estados-Membros. Diferente dos restantes Fundos Europeus, cuja gestão é inteiramente da UE (Tavares et al., 2017a).

Os FEEI, fundos comunitários disponibilizados aos países considerados “em convergência”, como é o caso de Portugal, são compostos por dois fundos estruturais, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE) e por três fundos de investimentos, Fundo de Coesão (FC), Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP).

O FEDER contribui para o funcionamento do apoio que tem por objetivo reforçar a coesão económica, social e territorial através da correção dos principais desequilíbrios regionais, através do desenvolvimento sustentável e do aperfeiçoamento estrutural da economia. O FC foi criado para reforçar a coesão aos três níveis, tendo em consideração o devido equilíbrio entre os investimentos e as necessidades de cada Estado-Membro. O principal instrumento para a promoção de emprego é o FSE, responsável pelo auxílio na procura e na garantia de oportunidades mais justas para todos os cidadãos. O FEADER promove o desenvolvimento rural sustentável em complementaridade com os outros instrumentos da Política Agrícola Comum, a política de coesão e a política comum das pescas. O FEAMP procura incentivar uma pesca ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora e que assente no conhecimento da redução do impacto da pesca no meio marinho, como as capturas indesejadas (Pedro, 2020).

A gestão dos fundos é efetuada através de Acordos de Parceria, onde cada país elabora um acordo em colaboração com a CE, definindo a forma como os fundos serão utilizados durante o período de financiamento em curso (2021-2027). Os Acordos de Parceria conduzem a uma série de programas de investimentos que canalizam o financiamento para as diferentes regiões e projetos nos domínios em causa (M. Lima & Medeiros, 2012).

O QFP prevê, também, instrumentos especiais, capacitando a UE da possibilidade de reação perante circunstâncias imprevistas, ou de financiar despesas para fins claramente definidos, que não podem ser financiados no âmbito dos limites máximos do quadro. São instrumentos especiais a Reserva para Ajudas de Emergência, o Fundo de Solidariedade, o Instrumento de Flexibilidade, o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, a Margem para Imprevistos e a Flexibilidade Específica para Combater o Desemprego dos Jovens e Reforçar a Investigação (Grossmann et al., 2021).

Os programas comunitários pretendem apoiar e financiar investimentos que promovam o crescimento e desenvolvimento de atividades económicas, em especial nas regiões mais desfavorecidas, com o intuito de as aproximar da média de crescimento europeia e estimular a convergência regional. Estas medidas são orientadas pela “Estratégia Europa 2020”, responsável pelo controlo do financiamento, que estabelece três prioridades reforçadas mutuamente: crescimento inteligente, onde se pretende desenvolver uma

economia baseada no conhecimento e na inovação; crescimento sustentável, a fim de promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva; crescimento inclusivo, fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegura a coesão social e territorial. Prioridades traduzidas em objetivos temáticos no Quadro Estratégico Comum<sup>3</sup>, já referidos no Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), documento que fornece a direção no processo de programação orientado para a satisfação das três prioridades da UE, onde o montante de apoios atribuídos é influenciado inversamente pelo nível de desenvolvimento de cada região<sup>4</sup> (Barroso, 2010).

Nos primeiros anos de implementação da Política de Coesão, Portugal apresentou resultados de referência e um histórico muito positivo na sua execução. O processo de integração de convergência foi significativo, o que rapidamente se interrompeu com a adesão ao Euro. Atualmente, a melhoria ligeira da produtividade não tem conseguido compensar a forte redução da utilização de recursos humanos na economia. A sua aplicação resulta da elaboração de um Acordo de Parceria preparado por cada Estado-Membro, em cooperação com a Comissão, documento de referência para a definição estratégica e de programação dos investimentos. Apresenta uma lista de programas nacionais e regionais que pretende implementar, bem como uma dotação financeira anual indicativa para cada programa. Conta com o FEDER, o FSE e o FC. A política de desenvolvimento rural conta com o FEADER e as políticas marítimas e das pescas contam com o FEAMP (Folhas, 2020).

O *EEA Grants* é um exemplo de Fundo Europeu não comunitário internacional. Consiste num mecanismo Financeiro plurianual, estabelecido pelas partes do Acordo do Espaço Económico Europeu<sup>5</sup>, (Acordo do EEE), como forma de promover um contínuo e equilibrado reforço das relações económicas e comerciais. Tem como objetivos a redução das disparidades económicas e sociais do Espaço Económico Europeu, e o reforço das relações bilaterais entre os países beneficiários e os países doadores.

---

<sup>3</sup> Conforme o Anexo I ao Regulamento (UE) nº1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, de 17 de dezembro de 2013, que estabelece as disposições comuns aplicáveis aos cinco Fundos de Acordo, em que os objetivos dessas missões são baseados no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), necessárias para assegurar a eficácia dos FEEI e a coordenação dos Fundos entre si e com os outros instrumentos da União;

<sup>4</sup> A classificação das regiões foi implementada por regulamento europeu e divide os países da UE em diferentes tipos de regiões consoante o número de habitantes.

<sup>5</sup> Assinado na cidade do Porto em maio de 1992, a Islândia, o Liechtenstein e a Noruega, são parceiros no mercado interno com os Estados-Membros da União Europeia.

Desde a entrada em vigor do Acordo, em 1994, a Islândia, o Liechtenstein e a Noruega, enquanto Estados doadores, têm contribuído para o desenvolvimento económico e social de Portugal. No período 2014-2021, com uma alocação global de 102.7 milhões de euros, estão a ser apoiados cinco programas. Pelo mar, o programa Crescimento Azul, pela terra, o Ambiente, pelo património cultural e pelas Artes, a Cultura, pela igualdade social, a Conciliação e Igualdade de Género, e pela sociedade civil, o Cidadãos Ativos. Adicionalmente, existe para além destes cinco programas, o Fundo de Relações Bilaterais, que pretende apoiar iniciativas que visem apoiar o fortalecimento das relações entre Portugal e os países doadores. A candidatura às subvenções europeias implica uma análise prévia, detalhada, aos Programas Operacionais (PO) e às autoridades de gestão associadas, disponíveis no momento na região de interesse. O procedimento pode ser permanente ou implicar candidaturas apenas aceites em determinado período pré-estabelecido (EEA, 2014).

A nível nacional, o Orçamento do Estado, instrumento de gestão que contém uma previsão discriminada das receitas e despesas do Estado, incluindo a dos fundos e serviços autónomos e o Orçamento da Segurança Social, é da iniciativa exclusiva do Governo (Couto et al., 2019). Quando a origem do financiamento é autárquica, o financiamento pertence às autarquias, por sua vez, se a origem for um fundo comunitário, gerido pela autarquia, o valor monetário é de natureza comunitária. Os fundos empresariais merecem destaque na medida em que, a dificuldade de acesso aos financiamentos públicos sugere uma maior procura por apoios privados.

#### 4.2 Do Portugal 2020 ao Portugal 2030

As linhas orientadoras do atual do Acordo entre Portugal e os Estados-Membros, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2021<sup>6</sup>, visam responder a questões já protocoladas no Modelo de Governança 2020, com uma preocupação acrescida face às regras entre fundos e formas de financiamento na simplificação e redução de custos nos procedimentos administrativos. Os instrumentos financeiros, que constituem uma forma de financiamento de efeito multiplicador, podem ser aplicados em vários ciclos de ajudas, e, desejavelmente, em coinvestimento com agentes privados, permitindo um efeito de alavancagem dos fundos públicos.

---

<sup>6</sup> Ver Regulamento (UE) n°1303.

Os PO, planos pormenorizados onde os Estados-Membros explicam como serão gastas as verbas dos FEEI durante o período de programação, podem ser elaborados para uma região específica ou para dar respostas a um objetivo temático de carácter nacional (e.g. ambiente). No caso do objetivo de Cooperação Territorial Europeia, são elaborados programas inter-regionais ou transfronteiriços. Os Estados-Membros apresentam os PO com base nos seus Acordos de Parceria. Cada programa operacional especifica qual ou quais dos 11 objetivos temáticos que orientam a política de coesão no período de programação estabelecido, serão visados pelos fundos disponibilizados ao abrigo dos PO (J. Lima, 2015).

Os apoios concedidos pelos FEEI podem revestir a natureza de subvenções, reembolsáveis ou não reembolsáveis, prémios, estes apenas no FEADER, instrumentos financeiros ou ainda de uma combinação destes, conforme estabelecido. Até à data tem sido dado maior ênfase, face a anteriores períodos de programação, aos apoios reembolsáveis salvaguardando a gestão eficiente do financiamento público. As Linhas Capitalizar Mais, Financiamento a Fundos de Capital de Risco, Financiamento a *EV de Business Angels*, a Financiamento 200M e a IF<sup>7</sup> empresas, são exemplos de instrumentos financeiros<sup>8</sup> presentes no Portugal 2020, a renegociar para o Portugal 2030.

Destinam-se maioritariamente a Pequenas e Médias Empresas (PME), mas podem intervir em áreas como reabilitação urbana, através da concessão de empréstimos em condições preferenciais (como o prazo e taxas de juro) alavancando a experiência do QREN através do *JESSICA Holding Fund Portugal* ou ainda nas intervenções na área da inovação social, atualmente no domínio da competitividade e internacionalização e nas intervenções de promoção do acesso ao ensino superior, no domínio do capital humano (Folhas, 2017; Tavares et al., 2017a, 2017b)

No domínio da incidência territorial, o objetivo primordial descrito no Portugal 2020, presente no Portugal 2030, é representado pelo reforço da utilização de políticas promotoras da competitividade dos territórios de baixa densidade, em torno de cidades médias, onde está inserido o conselho de Penela, potenciando a exploração sustentável dos recursos endógenos e o desenvolvimento rural, diversificando a base económica para promover a sua convergência e garantindo a prestação de serviços públicos. O mesmo contribuirá para travar

---

<sup>7</sup> Inovação Financeira;

<sup>8</sup> Devem ser executados para apoiar investimentos que se prevê serem viáveis financeiramente e que não obtêm financiamento suficiente por parte das fontes de mercado;

o envelhecimento populacional e assegurar a sustentabilidade demográfica, assegurando simultaneamente a provisão de bens e serviços adequados a uma população envelhecida (Mendes, 2018; Mota & Lopes, 2021).

## 5. Identificação de Políticas Públicas na Região Centro

### 5.1 Considerações Gerais

O Programa Operacional da Região Centro (PO/RC), para o período 2014-2020 (Centro 2020), tem por base a estratégia do desenvolvimento regional, partilhada e construída através da mobilização de todos os parceiros regionais. É um instrumento decisivo para a concretização de qualquer plano estratégico, nomeadamente a Estratégia de Especialização Inteligente do Centro, ainda a decorrer. Para o período 2014-2020, o PO/RC teve uma dotação de 2.155 milhões de euros, dos quais, 1.751 milhões de euros do FEDER e 404 milhões de euros do FSE. Projetos enquadrados na contratualização com as Comunidades Intermunicipais e em avisos de concursos abertos pela autoridade de gestão<sup>9</sup>, são uma resposta do Centro 2020 à necessidade de estimular o investimento público, relevante para a retoma económica e social, tendo em conta o contexto provocado pela pandemia Covid-19. Estão autorizados a beneficiar destes apoios os Municípios (em rede ou parceria), as CIM e entidades previstas na contratualização com as CIM (Löcklin et al., 2021).

Enquanto Organismo Intermédio (OI), as CIM não assumem o exercício das próprias funções, mas sim delegadas, operando numa delegação de funções de uma entidade pública numa outra entidade pública ou privada<sup>10</sup>. Deve-se entender por OI<sup>11</sup>, um organismo público ou privado, que se manifesta sob a responsabilidade de uma ou mais autoridades de gestão ou que exerce competências em nome dessas autoridades, nomeadamente em relação aos beneficiários que executam as operações. Têm como uma de suas funções a gestão de fundos dos pactos para o desenvolvimento e coesão territorial. Um pacto estabelecido entre o órgão

---

<sup>9</sup> Responsável por aplicar e gerir com eficiência um programa operacional. Pode ser um ministério nacional, uma autoridade regional, um conselho local ou outro organismo público ou privado designado e aprovado por um Estado-Membro. As autoridades de gestão devem desempenhar as suas funções de acordo com os princípios da boa gestão financeira.

<sup>10</sup> Ato justificado pelo disposto no n.º 1 do artigo 36.º de modo a assegurar condições para melhorar os níveis de eficácia e de eficiência ou para superar insuficiências qualitativas ou quantitativas de recursos técnicos, humanos ou materiais das AG;

<sup>11</sup> De acordo com a alínea 1) do artigo 2.º do Modelo de Governação (Portugal 2020).

de gestão e os promotores dos programas (Andrade, 2017; Freitas do Amaral & Coutinho, 2019; Vieira de Andrade, 2021).

## 5.2 Programas da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

O auxílio para identificação do programa adequado é prestado pelo Gabinete de Apoio ao Promotor do Investimento, da CCDRC, cuja missão é disponibilizar informação e facilitar interação entre os agentes regionais a fim de fomentar o investimento do Centro de Portugal. A sua componente operacional prende-se com a responsabilidade de intervir ativamente na promoção da informação sobre os múltiplos programas financeiros de génese nacional, comunitária e internacional, procurando dinamizar a vertente da captação do investimento regional. O reconhecimento das Políticas Públicas aconteceu, primeiramente, ao nível da CCDRC, a fim de perceber quais os programas de encaixe na CM, nas dimensões Cultura, Turismo e Responsabilidade Social (Figura 5, Tabela Suplementar I).

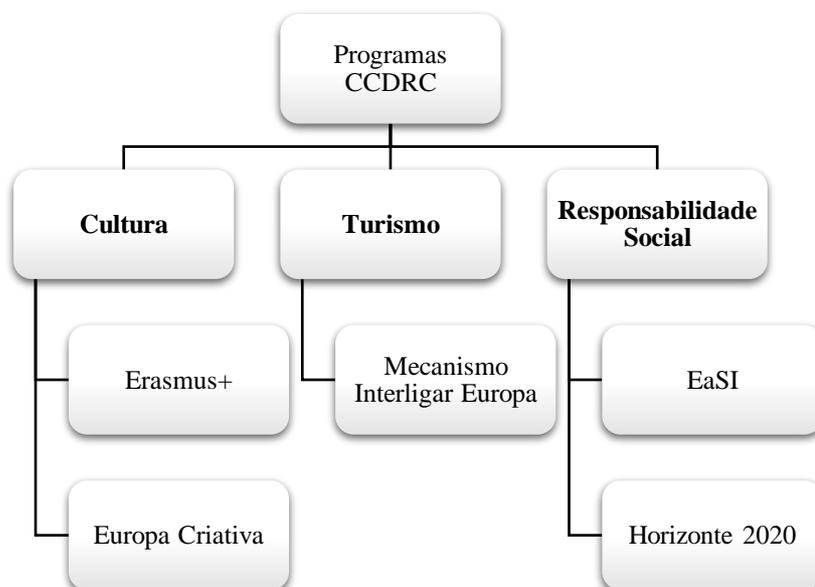


Figura 5 – Organização da Programação, em vigor, da CCDRC afeta às dimensões Cultura, Turismo e Responsabilidade Social. O Erasmus+ e a Europa Criativa são dois programas alusivos à promoção da Cultura, e o programa Mecanismo Interligar Europa faz referência à sustentabilidade dos transportes e da própria mobilidade. Na área da Responsabilidade Social os programas destacam o papel empresarial na prestação de serviços a grupos vulnerabilizados.

Fonte: Autor.

O Erasmus+ é um veículo de reforço de competências e de empregabilidade. Permite dar visibilidade à educação, modernizando-a, e à atividade jovem, oferecendo oportunidades de cooperação nos setores da educação, da formação, da juventude e do desporto. Atualmente destacado, através dos jogos olímpicos, como indissociável do ramo educativo.

A preservação da diversidade cultural linguística dos setores criativos Europeus é assegurada pelo programa Europa Criativa, que fornece os meios necessários à promoção da cooperação transfronteiriça.

No setor do Turismo, o programa Mecanismo Interligar Europa traduz-se num plano de financiamento para a melhoria das redes europeias, no domínio dos transportes, da energia e da tecnologia digital. O Mecanismo contribuirá, a longo prazo, para o desenvolvimento de redes inteligentes, sustentáveis e interligadas nos domínios referidos (CCDRC, 2020).

Na área da Responsabilidade Social, o programa EaSI, constitui um instrumento a nível Europeu que consagra a prestação de apoio especial a grupos vulnerabilizados (e.g população jovem), a promoção da igualdade de género, o combate à discriminação, a promoção da qualidade e da sustentabilidade do emprego, a proteção social adequada e decente, o combate ao desemprego de longo prazo e o combate à pobreza e à exclusão social. O Horizonte 2020, é o principal instrumento de financiamento de apoio à Investigação e à Inovação na Europa. Esteve em vigor de 2014 a 2020, com um orçamento global de 79 mil milhões de euros. Preza pela excelência científica e pela liderança industrial, apoiando investigações em áreas prioritárias com o objetivo de manter a UE na posição de líder mundial nesses setores. No apoio às PME, disponibiliza instrumentos de desenvolvimento de atividades inovadoras e mecanismos de facilitação no acesso ao crédito.

É um programa integrado no IAPMEI – Instituto de Apoio às PME, Instituto que nos apresenta uma outra solução de financiamento – *Business Angels (BA)*. Os BA são investidores individuais em capital de risco para PME, informais, normalmente empresários ou diretores de empresas, que investem o seu capital, conhecimento e experiência em projetos promovidos por empreendedores em início de atividade ou em fases críticas de crescimento. Trata-se de uma entrada no capital das empresas, delimitada no tempo, com o objetivo de valorização a médio prazo, através de alienação posterior das participações a outros interessados. O financiamento por BA constitui uma oportunidade para projetos empresariais inovadores ou com potencial de crescimento. Regra geral, tem associada uma parceria na gestão, que representa uma vantagem importante para empreendedores com pouca experiência empresarial prévia (CCDRC, 2020).

No passado dia 05 de agosto, o Programa Centro 2020 aprovou 111 candidaturas nas áreas da regeneração urbana, educação, formação e capacitação, saúde, património natural e cultural, e em áreas empresariais, que representam uma comparticipação de fundos europeus

de 36,7 milhões de euros, e foi reforçado o financiamento a 76 candidaturas, já anteriormente aprovadas num montante de 13,8 milhões de euros. O município de Penela mereceu aprovação nos dois projetos apresentados, Requalificação do Espaço Natural da Louçainha e Reabilitação do Centro Municipal de Proteção Civil (CCDRC, 2014).

### 5.3 Programas da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

Tanto no domínio da Cultura como do Turismo, a CIM/RC prioriza a sinergia, e, as redes institucionalizadas são agora palco dos programas de dinamização cultural. Nos países de pequena dimensão, as “redes” vieram mostrar que uma prática cooperativa é mais vantajosa que uma prática competitiva quando o tópico trata uma cultura inclusiva. As experiências realizadas em rede, até à data, em Portugal, estão classificadas como benéficas, independentemente de terem sido motivo de destaque ou não, dada a confirmação positiva de resultados (CIM/RC, 2020a). Os exemplos que corroboram esta dinâmica são os programas de âmbito cultural da CIM/RC, a Cultura em Rede, a Rede Intermunicipal de Bibliotecas e a Agenda Urbana, que ambicionam contribuir para a coesão social e a democracia cultural, como enunciado (Figura 6, Tabela Suplementar II), na dimensão Cultura, coluna da esquerda.

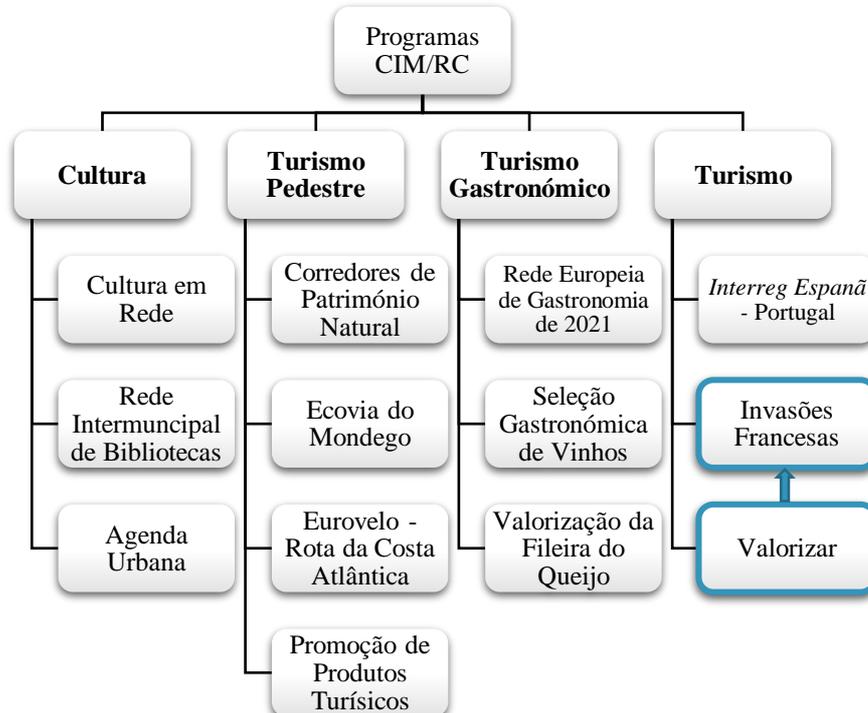


Figura 6 – Organização dos Programas em vigor, da CIM/RC, afetos às dimensões Cultura e Turismo. Na coluna da esquerda encontram-se os programas afetos à Cultura, que primaziam pela inclusão, a Cultura em Rede, a Rede Intermunicipal de Bibliotecas e a Agenda Urbana. O eixo do Turismo está dividido em Pedestre, Gastronómico e Turismo. O primeiro destaca os Corredores de Património Natural, a Ecovia do Mondego, a Eurovelo – Rota da Costa Atlântica e a Promoção dos produtos Turísticos. A gastronomia embeleza os programas da Rede Europeia 2021, Seleção Gastronómica de Vinhos e Valorização da Fileira do Queijo. As

Invasões Francesas, o Interreg Espanã – Portugal e o Programa Valorizar, rompem padrões e estabelecem contactos internacionais de preservação histórica.

Fonte: Autor.

Ao nível do Setor do Turismo, a CIM/RC, pretende contribuir para a valorização e qualificação da experiência de visitação de Áreas Classificadas integradas na Rede Fundamental da Conservação da Natureza. Para isso, aumentou a criação de condições físicas de apoio à visita, nomeadamente, trilhos, sinalética de orientação e informativa, estruturas sustentáveis de observação, informação, interpretação e de relação com a natureza.

As caminhadas ao ar livre, a gastronomia e a inovação destacam a Região de Coimbra como destino turístico de excelência. Os programas turísticos que ilustram isso mesmo, na área pedestre são a Valorização dos Corredores de Património Natural da Região de Coimbra, a Ecovia do Mondego – Prolongamento da Ecopista do Dão e a Eurovelo – Rota da Costa Atlântica, são responsáveis por unir municípios, de forma ciclável. Os Produtos Turísticos da Região de Coimbra, inseridos no Turismo 2020, têm por base crenças culturais, naturais, patrimoniais e históricas, de elevado valor distintivo e atrativo, como são exemplo o artesanato, o património edificado e a própria natureza. A gastronomia é exaltada pela Rede Europeia de Gastronomia 2021, pela Seleção Gastronómica de Vinhos e pela Valorização da Fileira do Queijo (CIM/RC, 2020b).

O Programa Valorizar – Rede Temática das Invasões Francesas em Portugal, foi uma Candidatura submetida em 2018 pela CIM/RC. Realizou-se, numa primeira fase, em articulação com 13 municípios (Almeida, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Elvas, Loures, Lourinhã, Mafra, Mealhada, Mortágua, Penacova, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira), e com o Ministério da Defesa Nacional. Tem como premissa fundamental estabelecer um conjunto de requisitos mínimos nos diferentes espaços geográficos que integram esta Rede Temática, e que efetivamente apresentem uma ligação umbilical às Invasões Francesas (Figura 6, a azul).

A candidatura à Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior, como Rede Temática das Invasões Francesas, foi aprovada em 2019 com um investimento total de 430.000,00€, com um montante de 300.000,00€ não reembolsável.

O município de Penela apresentou a candidatura ao Programa Valorizar – Rede temática das Invasões Francesas, pelo que a CM, no presente ano 2021, passou a integrar um dos pontos do circuito turístico ligado às invasões francesas. As restantes linhas de apoio, quer na CCDRC, quer na CIM, que caberiam nos projetos a desenvolver pela CM, não puderam

efetivamente ser utilizadas pela mesma dada a sua natureza jurídica, não tendo sido abrangida por nenhum apoio extraordinário, pese embora integrar o circuito das invasões francesas (CIM/RC, 2020b).

## 6. Organismos de Apoio a Projetos

### 6.1 Considerações Gerais

Os organismos de apoio a projetos nas áreas da Cultura, Turismo e Responsabilidade Social, enunciados na Figura 7, incluem a Direção-Geral das Artes (DGArtes), que se destaca na área da Cultura com as ofertas de apoio à programação e aos artistas (DGArtes, 2020a)., e o Turismo de Portugal, com distinta relevância em programas criativos de atratividade turística (Turismo, 2020). As corporações, como fundações e empresas sociais que atuam na área da Intervenção Social/ Responsabilidade Social, serão discutidas posteriormente. Os requisitos para candidatura são específicos e não se encaixam no projeto da casa.

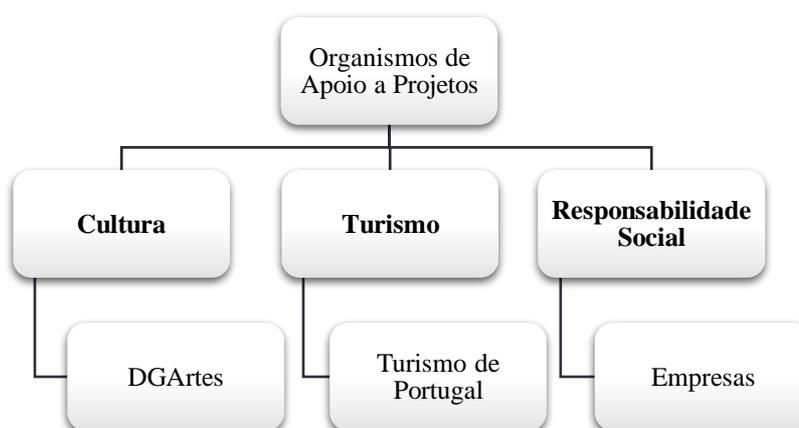


Figura 7 – Organismos de Apoio a Projetos selecionados para a investigação das Políticas Públicas passíveis de candidatura pela CM. A Direção-Geral das Artes no domínio Cultura, o Turismo de Portugal no que concerne à dimensão Turismo e Empresas para no âmbito da Responsabilidade Social.

Fonte: Autor.

### 6.2 Direção-Geral das Artes

O Plano de Atividades proposto pela DGArtes prende-se com o cumprimento de objetivos estratégicos como a garantia do acesso à criação e fruição artísticas; a estimulação do trabalho em rede entre a administração central e local, agentes públicos e sociedade civil; a implementação de medidas de apoio às artes e a divulgação e valorização da produção artística nacional em Portugal e no estrangeiro. Para a sua execução oferece um conjunto de

programas e atividades afetos aos recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis, onde a natureza jurídica das entidades candidatas tem um peso extremamente relevante e decisivo na atribuição de financiamento (DGArtes, 2020b). Os programas de apoio estão divididos em três tipologias adequadas aos diferentes posicionamentos e expectativas dos agentes do setor — o Apoio Sustentado, o Apoio a Projetos e o Apoio em Parceria<sup>12</sup> (Figura 8).

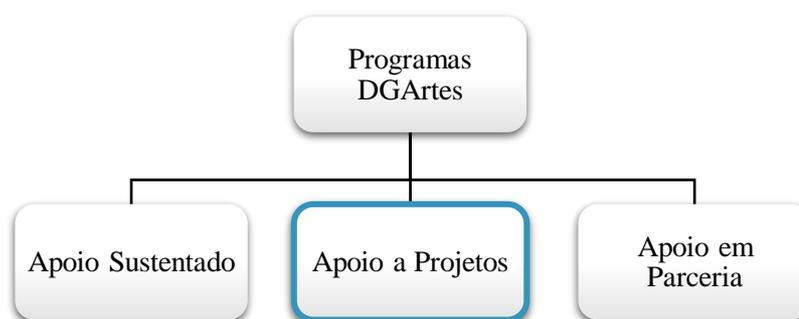


Figura 8 – Programas oferecidos pela DGArtes divididos em três tipologias com requisitos distintos: Apoio Sustentado, Apoio a Projetos e Apoio em Parceria.  
Fonte: Autor.

O Programa de Apoio Sustentado dirige-se a estruturas profissionais com atividade continuada, visando a sua estabilidade e consolidação. Mantém as vertentes bienal e quadrienal, e os recursos técnicos e humanos indispensáveis ao normal funcionamento das entidades elegíveis, são contemplados. Apresentam valorização acrescida as empresas que associem a cooperação dos municípios à sua atividade. A CM não pretende ir pela via de cooperação autárquica dado, até ao momento, não possuir colaboradores full-time, ou part-time, somente voluntários.

O Programa de Apoio a Projetos é voltado às entidades elegíveis que pretendam executar atividades num horizonte anual, preservando o dinamismo e a renovação do tecido artístico nacional.

O programa de apoio em parceria constitui uma plataforma de convergência de objetivos e estratégias, integrando áreas de confluência e potenciando ações e resultados de natureza intersetorial ou transversal que se enquadrem nos propósitos do presente diploma. Esta modalidade permite que a área da cultura se associe a outras entidades financiadoras, públicas e privadas, para o lançamento conjunto de outras linhas de apoio (DGArtes, 2020b).

---

<sup>12</sup> Substitui um modelo hoje disperso por quatro tipologias e treze modalidades de apoio, nem todas devidamente regulamentadas.

Foi efetuada uma candidatura no ano de 2019, independente, no entanto, devido à Casa não preencher todos os requisitos estipulados pela DGArtes, nomeadamente, ser uma entidade sem fins lucrativos, não mereceu aprovação. Dados os requisitos exigidos para o período 2020/2021, a Casa estaria passível de apresentar candidatura, em parceria com uma entidade elegível, à categoria de Programação, inserida nos Programas de Apoio a Projetos - Programação e Desenvolvimento de Público (Figura 8, a azul). O método para atribuição dos projetos é por concurso e podem concorrer pessoas coletivas de direito privado com sede em Portugal, natureza jurídica da CM. Foi efetuada uma nova candidatura em 2020, novamente com destino à categoria de Programação inserida nos Programas de Apoio a Projetos – Programação e Desenvolvimento de Público, mas, desta vez, em parceria com a Companhia da Chanca, companhia de teatro profissional local. A Companhia da Chanca aliou a sua estratégia de atuação ao dinamismo da CM, merecendo aprovação, no presente ano, pela DGArtes.

As áreas elegíveis, e que receberam atenção durante a elaboração teórica da programação, são a artística, as áreas performativas (circo contemporâneo e artes de rua, dança, música e teatro), artes visuais (arquitetura, artes plásticas, design, fotografia e novos media) e cruzamento disciplinar.

Nos Programas de Apoio a Projetos para além do investimento na Programação e Desenvolvimento de Público, é esperado o apoio à dinamização internacional das artes e da cultura portuguesa, através do Programa Internacionalização, a ser explorado futuramente pela CM. A cooperação com outros países visa a projeção de obras ou projetos pelo espaço internacional, especificamente ações de acolhimento de promotores em contexto específico (DGArtes, 2020c).

No momento, de acordo com a candidatura aprovada e com o montante disponibilizado, são apenas valorizados os projetos desenvolvidos em território nacional, tendo sido esse um dos requisitos (Tabela 1, Tabela Suplementar III).

Tabela 1 – Montante financeiro a atribuir às entidades candidatas, pelo Programa de Apoio a Projetos em 2021, no domínio Programação e Desenvolvimento de Público, cujos projetos são desenvolvidos em território nacional, por patamar, de acordo com a apreciação e posterior classificação de candidatura.

Fonte: Adaptado de (DGArtes, 2020c).

Patamares financeiros (euros)	Número máximo de candidaturas a apoiar	Montante financeiro disponível por patamar (euros)
50.000,00€	3	150.000,00€
40.000,00€	5	200.000,00€

25.000,00€	8	200.000,00€
15.000,00€	10	150.000,00€
Total	26	700.000,00€

O montante financeiro global disponível equivale a 700.000,00€ (setecentos mil euros), no entanto o montante a atribuir por candidatura é igual ao montante do patamar financeiro a que se candidata. As candidaturas são ordenadas dentro de cada patamar de acordo com a pontuação atribuída pela Comissão de apreciação para efeitos de atribuição dos apoios, não havendo transição entre patamares.

A CM e a Companhia da Chanca receberam, pela sua candidatura em parceria, o montante de 50.000,00€ para a Programação e Desenvolvimento de Públicos (Tabela 1, a azul).

### 6.3 Turismo de Portugal

O Turismo de Portugal, instituto público titulado pelo Ministério da Economia e Transição Digital, é a Autoridade Turística Nacional. É responsável pela promoção, valorização e sustentabilidade da atividade turística, agregando numa única entidade todas as competências institucionais relativas à dinamização do turismo, desde a oferta à procura.

Estabeleceu uma sólida relação com outras entidades públicas e agentes económicos no país e no estrangeiro, criando condições para reforçar o turismo como um dos principais motores de crescimento de economia portuguesa (Turismo, 2020).

A sua programação tem por missão a promoção de Portugal como destino turístico, o apoio ao desenvolvimento das infraestruturas turísticas e o próprio investimento no setor, o desenvolvimento da formação de recursos humanos (Figura 9).

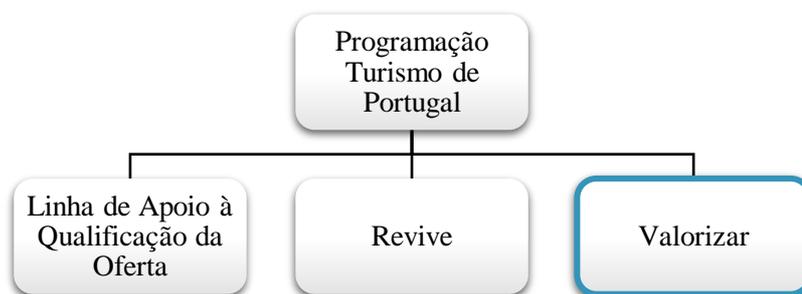


Figura 9 – Iniciativas oferecidas pelo Turismo de Portugal, onde estão incluídos a Linha de apoio à qualificação da oferta e os programas Revive e Valorizar, este último atribuído à CM.  
Fonte: Autor.

A Linha de Apoio à Qualificação da Oferta, instrumento financeiro para apoio às empresas do setor do turismo, foi renovada e reforçada em 300 milhões de euros. Destinada ao financiamento a médio e longo prazo de projetos turísticos que se traduzam na

requalificação, criação e reposicionamento de empreendimentos, preferencialmente em zonas de baixa densidade.

O programa Revive, linha de crédito com garantia mútua, visa promover e agilizar os processos de rentabilização e preservação de património público que se encontra devoluto, tornando-o apto para afetação a uma atividade económica com finalidade turística em várias zonas do país. É disponibilizado um montante global de 150 milhões de euros, destinado a PME.

Por último, o programa Valorizar apresenta três linhas de financiamento específicas. Apoio à valorização turística do interior, apoio à sustentabilidade e a linha de apoio financeiro à realização e captação de congressos e eventos. O objetivo pauta por dotar os agentes públicos e privados, que atuam na área, de um instrumento financeiro que permita potenciar e melhorar a experiência. São apoiadas iniciativas que tenham em vista a regeneração e reabilitação dos espaços públicos com interesse para o turismo, e a valorização turística do património cultural e natural do país, promovendo condições para a desconcentração da procura (Turismo, 2020). A CM foi merecedora deste financiamento pela linha de apoio à valorização turística do interior (Figura 9, a azul).

Consciente da necessidade de estimular a inovação do setor, o Governo definiu o empreendedorismo como uma das prioridades em termos de política setorial, com o objetivo de promover Portugal como destino moderno e inovador, capaz de atrair novos investimentos, talento e visitantes internacionais.

A estratégia para o Turismo 2027 do Turismo de Portugal consiste em: pensar no futuro, agir no presente. O referencial estratégico a aplicar no horizonte 2017-2027, pretende responder a um dos objetivos do Programa do Governo: “investir num planeamento participado da atividade turística através de um Plano Estratégico Nacional do Turismo.”

A liderança do turismo do futuro implica afirmar Portugal como um destino sustentável, um território e sociedade coesos, inovador e competitivo, que valoriza o trabalho e o talento. Além da reflexão acerca de onde Portugal estará daqui a 10 anos – na liderança do turismo do futuro – importa questionar quais as metas necessárias para obter esse fim com sucesso. Como referiu o secretário-geral da Organização Mundial de Turismo, Taleb Rifai, “o melhor de Portugal são os portugueses.” O turismo em Portugal tem capacidade para ser uma prática anual, acrescentando valor e dinamismo ao país, no entanto, o financiamento para as

pequenas empresas continua a ser um entrave (Batista et al., 2019; Cabral, 2017; R. Lima et al., 2012) .

Num concelho como Penela, em que a gastronomia e os trilhos pedestres acompanhados de belas paisagens naturais são um forte indicador turístico, o nascimento do polo cultural CM aumentou a procura, na medida que estimula uma cultura e um ecossistema empreendedores. Programas de incentivo fazem-se necessários.

No quesito desenvolver e apoiar empresas, o apoio técnico visa o desenvolvimento de novos produtos e a transformação dos modelos de negócio. Disponibiliza indicadores de atividades e estatísticas, análises de mercado e tendências, assim como informação de mercado e uma área dedicada ao impacto da pandemia no setor turístico mundial, através da plataforma de gestão de conhecimento da atividade turística, TravelBI.

## 7. Voluntariado – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

Para além dos programas a que a Casa se candidatou e recebeu resultado positivo, os restantes descritos e passíveis de candidatura não dariam o parecer expectável, dado a natureza jurídica da Casa ser um entrave face aos requisitos. Por essa razão, numa segunda fase procedeu-se à investigação de opções junto dos privados.

Previamente a isso, o Voluntariado Corporativo foi abordado. A Casa já tem os seus voluntários, seria uma questão de regulamentação. No entanto, a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social não define voluntariado corporativo. Define sim o voluntariado como “o conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas”<sup>13</sup>. O que nos indica que não são abrangidas pela presente Lei as atuações que, embora desinteressadas, tenham um carácter isolado e esporádico ou sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança. Foi assim necessário ir pela Confederação Portuguesa de Voluntariado (CPV) e não pela Lei, que, até à data, só reconhece como entidade promotora de voluntariado as

---

<sup>13</sup> À luz da lei nº 71 de 3 de novembro de 1998, o voluntariado é definido como o conjunto de ações sociais e comunitárias realizadas desinteressadamente, e, são apenas reconhecidas como entidades promotoras de voluntariado as organizações públicas ou privadas sem fins lucrativos (nº1, artigo 2º).

organizações públicas ou privadas sem fins lucrativos. Logo, a CM não cabe nesta dimensão. A via da CPV permite que a CM realize a candidatura ao Selo de Qualidade em Voluntariado, no nível Prestígio<sup>14</sup>. O Selo de Qualidade em Voluntariado é um sistema de identificação, análise e valorização de boas práticas de gestão de programas de voluntariado, que não olha à natureza jurídica da organização promotora.

## 8. Apoios Complementares

### 8.1 Considerações Gerais

As Políticas Privadas trazem consigo a questão de que, maioritariamente, grandes empresas não apoiam as PME o que dificulta a projeção de uma parceria. As entidades promotoras de responsabilidade social, ao desempenharem um papel notório nesta área, carecem de uma perceção realista face à sobrevivência de microempresas, independente da contribuição dos setores do turismo e da cultura para a política de coesão local com repercussão nacional (Jupe & Funnell, 2015; Sarmiento, 2013). Como tem vindo a ser discutido ao longo do trabalho, o superior interesse da revisão dos requisitos de elegibilidade tem sempre que ver com a promoção do desenvolvimento competitivo dos territórios de baixa densidade.

Depois de terem sido analisadas as Políticas Públicas e a sua desadequação ao projeto em causa, não sendo suficientes para alavancar esta ação, e com a certeza de que é necessário unir esforços dos diversos setores, procuraram-se identificar outros apoios complementares, nomeadamente no setor privado (Figura 10).

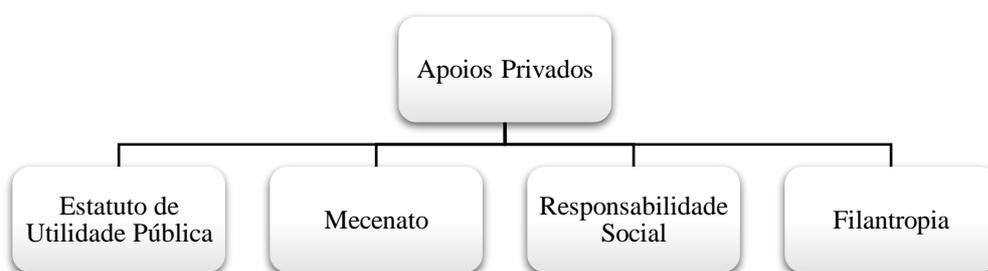


Figura 10 – Identificação dos Apoios Privados enquanto possíveis parceiros nos domínios de Utilidade Pública, Mecenato, Responsabilidade Social e Filantropia.

Fonte: Autor.

Para análise foram selecionados nomeadamente no quesito do Estatuto de Utilidade Pública, no domínio do Mecenato, da Responsabilidade Social e da Filantropia.

<sup>14</sup> Ver Regulamento do Selo de Qualidade em Voluntariado Join4Change.

## 8.2 Utilidade Pública

O estatuto de utilidade pública permite a obtenção de financiamento através do mecenato. Pessoas singulares e coletivas que contribuem com verbas e bens para estas instituições podem descontar esses valores em sede de IRS e IRC, conforme estabelecido no Estatuto dos benefícios Fiscais. A declaração de utilidade pública é da competência do Primeiro-Ministro, atualmente delegada no Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, sendo objeto de despacho publicado no Diário da República. As entidades interessadas podem requerer os pedidos de declaração de utilidade pública na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, sendo este o órgão instrutor.

As pessoas coletivas de utilidade pública<sup>15</sup> são, quanto à sua natureza jurídica, pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos (associações, fundações ou certas cooperativas), que prossigam fins de interesse geral em cooperação com a Administração central ou local de merecerem, por parte da mesma, a declaração de utilidade pública.

A Casa não preenche os requisitos de utilidade pública e como tal não pode beneficiar deste tipo de apoio.

## 8.3 Mecenato Cultural

O Mecenato Cultural consiste na contribuição social para um país culturalmente desenvolvido e conseqüentemente enriquecido, e para uma melhor democracia. Os donativos são atribuídos, por indivíduos ou empresas, a entidades públicas ou privadas que se dediquem a atividades de reconhecido valor artístico e cultural. O Estado prescinde de uma parte da sua receita fiscal para apoiar e cofinanciar esta prática, através da atribuição de benefícios fiscais aos Mecenas<sup>16</sup>. Para os projetos artísticos e culturais que recebem Mecenato, vantagens como a diversidade de fontes de financiamento e a sustentabilidade financeira do projeto, aumentam o acesso a novas plataformas de divulgação e o alargamento de públicos (Marques, 2019; Vinci et al., 2009).

Em 2021 foram aprovadas novas regras aplicáveis ao Mecenato Cultural e que inclusive são promissoras para a CM. As entidades privadas com fins lucrativos passam a

---

<sup>15</sup> Note-se o regime jurídico da declaração de utilidade pública previsto no Decreto-Lei nº 460/77, de 7 de novembro, aletrado pelo Decreto-Lei nº 391/2007, de 13 de dezembro.

<sup>16</sup> Num mundo contemporâneo, os Mecenas têm um papel fundamental no contributo para sociedades culturalmente mais desenvolvidas e para a união das comunidades em que operam, podendo, através do seu apoio, criar um impacto social único.

ser elegíveis para receber donativos. Empresas de organização de festivais ou de eventos culturais, entidades privadas detentoras ou gestoras de património cultural, podem ver o interesse cultural das suas atividades reconhecido. Podem tornar-se elegíveis para receber donativos ao abrigo do Mecenato Cultural, ou seja, os seus Mecenas poderão usufruir dos benefícios fiscais previstos na lei.

O regime excecional aumenta os benefícios fiscais para os Mecenas, em particular os que apoiem a conservação de património e a programação museológica, particularmente, projetos que se realizem em territórios do interior, como acontece na situação em análise<sup>17</sup>.

#### 8.4 Conceito de Desenvolvimento Sustentável

Os temas relacionados com a sustentabilidade estão cada vez mais presentes nas estratégias empresariais, ao longo das cadeias de valor e no relacionamento com clientes, fornecedores e parceiros de negócio. O Desenvolvimento Sustentável é definido como um modelo de desenvolvimento que *“responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades”*. Pressupõe uma visão aprofundada e a estratégica do próprio desenvolvimento, abordando de forma intensiva a tríade economia – ambiente – sociedade. A Resolução da Organização das Nações Unidas intitulada: *“Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”* integra 17 objetivos desdobrados em 169 metas (Figura 11) (Meckling & Nahm, 2018; UNRIC, 2016).



Figura 11 – Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pela Organização das Nações Unidas, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2016.  
Fonte: Site oficial das Nações Unidas UNRIC (2016).

<sup>17</sup> Consultar as Novas Regras do Mecenato Cultural em [culturaportugal.gov.pt](http://culturaportugal.gov.pt).

Com os 17 ODS estabelecidos, as prioridades e aspirações dos Governos e cidadãos para 2030 estão definidas. A meta prende-se com alcançar um novo modelo global de governança para erradicar a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar, combater as desigualdades sociais, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.

A CM é um vetor de contribuição à implementação de quatro ODS (Figura 11, sublinhado a azul). O Objetivo número um, Educação de Qualidade, promovendo uma educação inclusiva pela arte e pela cultura, intimamente ligado ao décimo Objetivo, a Redução das Desigualdades. A CM pretende corrigir as desigualdades de quem mora no interior do país, combatendo o despovoamento e contribuindo para uma comunidade coesa e sustentável do ponto de vista social e económico, o que já inclui o décimo primeiro Objetivo, Cidades e Comunidades Sustentáveis. Por último, o décimo sétimo Objetivo, Parcerias e Meios de Implementação, vem constatar que somente através do estabelecimento de parcerias e do desenho de Políticas Públicas inovadoras se poderá fazer jus à missão da CM.

#### 8.5 Conceito de Responsabilidade Social

É comum a vários autores, a dificuldade em definir o conceito de responsabilidade social, dado o seu dinamismo e variabilidade. Se por um lado as responsabilidades sociais e as realidades empresariais evoluem com o tempo, por outro, existe uma íntima relação trígona entre os dois conceitos e o conceito de sustentabilidade, que enriquece o *corpus* teórico. A CE em 2001 traduziu responsabilidade social como a integração voluntária das preocupações sociais e ambientais, por parte das empresas, nas suas operações comerciais e nas relações com os interlocutores. Embora a definição fosse já praticada por várias empresas à data, inclusive na Europa, ficou marcada pela alteração do papel atribuído ao setor empresarial, enquanto responsabilidade social empresarial. Valores e responsabilidades afetos às empresas e as implicações provenientes da gestão enquanto exercício de cidadania, contribuem para uma cultura onde são respeitadas a liberdade dos *shareholders* e dos *stakeholders* e a preservação dos recursos comuns, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do ambiente envolvente.

Uma outra definição validada na literatura é a de (Carroll, 1999), que divide o conceito de responsabilidade social empresarial em quatro vertentes: responsabilidade económica, responsabilidade legal, responsabilidade ética e responsabilidade voluntária. A junção das quatro compõe a noção de responsabilidade social corporativa.

Poder-se-á afirmar que uma empresa responsável é uma empresa que se preocupa com as consequências de todo e qualquer processo que desenvolve. Quer este parta de si, quer pelo qual se encontre envolvida, evitando gerar impacto negativo e procurando fazer a diferença através do impacto positivo nas áreas económica, ambiental e comunitária. Uma empresa deve ser responsável não só com as suas causas internas, intrínsecas ao seu *DNA*, económico-financeiras e relacionadas aos seus colaboradores, mas também com as causas externas como as relações sociais e ambientais.

Hodiernamente, existe um número significativo de empresas portuguesas a preocuparem-se em compreender o conceito e dimensões adjacentes à responsabilidade social empresarial e a incorporá-lo nas suas atividades. A sua problemática tornou-se um tema recorrente no mundo económico, dada a procura acentuada pela elaboração de projetos socialmente responsáveis no dia-a-dia empresarial (Calçada & Reck, 2020).

Num contexto em que se estimula o uso da cidadania empresarial, é preferível falar de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade empresarial, por opção à abordagem da responsabilidade social. Isto porque não existe abertura para falar em responsabilidade social onde não se encaixe o conceito de desenvolvimento sustentável, o qual pressupõe o desenvolvimento equilibrado nas suas múltiplas dimensões. Opta-se assim pela designação de responsabilidade empresarial, numa perspetiva de cidadania empresarial que contribui para o modelo de desenvolvimento sustentável (Santos, 2012).

No processo de densificação do conceito de responsabilidade social vem ganhando força o pilar cultural, considerando-se que sem esta vertente não se poderá falar em verdadeira coesão social, ambiental e económica. É neste sentido, que vale a pena perceber se o projeto da Casa Família Oliveira Guimarães pode beneficiar do apoio privado, através desta perspetiva.

## 8.6 Conceito de Filantropia

Uma das dimensões-alicerce da responsabilidade social empresarial é a filantropia<sup>18</sup>, responsável pelo aumento da vantagem competitiva da empresa. Contudo, são claras as distinções entre ambas. A responsabilidade social empresarial é voltada para todos os intervenientes da empresa, bem como o meio envolvente, comunidade e ambiente. A filantropia está presente em várias facetas, entre as quais doações, intervenções na

---

<sup>18</sup> Fundação Rockefeller no Reino Unido, pioneira no conceito.

comunidade em geral, as próprias organizações não-governamentais, fundações, associações ou simplesmente o ato de auxiliar terceiros (Frota et al., 2015).

A prática filantrópica pode ocorrer de forma direta ou indireta, na primeira, a própria organização realiza e acompanha os projetos com controlo, na segunda, ocorre com o apoio de parceiros. Porém, existe um ponto de encontro, uma vez que a responsabilidade social pode ser descrita como toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, assim, dentro do universo de ações socialmente responsáveis, a ação filantrópica é tida como a alavanca transformadora das realidades sociais em questão. Deve ser encarada pelas organizações como uma atividade de cunho estratégico e que deve ser implementada, com vista à criação de uma relação ganho-ganho, em que, tanto a parte doadora quanto a recetora dos donativos são ambas beneficiárias, fomentando uma prática sustentável (Delta, 2021).

O conceito de filantropia pode também ser definido como “cidadania corporativa”, ou obrigação de fazer por meio de estratégias, tendo por base os direitos humanos de forma universal. No mundo da administração público-privada, agir de forma social e económica à esfera empresarial, através da filantropia, é ainda percebido pela sociedade como um ato não valorizado. Urge a necessidade de colmatar tais pré-conceitos.

## 9. Estado das Artes em Portugal

Na Cimeira Social do passado dia 07 de maio, a Ministra da Cultura, Graça Fonseca, afirmou que a área governativa da Cultura deve “promover o desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade social e de impacto territorial alargado”, capacitando a cultura de novos métodos concretos para resolver problemas”. Cumprir à Cultura repensar um país mais sustentável, mais coeso e mais resiliente, promovendo o papel vital que as artes e o património desempenham tanto no impacto local como numa dinâmica global de coesão territorial. Uma visão que se tornou ainda mais premente no atual contexto pandémico, tal como será no contexto pós-pandémico que se está a preparar. A educação afirma-se como prioritária na consecução destes fins, já que dentro da Agenda 2030 figura um objetivo em si mesmo (ODS 4) (Castro & Castro, 2021; Casula, 2021). Impõe-se uma abordagem de educação que capacite os educandos a tomar decisões informadas e adotar ações responsáveis que assegurem a integridade ambiental, a viabilidade económica e uma sociedade justa para as gerações presentes e futuras (Figura 12).

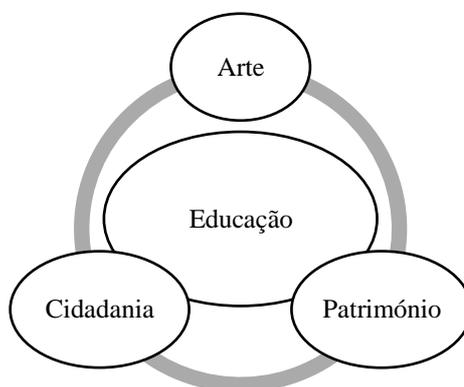


Figura 12 – A importância da Educação, nas práticas artísticas, patrimoniais e cidadãs, em crianças nas diversas faixas etárias.  
Fonte: Autor.

A Agenda de Educação 2030 e o ODS 4 vão além dos marcos que caracterizam o movimento educacional mundial (Objetivos de Educação Para Todos, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio), priorizando um marco mais exigente como a garantia de acesso à educação desde a primeira infância até ao Ensino Superior e formação ao longo da vida, e a aposta numa educação inclusiva capaz de constituir uma ferramenta de combate às desigualdades. A Arte é uma linguagem universal, que transmite significados inacreditáveis a qualquer outro tipo de linguagem, seja esta linguagem semântica, dialógica ou científica. Assim, educar para a cidadania é educar para uma transformação social e para um bem-estar coletivo. Não é possível educar para a cidadania se a educação não incluir a dimensão artística e patrimonial (UNRIC, 2016).

É hoje uma certeza comprovada cientificamente que a Arte se apresenta como uma expressão pessoal e cultural e como um instrumento essencial no desenvolvimento social e humanista nas crianças e nos jovens, desenvolvendo a percepção e a imaginação, possibilitando a apreensão da realidade do meio envolvente e desenvolvendo a capacidade crítica e criativa, assumindo-se ainda como um instrumento, por excelência, para educar as emoções. A estratégia de uma educação integral exige uma educação cidadã, uma educação para as artes e uma educação para o patrimônio (Silva & Medeiros, 2020; UNRIC, 2016).

## 10. Empresas com Linhas de Financiamento no Âmbito da Responsabilidade Social

O conceito de Responsabilidade Social “Corporativa” obriga a retroceder um século, mas a verdade é que este tema nunca teve o impacto que tem atualmente (Magalhães, 2019). Um número significativo de empresas portuguesas inclui nos seus objetivos a vontade de contribuir para um mundo socialmente e ambientalmente saudável. Foram selecionadas as cinco empresas portuguesas com maior destaque em práticas de responsabilidade social empresarial (Figura 13).



Figura 13 – As cinco empresas portuguesas, selecionadas para este trabalho, com práticas de responsabilidade social. Fundação Millennium, Fundação Manuel António da Mota, Fundação Montepio, Fundação EDP e Fundação Vasco Vieira de Almeida.

Fonte: Autor.

A Fundação Millennium (FM) reflete a vontade do banco em assumir uma responsabilidade social de apoio ao desenvolvimento das comunidades em que está inserida. A sua atividade prende-se com a estratégia de afirmação da cultura, enquanto responsabilidade social, nas áreas da Cultura, Ciência&Conhecimento e Solidariedade Social (FM, 2021). A ação mecenática promove projetos que se enquadram, preferencialmente, nestas áreas, tendo em vista a sustentabilidade económica, social, ambiental e cultural (Tabela Suplementar IV).

Sediada na cidade do Porto, a Fundação Manuel António da Mota (FMAM) tem por fins estatutários a promoção, desenvolvimento e apoio a iniciativas de natureza social nos domínios da beneficência e solidariedade social. Constitui o contemporâneo e natural corolário da matriz e tradição filantrópicas do Grupo Mota-Engil, na senda do legado do seu fundador Manuel António da Mota, empreendedor e filantropo que se superou a si próprio

(FMAM, 2021). A FMAM atua em parceria com diversos organismos promotores, nas áreas indicadas, incluindo o domínio da educação (Tabela Suplementar V).

O associativismo, o humanismo e a solidariedade são três qualidades que prezadas pela Associação Mutualista Montepio. A Fundação Montepio assume um papel fundamental na construção de parcerias e na concessão de apoios ao Setor Social da Economia, procurando estabelecer um contacto permanente com a comunidade envolvente (FMO, 2021). As iniciativas de intervenção social podem ser realizadas através de projetos-raiz da entidade promotora Montepio (Tabela Suplementar VI), ou em sistema de cooperação (Tabela Suplementar VII). A Fundação Montepio é também mecenas de projetos nas áreas assinaladas neste trabalho, com especial relevância na intervenção social (Tabela Suplementar VIII). A Fundação exerce a sua atividade através de projetos que integra na sua totalidade, projetos celebrados por protocolo e outros através de parceria, (Tabelas Suplementares IX, X e XI, respetivamente). No âmbito da sua Política de Responsabilidade Social, tem vindo a desenvolver parcerias com várias organizações e projetos.

A candidatura ao Selo da Diversidade, uma iniciativa em parceria com o Alto-Comissariado para as Migrações pretende, pelo terceiro ano, reconhecer e destacar as organizações que procuram desenvolver e implementar políticas e práticas orientadas para a promoção e valorização da diversidade. No ano de 2021, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) promove a sétima edição do Prémio APAV para a Investigação, com o apoio da Fundação Montepio. Destina-se a premiar trabalhos de investigação científica sobre temas ou problemas relacionados com a missão da APAV: apoiar as vítimas de crime, as suas famílias e amigos/as, prestando-lhes serviços de qualidade (FMO, 2021).

Enquanto Fundação de uma empresa cosmopolita e socialmente responsável (EDP empresa), a Fundação EDP (FEDP) assume como missão contribuir para a melhoria da qualidade devida das pessoas, através de iniciativas sociais, culturais e científicas. É hoje um dos principais mecenas das artes em Portugal. Viabilizou projetos na área das artes plásticas, dança, música, arquitetura, design, educação artística e edição e documentário (Tabela Suplementar XII). Estes apoios têm sido considerados fundamentais para a atividade dessas instituições, criando continuidade, dimensão e valorização (FEDP, 2021). Para a

realização do estudo de impacto, a FEDP selecionou projetos indicadores (Tabela Suplementar XIII).

A Fundação Vasco Vieira de Almeida (FVVA) tem como fim principal a educação para a cidadania. Procurando contribuir para a construção de uma sociedade mais informada e inclusiva, e para o incremento da responsabilidade cívica, utiliza a educação, o conhecimento e a cultura como veículos para a promoção dos Direitos Humanos (Figura Suplementar 1). Pretende dar continuidade ao paradigma de intervenção cívica, social e cultural do sócio fundador da VdA, Vasco Vieira de Almeida e aprofundando o compromisso de responsabilidade social da firma enquanto única instituidora da Fundação (FVVA, 2021). No âmbito da Educação para a Cidadania, os projetos da FVVA prezam pela inclusão e pela diversidade cultural (Tabela Suplementar XIV). No quesito da Responsabilidade Social Corporativa os projetos remetem à conscientização para uma sustentabilidade e filantropia interventivas (Tabela Suplementar XV).

## 11. O Papel das Fundações no Apoio aos Projetos Culturais – Estudo Empírico

Para o estudo do papel das Fundações no Apoio aos Projetos Culturais procedeu-se a uma abordagem metodológica qualitativa, cujo instrumento de recolha de dados foi a entrevista semiestruturada, capaz de auxiliar no processo de compreensão e discussão.

Os entrevistados Doutor Mário Curveira Santos, Secretário-Geral do CPF, Doutora Tânia Gaspar, Assessora do Gabinete de Direção da Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, Doutora Raquel Sousa, Gestora de Relações Institucionais da dstgroup, Doutor Miguel Magalhães, Diretor do Programa Cultura da Fundação *Calouste Gulbenkian* (FCG), Doutora Margarida Couto, enquanto sócia da Fundação Vasco Vieira de Almeida (FVVA) e Presidente do GRACE – Empresas Responsáveis (doravante GRACE), e o Doutor Rui Pedroto, Presidente da FMAM responderam às nove perguntas sugeridas. Cada pergunta será devidamente analisada de acordo com cada uma das sete instituições contribuintes. A fim de perceber a dinâmica de uma CM, a Doutora Madalena Correia, Técnica de Comunicação apresenta a posição da CM Amália Rodrigues através da Fundação Amália Rodrigues (FAR). Na impossibilidade de se ir pela lei do voluntariado, o

Doutor Joaquim Caetano, Presidente da CPV, numa conversa informal, explicou o passo a passo da candidatura ao Selo de Qualidade em Voluntariado.

Das nove entrevistas realizadas às nove entidades distintas, apenas as primeiras sete serão elencadas em tabelas, enquanto fonte de organização das respostas. A entrevista à Doutora Madalena Correia merecerá uma análise particular e a entrevista ao Doutor Caetano contribuirá para o enriquecimento da discussão, complementando as demais.

Para candidatura ao Selo no nível Prestígio, a CM precisará cumprir seis dos vinte requisitos. Esta obrigatoriedade é independente da candidatura a qualquer que seja o nível do Selo. Os restantes requisitos necessários são complementos que servem para se ir crescendo na valorização do Selo. Assim, para o nível Prestígio é necessário a CM totalizar 15 requisitos (6 obrigatórios + 7 complementares), que para uma entidade que se quer de maior prestígio é o mais aconselhável. A realização da candidatura está prevista para o início de 2022.

A incompreensão por parte da comunidade do conceito de fundação, gera grande demagogia em torno da filantropia. Entenda-se por fundação um património autónomo gerido de forma independente para a satisfação do bem comum. Esse património gera rendimento, posteriormente aplicado, que cria uma certa incerteza na sociedade e a demagogia de as fundações serem ricas. Sem ele, as fundações não poderiam ter carácter filantrópico e muito menos ser constituídas fundações (Costa, 2016). A intenção do património fundacional é a de tornar perpétua a intervenção das fundações e de fazer jus à sua missão.

Os entrevistados representam entidades privadas sem fins lucrativos<sup>19</sup> (Tabela 2) capazes de satisfazer os requisitos para a obtenção de apoios exteriores.

Tabela 2 – Respostas dos sete entrevistados acerca da natureza jurídica da entidade que representa.  
Fonte: Entrevistas com respostas de natureza escrita e através da plataforma zoom.

**Questão 1 – Qual a natureza jurídica da entidade que representa?**

Mário Curveira Santos, CPF

“É a única associação representativa das fundações portuguesas. Das que merecem o estatuto de Fundação.”

<sup>19</sup> Entrevistas completas em Anexo. CPF, Tabela Suplementar XVI; Animar, Tabela Suplementar XVII; dstgroup, Tabela Suplementar XVIII; FCC, Tabela Suplementar XIX; FVVA, Tabela Suplementar XX; GRACE, Tabela Suplementar XXI; FMAM, Tabela Suplementar XXII; FAR, Tabela Suplementar XXIII.

Tânia Gaspar, Animar	“Associação privada sem fins lucrativos, reconhecida com utilidade pública.”
Raquel Sousa, <i>dstgroup</i>	“Tem empresas em seis áreas de negócios. As empresas que pertencem ao grupo são sociedades anónimas.”
Miguel Magalhães, FCG	“Pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos.”
Margarida Couto, FVVA	“Pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos.”
Margarida Couto, GRACE	“Associação Empresarial com o estatuto de utilidade pública, sem fins lucrativos, que atua nas áreas da Responsabilidade Social e Sustentabilidade.”
Rui Pedroto, FMAM	“Pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos.”

A gestão democrática das fundações é frequentemente contestada. Uma fundação não precisa de ser democrática, no sentido de associação. Assim como alguém que decide empregar o seu dinheiro privado para o bem comum e o entrega de forma independente a um conselho de administração para tomar as decisões em conformidade com os seus desejos, não merece contestação. É uma questão de liberalidade. O fundador manifesta o seu desejo de deixar o seu património em prol de algo em que acredita, ou afeto a determinada causa, caso ainda seja vivo. Esta compreensão nem sempre é aceite e por vezes, é negativamente explorada (Coutinho de Abreu, 2014; Vinci et al., 2009).

A *dstgroup* é uma empresa que se destaca pela atuação socialmente responsável e execução de projetos sustentáveis no domínio cultura (Tabela 3). As fundações mencionadas no estudo apoiam indiscutivelmente projetos culturais, e as restantes empresas para além de suportarem projetos indicados pelos seus associados, promovem a sua divulgação junto de stakeholders, relevantes no âmbito de atuação.

Tabela 3 – Respostas dos sete entrevistados sobre o apoio a projetos culturais enquanto promotores de responsabilidade social.

Fonte: Entrevistas com respostas de natureza escrita e através da plataforma zoom.

#### **Questão 2 – Na sua atividade de responsabilidade social apoia projetos na área cultural?**

CPF	“Não. Enquanto Associação não concorrenciamos com os nossos Associados nesse sentido.”
Animar	“Considerando a missão da Animar, quando nos são apresentadas propostas de iniciativas e/ou projetos na área cultural pelas nossas associadas, são apoiados.”
<i>dstgroup</i>	“Sim.”
FCG	“Sim, toda a nossa atividade pode ser descrita como uma manifestação de responsabilidade social. Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e das famílias por intermédio das artes e da cultura, da educação, da ciência e da beneficência.”

FVVA	“Sim. Tem como fim principal a promoção da educação para a cidadania e a afirmação do papel essencial da educação e do conhecimento na promoção dos direitos humanos e do Estado de Direito, sendo a “Cultura” um dos Eixos Estratégicos da Fundação.”
GRACE	“Não apoiamos/financiamos diretamente projetos, porém divulgamos junto dos nossos Associados e demais <i>stakeholders</i> projetos de economia social ligados à cultura, relevantes no âmbito da atuação.”
FMAM	“Sim, apoia.”

A cultura é um elo de ligação entre os diversos setores e um fator intergeracional (Tabela 4). Dada a proximidade das fundações à comunidade, estas deviam ser mais ouvidas na formulação de Políticas Públicas. Só existe desenvolvimento se as condições sociais e territoriais, no interior e no litoral, estiverem devidamente reunidas (Marques, 2019; Vinci et al., 2009).

Comparativamente com dados europeus, as fundações em Portugal têm pouco património. As mais conhecidas são a *Gulbenkian*, cujo património foi dado por um arménio, e a *Champalimau*, onde o património proveio de um português com grande visão estratégica, que apesar de ter residido grande parte da sua vida no estrangeiro, será a exceção a confirmar a regra.

A Fundação Manuel dos Santos é exemplo de uma fundação particular, uma fundação de empresa, onde o seu património é um contrato de compromisso com a empresa fundadora de alocar uma parte das suas receitas, ou dos seus lucros, ou o que seja, à atividade filantrópica, e canaliza todos os anos um montante para essa fundação.

Tabela 4 – Respostas dos sete entrevistados acerca do contributo da cultura para a coesão social e territorial. Fonte: Entrevistas com respostas de natureza escrita e através da plataforma zoom.

**Questão 3 – Considera que a cultura pode ser um fator de coesão social e territorial e que consequentemente contribui para o desenvolvimento deste último?**

CPF	“Sem sombra de dúvida.”
Animar	“Sem dúvida. Na nossa perspetiva só é possível haver desenvolvimento se estiverem reunidas condições ambientais, económicas, culturais, sociais e políticas.”
<i>dstgroup</i>	“Claramente a cultura é um fator de coesão social e territorial. A união das forças sociais e institucionais e a dinâmica das mesmas reflete seguramente o desenvolvimento tanto do território como das próprias pessoas e instituições.”
FCG	“Sim, isso é a premissa principal do nosso trabalho, a área da responsabilidade social. A cultura é um fator social de coesão territorial.”
FVVA	“Sim. A cultura tem a capacidade de reunir pessoas de diferentes idades, raças, crenças, estratos sociais e

	religiões. A cultura é aquilo que usamos para nos descrever enquanto família.”
GRACE	“A História tem comprovado que a cultura constitui uma poderosa alavanca de desenvolvimento social e tem o poder de derrubar as barreiras da ignorância, do preconceito e do desconhecimento.
FMAM	“Sem dúvida. A par do desenvolvimento social e da educação, a valorização da cultura e a promoção do acesso aos bens culturais são para a fundação um importante objetivo.”

Enquanto importante fator de coesão social e territorial, a cultura é uma forma de intervenção social, de ajudar as pessoas e a comunidade. Intervir socialmente é intervir para o bem-estar de qualquer um. Os projetos na área da solidariedade social tendem a corrigir as questões de Política Pública, sendo direcionados para a primeira idade, terceira idade, desempregados, inclusão e equidade. Uma presença preciosa no terreno, vestindo estes grupos de atores privilegiados enquanto *in put* para as Políticas Públicas (Costa, 2016; J. Teixeira et al., 2021).

O entrave da natureza jurídica da CM à obtenção de apoio é claramente justificado com a súmula das respostas à 4ª questão (Tabela 5). A *dstgroup* e a FVVA financiam projetos promovidos por entidades lucrativas, as restantes apenas projetos promovidos por entidades não lucrativas.

Tabela 5 – Respostas dos sete entrevistados sobre a atividade socialmente responsável e o financiamento de projetos promovidos por entidades lucrativas.

Fonte: Entrevistas com respostas de natureza escrita e através da plataforma zoom.

**Questão 4 – No âmbito da sua atividade de responsabilidade social, financiam projetos promovidos por entidades lucrativas que atuam na área da cultura em prol do desenvolvimento social do território**

CPF	“Não fazemos qualquer tipo de financiamento. Somos uma Associação Profissional que desenvolve o trabalho conjunto das fundações entre si.”
Animar	“Desde que sejam atividades enquadradas em iniciativas promovidas pela Animar e/ou pelas suas Associadas, apoiamos.”
<i>dstgroup</i>	“Sim, exemplo disso é o apoio que damos há mais de 35 anos à Companhia Teatro de Braga.”
FCG	“Não. Nós podemos trabalhar com entidades lucrativas, mas não apoiamos, por razões óbvias. As associações lucrativas têm outro enquadramento na sociedade.”
FVVA	“Sim.”
GRACE	“Não financiamos projetos.”
FMAM	“Não, só apoiamos projetos de entidades sem fins lucrativos.”

O Estado tem uma dificuldade acrescida na gestão do território, a partir de um único centro, enaltecendo o papel dos privados na atuação de proximidade (Tabela 6). As

associações, fundações e demais entidades privadas já assumem a resolução de questões de apoio à população e, por esse motivo, deviam ser consultadas nas tomadas de decisão. Ao produzirem conhecimento, são também elas que conhecem de perto os problemas.

As iniciativas de mecenato sempre existiram, mas é cada vez maior a percepção por parte das empresas das vantagens do estabelecimento de parcerias duradouras com organizações (Costa, 2016; Vinci et al., 2009).

Tabela 6 – Respostas dos sete entrevistados à questão do papel do setor privado no desenvolvimento da cultura. Fonte: Entrevistas com respostas de natureza escrita e através da plataforma zoom.

<b>Questão 5 – Considera importante o papel do setor privado no desenvolvimento da cultura, complementarmente às Políticas Públicas</b>	
CPF	“A primeira função das fundações é produzir conhecimento. Ao produzirem conhecimento com a execução de projetos de intervenção social, que não é só ajudar as pessoas nas dificuldades, a cultura é também uma intervenção social.”
Animar	“Eu diria que a cultura, tal como a economia, como outros serviços, requer a cooperação entre todos os setores, para que se possa desenvolver.”
<i>dstgroup</i>	“Se o setor privado não apoiasse as pequenas associações e instituições, elas não existiriam, pois, o Estado não tem capacidade de apoio a todos.”
FCG	“Claro que sim, o mais possível. Nós todos temos que acreditar que fazemos parte do ecossistema cultura. Esse ecossistema tem atores privados, públicos e do terceiro setor.”
FVVA	“Sim.”
GRACE	“As iniciativas de mecenato sempre existiram, mas as empresas perceberam as vantagens do estabelecimento de parcerias duradouras com organizações.”
FMAM	“Indiscutivelmente. A componente mobilizada do orçamento público, no apoio à cultura, fica aquém das necessidades e aspirações dos agentes culturais, sendo por isso da maior importância o mecenato cultural.”

O mais elementar bom senso do século XXI rege-se pelo convite de apoio feito à população, enquanto responsável pelo desenvolvimento da humanidade (Tabela 7). Qualquer que seja o processo de desenvolvimento em curso, económico, social, é um processo que não é perfeito e apresenta velocidades díspares que geram disfuncionamentos como perda de emprego ou de habitação. O setor empresarial sente-se na obrigação de contribuir para os momentos que advêm de uma situação de crise (Coutinho de Abreu, 2014). É perfeitamente coerente que as entidades lucrativas façam esse trabalho de desenvolvimento da sociedade. A isso se chama filantropia.

Na CM existe a possibilidade de cedência da casa para a organização de eventos, reuniões, através de parceria, em troca da sua divulgação.

Tabela 7 – Respostas dos sete entrevistados sobre o apoio a projetos culturais enquanto promotores de responsabilidade social.

Fonte: Entrevistas com respostas de natureza escrita e através da plataforma zoom.

**Questão 6 – De que forma podem as entidades lucrativas contribuir para o desenvolvimento deste apoio?**

CPF	“O princípio da filantropia é retribuir à sociedade aquilo que a sociedade deu. Hoje em dia as empresas têm uma noção de responsabilidade social, uma noção de retribuição.”
Animar	“As entidades lucrativas poderão ter uma outra relação com a cultura, se existirem precisamente políticas culturais locais.”
<i>dstgroup</i>	“No nosso caso damos dinheiro e em troca temos uma atuação, um evento, uma peça de teatro ou um musical. Ou mesmo formação em teatro, ou outra.”
FCG	“Afirmando a sua postura enquanto entidades de responsabilidade social.”
FVVA	“Promovendo, financiando e divulgando iniciativas e medidas práticas e dando o exemplo a outras empresas.”
GRACE	“Com uma estratégia bem alinhada com os princípios de sustentabilidade e do desenvolvimento de comunidades onde operam.”
FMAM	As entidades com fins lucrativos são agentes culturais como os demais, devendo sobretudo desenvolver projetos de qualidade e que vão ao encontro dos vários públicos, fomentando ainda a diversificação e democratização da oferta cultural.”

O foco da população para cada nicho da dimensão cultura, num dado intervalo de tempo, é que ditará os hábitos culturais e, conseqüentemente, o aproveitamento das povoações (Tabela 8). Existe toda uma infraestrutura de educação onde fomentar esses hábitos. Apesar das fundações criarem receitas de bilheteira simbólicas e levarem alguns eventos culturais a regiões rurais, estes possivelmente não terão adesão. A oferta só cresce, quando cresce a procura, e não o contrário. Não vai ser por se criar massivamente espetáculos numa zona rural, um espetáculo por semana, que as pessoas vão.

Há que conciliar as Políticas Públicas de desenvolvimento de cultura com a oferta cultural. As fundações e outras organizações têm um papel fundamental na descentralização dessa oferta cultural, e na continuação de fazer chegar a cultura a todo o território.

Tabela 8 – Respostas dos sete entrevistados acerca da influência do afastamento das grandes cidades no aproveitamento cultural nas pequenas povoações.

Fonte: Entrevistas com respostas de natureza escrita e através da plataforma zoom.

<b>Questão 7 – O afastamento das grandes cidades influencia de forma negativa o aproveitamento cultural nas pequenas povoações? Até mesmo na sua divulgação perante a comunidade?</b>	
CPF	“Depende do que a sociedade em cada momento valoriza a cultura. Os hábitos culturais são hábitos não consolidados em Portugal.”
Animar	“Questão complexa que está maioritariamente associada à falta de visão do território.”
<i>dstgroup</i>	“Sim.”
FCG	“Não acho que seja positivo ou negativo, é uma realidade. Existe um desequilíbrio na forma como a atividade cultural está distribuída no território nacional.”
FVVA	“Sim. Nas pequenas povoações o acesso a propostas culturais é menor, quando comparado com a oferta cultural que existe nas grandes cidades.”
GRACE	“As disparidades entre as realidades das grandes cidades e das pequenas povoações são conhecidas, com as suas vantagens e inconvenientes.”
FMAM	“Julgamos que sim. A interioridade tem os seus custos.”

Se uma fundação no interior precisasse de levar a cabo uma grande iniciativa cultural, com o apoio da câmara, seria difícil e existiriam impedimentos legais, por outras vias que não a lei-quadro (Tabela 9). Por unanimidade, todos os participantes afirmam que a alteração à lei-quadro em nada interferirá na natureza jurídica das empresas a estabelecer parceria. Existem sim alterações que precisam de ser realizadas, decorrentes de outra legislação e é aí que reside a questão. Há muito a tendência, e ainda não é reconhecido em Portugal, de achar que participar uma atividade de uma fundação é dar dinheiro à fundação, o que não é verdade. Num futuro não muito distante existiram financiamentos às estruturas das fundações e aí estaríamos perante subsídios. Mas, alavancar um projeto com vários parceiros não é uma forma de subsidiar, é sim uma forma de fazer chegar às populações atividades que sozinhas seriam talvez impensáveis. A lei precisa de ser revista não para as fundações, mas para financiamentos públicos a projetos com outras entidades.

Tabela 9 – Respostas dos sete entrevistados sobre a implicação da lei-quadro das fundações na natureza jurídica das empresas.

Fonte: Entrevistas com respostas de natureza escrita e através da plataforma zoom.

<b>Questão 8 – Considera que uma alteração à lei-quadro das fundações poderia modificar o impedimento relativo à natureza jurídica das empresas a estabelecer parceria, a auxiliar?</b>	
CPF	“Existem sim outros problemas na lei, mas não é na lei-quadro, é em outra. A sua alteração nada adiantaria a esta questão.”
Animar	“Sim, a lei-quadro poderia ser de outra forma.”
<i>dstgroup</i>	[Não aplicável]

FCG	“Não.”
FVVA	“Acredito que a lei-quadro das fundações necessita de ser alterada por diversos motivos, mas não me parece que dessa alteração possa ter impacto na questão colocada.”
GRACE	[Não aplicável]
FMAM	“Não creio. O atual quadro normativo não é impeditivo.”

A CM já foi visitada por um dos entrevistados, residente na área metropolitana de Lisboa, a convite da proprietária. Apesar de o projeto ainda estar em processo de consolidação, é necessário aumentar os meios de divulgação, nomeadamente a constituição de uma equipa de trabalho, o que está ponderado para um futuro próximo. No decorrer das entrevistas o convite foi estendido a todos os participantes que ainda não tiveram oportunidade de visitar a CM (Tabela 10).

Tabela 10 – Respostas dos sete entrevistados acerca do projeto Casa-Museu.

Fonte: Entrevistas com respostas de natureza escrita e através da plataforma zoom.

#### Questão 9 – Conhece a Casa-Museu Oliveira Guimarães?

CPF	“Não conheço, mas já ouvi falar. Conheço o projeto.”
Animar	“Infelizmente ainda não conheço pessoalmente.”
<i>dstgroup</i>	“Não conheço.”
FCG	“Conheço de nome, devido à Mariana.”
FVVA	“Conhecemos sim, a convite da Dra. Paula.”
GRACE	“Sim.”
FMAM	“Sim, apenas de nome. Mas tenho pelo projeto o maior apreço.”

Tudo isto passa pelo reconhecimento tanto em Portugal, como numa boa parte da Europa, da atividade económica e do peso económico das instituições ditas não lucrativas, ou neste caso, das fundações. As fundações geram Produto Interno Bruto (PIB), porque geram emprego, geram receitas, geram fluxo e devolvem muito dinheiro à sociedade. Quando se fazem espetáculos, esse dinheiro é injetado na sociedade, é valor acrescentado bruto que continua posteriormente para o PIB. Para defender o PIB através de apoios covid à sociedade, é preciso atingir todos os atores contribuintes.

As fundações apresentam duas dimensões. A dimensão da organização, que visa a sustentabilidade e a produção de rendimento, ou seja, é o lado criar, dar receitas, e a dimensão da atividade social, que é lado despesa, execução, financiamento. Existe uma incompreensão afeta à primeira dimensão. A comunidade não compreende o porquê de existir a dimensão da gestão, e o porquê de existirem despesas. As despesas geram riqueza,

para além de todo o impacto social de desenvolverem a cultura, as comunidades e as pessoas (Costa, 2016).

O intuito da entrevista à CM Amália Rodrigues foi o de compreender a dinâmica e conhecer de forma pessoal o projeto, no entanto a resposta foi obtida através da Fundação Amália Rodrigues, onde a casa está inserida (Tabela 11). Para além da aprendizagem com a experiência, pretendeu-se estudar formas de entendimento e eventual parceria, dando a conhecer o projeto da CM Oliveira Guimarães.

Tabela 11 – Respostas da responsável de Comunicação e Marketing da Casa Amália Rodrigues.  
Fonte: Entrevista com respostas de natureza escrita.

**1 – Qual a natureza jurídica da Fundação Amália Rodrigues?**

“Pessoa coletiva de direito privado e tipo fundacional sem fins lucrativos, de solidariedade social e de utilidade pública geral, conforme a vontade da sua instituidora.”

**2 – Quais as fontes de financiamento que apoiam a Fundação?**

“Financiada pelas receitas decorrentes das visitas à Casa-Museu, por rendimentos dos imóveis que possui e por parcerias que estabeleça com as mais variadas entidades, não recebendo qualquer apoio público (Governo/Estado).”

**3 – Qual a estrutura da equipa, que posições ocupam e como funciona a dinâmica da Fundação?**

“A equipa é, de momento, composta por 8 colaboradores (7 afetos à Casa-Museu, 1 à Herdade do Brejão). Tem um Conselho de Administração composto pelo Presidente e 4 Administradores. Em termos de Órgãos Sociais, conta-se ainda com o Conselho Geral da Fundação (14 membros) e com o Fiscal Único. Todos os Órgãos Sociais da Fundação Amália Rodrigues exercem o seu cargo em regime *pro bono*.”

**4 – Qual a sua opinião acerca do apoio público às iniciativas privadas culturais?**

“Para a sustentabilidade de organismos como o nosso é fundamental ter apoio público. Prestamos um serviço muito importante a Portugal e à população portuguesa. A Casa-Museu está localizada na rua de S. Bento, num edifício pré-pombalino datado de 1693, e a sua reestruturação e manutenção representam valores inabastáveis e impossíveis de ser assegurados pela Fundação sem qualquer apoio público.”

**5 – Tem interesse em desenhar uma parceria com a Casa Oliveira Guimarães?**

“Esta questão tem de ser decidida em reunião de Conselho de Administração, o que esperamos que venha a acontecer em breve.”

A Fundação Amália Rodrigues não recebe apoio público (Governo/Estado) e equipa é composta por oito colaboradores. A fim de garantir a sustentabilidade de projeto, num edifício do século XVII, seria de interesse contar com apoio público. A reestruturação e manutenção representam valores inabastáveis impossíveis de ser assegurados sem apoio. A parceria com a CM Amália Rodrigues ficou apalavrada, a fim de ser discutida, para o próximo ano 2022.

## 12. Financiamento Colaborativo

A mudança de paradigma é vista como um sistema de crenças e pressupostos que funcionam em conjunto a fim de estabelecer uma visão integrada e singular do mundo, de forma tão convincente e entusiasmante que é equivalente à própria realidade (Lindblom, 2008).

O financiamento colaborativo é uma solução de financiamento de entidades ou respetivas atividades e projetos, com ou sem fins lucrativos, para a sua concretização, através do seu registo em plataformas tecnológicas on-line, com o objetivo de conseguir parcelas de investimento derivados de investidores individuais (Figura 14).

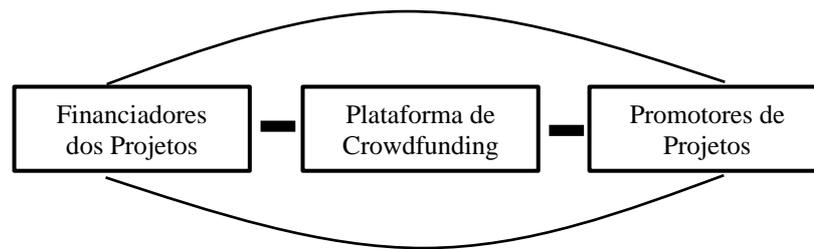


Figura 14 – Sistema de identificação e participação do Financiamento Colaborativo, enquanto financiador e/ou enquanto promotor.

Fonte: Adaptado (Levine, 2019).

O processo inicia-se quando os promotores lançam o seu projeto na plataforma, dando a conhecê-lo e ao montante que querem obter para a sua concretização. Durante um período de tempo este mantém-se na plataforma para a obtenção de contributos financeiros de um universo imenso, a chamada multidão. As contribuições financeiras de cada um dos financiadores, são, por norma, de montante reduzido, e, quando atingido o montante desejado, o promotor recebe o dinheiro, e os financiadores os benefícios estabelecidos. É necessário garantir a exequibilidade e a originalidade do projeto. A CM cabe perfeitamente nesta modalidade para a satisfação dos projetos a executar (Levine, 2019).

A primeira aparição da modalidade surgiu com o termo Crowdsourcing, modelo de produção de processos através da opinião alheia, e ocorreu na revista *Wired*, num artigo de Mark Robinson e Jeff Howe. Os autores utilizaram as palavras *crowd* (multidão) e *outsourcing* (externalização) para a apresentação de uma situação composta por grupo de pessoas, uma construção coletiva.

Com a crise 2008, a CE incentivou à adoção de programas de apoio a fim de facilitar o aparecimento de novos projetos, *startups* e empreendedores, dados os constrangimentos no

acesso a créditos durante o período 2008-2012 nas tradicionais fontes de financiamento da atividade económica (Fernandes et al., 2019).

A procura por fontes alternativas de financiamento gerou um quadro de desenvolvimento de projetos inovadores, como é o caso do *Crowdfunding*<sup>20</sup> – financiamento colaborativo – por via da angariação de recursos financeiros de particulares. Pressupõe a existência de um sistema (atrativo) composto por um número ilimitado de pessoas, dispersas geograficamente, que através de pequenas quantias proporciona bases de financiamento de projetos através de uma plataforma online.

Considerado atualmente um fenómeno de nicho, o *Crowdfunding* tem obtido um crescimento exponencial, que leva a questionar o seu papel e o seu grau de influência na economia a curto prazo<sup>21</sup> (DGAE, 2019).

São conhecidas quatro modalidades de financiamento colaborativo, *Crowdfunding*:

- Donativo (*donation crowdfunding*), pelo qual a entidade financiada recebe um donativo, com ou sem a entrega de uma contrapartida não pecuniária;
- Recompensa (*reward crowdfunding*), pelo qual a entidade financiada fica obrigada à prestação do produto ou serviço financiado, em contrapartida pelo financiamento obtido;
- Capital (*equity crowdfunding*), pelo qual a entidade financiada remunera o financiamento obtido através de uma participação no respetivo capital social, distribuição de dividendos ou partilha de lucros;
- Empréstimo (*debt crowdfunding*), através do qual a entidade financiada remunera o financiamento obtido através do pagamento de juros fixados no momento da angariação.

Exemplos de plataformas dinâmicas com projetos a nível mundial e nacional são: a *Raize*, a *PPL* e a *GoFunMe*. A *Raize* é um dos financiadores de referência das micro e pequenas empresas portuguesas. Em 2021, têm um montante de 100 milhões de euros para investimento. A *PPL*, tem tido um papel relevante nas áreas de projetos sociais e musicais portugueses. É um reflexo do apoio crescente às produções artísticas independentes e ao

---

<sup>20</sup>A literatura financeira refere-se ao *Crowdfunding* como uma inovação, um produto novo, um produto melhorado (ou processo) que permite baixar o custo de produção face aos existentes;

<sup>21</sup>Em menos de uma década conquistara presença significativa em países desenvolvidos como Austrália, Reino Unido, Holanda, Itália e Estados Unidos da América;

espírito de iniciativa e de combate aos problemas que o país tem enfrentado nos últimos anos. A GoFunMe, além de ser a maior plataforma de crowdfunding à esfera global, com mais de 5 mil milhões de dólares, tem um único foco: suprir as necessidades pessoais como educação, desporto e cuidados de saúde.

A primeira regulamentação da atividade em Portugal surgiu recentemente, com a Lei nº102/2015, de 24 de agosto<sup>22</sup>. Os 28 da Europa aderiram à aplicação do conceito, mas é no Reino Unido que tem assumido um papel de influente no desenvolvimento económico (Leal, 2020).

Um projeto de sucesso, na Região de Coimbra ao abrigo do Crowdfunding é o Projeto “Pés e Pernas para andar”, na área da saúde. A “Liga dos Pequenininos” é uma associação sem fins lucrativos, sediada no Hospital Pediátrico de Coimbra. A sua missão tem por base aproximar o Hospital Pediátrico da Comunidade, promovendo ações internas e externas de fins humanitários de intervenção social e cultural em benefício do bem-estar das crianças e jovens.

O projeto “Pés e Pernas para Andar”, consiste na cedência gratuita de talas de Pavlik, Botas Ortopédicas e Coletes aos utentes provenientes de insuficiência económica. Com uma equipa multidisciplinar, é pretendido apoiar e promover uma resposta atempada e adequada às necessidades das crianças portadores de luxação congénita da anca e/ou pé boto. A Liga dos Pequenininos pretende ser reconhecida como uma associação de prestígio e referência nacional, pela qualidade, inovação, coesão e excelência dos projetos que desenvolve<sup>23</sup>.

Em 2019 o projeto foi merecedor do Prémio BPI “la caixa” Infância, que permitirá aumentar a capacidade de resposta. Sendo certa a procura por alternativas aos apoios públicos, analisa-se a possibilidade de um financiamento direto à Casa ao abrigo de parceria, apoio aos artistas cujas atuações e exposições sejam efetivamente realizadas na CM, ou mesmo a utilização das instalações para eventos solidários da empresa. Neste seguimento, efetuou-se o levantamento das Casas-Museu a nível nacional para possíveis parceiros (Figura 15), e a sua apresentação.

---

<sup>22</sup>Complementada pela Portaria nº 344/2015 de 12 de outubro.

<sup>23</sup> Ver Projeto “Pés e Pernas para Andar”, em destaque no site oficial da Liga dos Pequenininos.

### 13. Possíveis Parceiros da Casa-Museu

Com o intuito de conhecer e perceber quais as dinâmicas de outras Casas-Museu procedeu-se à identificação de possíveis parceiros de interesse pelo país, onde seja possível a promoção permanente dos espaços através do apoio às atividades. Estabelecer relações de cooperação e promoção de conhecimento mútuo, onde se valorizam os pontos fortes e fracos de cada uma das CM, bem como as necessidades e as oportunidades, foi um dos objetivos desta análise (Figura 15).



Figura 15 – Reconhecimento de Casas-Museu Nacionais para sinalização de potenciais parceiros.  
Fonte: Autor.

Cada CM conta a sua história pessoal e de que forma se constituíram efetivamente Casas-Museu. As CM Dr. Anastácio Gonçalves (Tabela Suplementar XXIV) (CMAG, 2021), espaço museológico junto ao Saldanha reconhecida pelo DGPC, Medeiros e Almeida, (Tabela Suplementar XXV) (CMMA, 2021), e Amália Rodrigues, antiga residência de Amália (Tabela Suplementar XXVI) (CMAR, 2021) situam-se em Lisboa.

A Casa dos Patudos (Tabela Suplementar XXVII) (CP, 2021) e a CM Bissaya Barreto (Tabela Suplementar XXVIII) (CMBB, 2021) estão sediadas na Golegã e em Coimbra, respetivamente. A Associação Portuguesa de Casas-Museu situada na CM Bissaya Barreto, pretende reunir esforços para assegurar mais visibilidade e representação a nível nacional e internacional das CM, nomeadamente perante a Administração Pública, CE, e outras associações congéneres, através da dinamização de um Centro de Formação Contínua e Formação Profissional.

Dados os requisitos exigidos a CM, pode ser associada da Associação Portuguesa de Casas-Museu.

## 14. Conclusão

A natureza jurídica da CM, enquanto impedimento à obtenção de apoios, foi a alavanca necessária para a sugestão da criação de uma empresa sociocultural com fins de partilha de bens de dispensa sem objetivo de lucro com personalidade jurídica, a fim de contornar a situação. O alargamento do âmbito das candidaturas de Políticas Públicas permitiria a um maior número de entidades lucrativas a concretização do seu objetivo filantrópico de solidariedade e de responsabilidade social, para com a comunidade.

Urge a necessidade de uma compreensão superior de que grandes empresas precisam de apoiar as micro e pequenas empresas e de que esse apoio é vital à sua sobrevivência.

A gestão colaborativa com potenciais parceiros privados é a única opção para contornar a situação de dificuldade à candidatura a programas públicos. A via do Mecenato e do Financiamento Colaborativo são legítimas para a adesão da CM.

Além de os requisitos das candidaturas precisarem de ser mais amplos, as janelas de oportunidade devem estar em concordância com as necessidades. Posteriormente a isso, será necessário realizar a avaliação do que já foi implementado. A avaliação de impacto é o ponto-chave para perceber o que já foi feito e estudar futuras janelas de oportunidade de âmbito abrangente a candidaturas de diferente natureza jurídica.

Estudar um programa de avaliação de impacto utilizando os agentes de campo para acompanhar todo o processo de avaliação, poderia suscitar a alteração das medidas impeditivas implementadas.

As entidades serem lucrativas ou não lucrativas é um erro de informação à sociedade. As entidades têm que ser lucrativas. A questão não devia ser essa, mas sim, o que acontece a esses lucros? Reverte a favor dos sócios ou acionistas das entidades privadas, ditas lucrativas. Nas entidades do setor social ou do terceiro setor, consagrado institucionalmente, estes lucros são reinvestidos na atividade.

Isto é um problema cultural e até mesmo constitucional. O terceiro setor, reconhecido na constituição, não tem um tratamento igual nem ao setor público nem ao setor privado. Tratar igual o que é igual, deveria ser a abordagem do futuro. Deixar de lado burocracias, de etiquetar fundações e associações, e olhar à questão de fundo que se prende com: O que fazem as entidades e que valor geram à sociedade?

## 15. Perspetivas Futuras

A dinamização da Casa Oliveira Guimarães é o objetivo principal, enquanto sugestão para o futuro. Realizar uma avaliação do quanto se precisa gastar para a reabilitação da CM (interior e exterior) definindo um único propósito de atuação, através de um planeamento estratégico, e investir nele. Simultaneamente estudar o impacto da CM no quotidiano da comunidade e a adesão por desta.

A grande maioria das empresas que realizam diversos projetos, efetuam relatórios de sustentabilidade. Num futuro próximo, e dada a atividade da CM, irá investir-se na execução de um relatório, onde se ajustarão os indicadores de avaliação pré e pós-covid, com o intuito de tornar a oferta igual à procura, da comunidade. O estudo comparado do investimento social e cultural das empresas a projetos sociais e culturais, como o desporto, por exemplo, será uma prioridade, bem como a interação das cinco CM apresentadas com as entidades de divulgação como escolas, lares de terceira idade e associações de municípios, uma vez que é de extrema importância dar a conhecer a CM a quem pode abrir portas à sua apresentação.

## 16. Referências Bibliográficas<sup>24</sup>

- Andrade, J. (2017). *Lições de Direito Administrativo*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1489-2> (Acedido em: 08/03/2021).
- Ataíde, J. (2014). Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra 2014-2020. *Comunidade Intermunicipal Na Região de Coimbra*, 1(1), 1–146. Disponível em: [https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/wp-content/uploads/2018/06/RCoimbra\\_EIDT\\_v2.pdf](https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/wp-content/uploads/2018/06/RCoimbra_EIDT_v2.pdf) (Acedido em: 08/10/2020).
- Barroso, J. (2010). Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo - Europa 2020. *Comissão Europeia*, 1(1), 3–38. Disponível em: [https://www.compete2020.gov.pt/admin/fileman/Uploads/Documents/Estrategia\\_europa2020.pdf](https://www.compete2020.gov.pt/admin/fileman/Uploads/Documents/Estrategia_europa2020.pdf) (Acedido em: 13/04/2021).
- Batista, J., Pocinho, M. & Nechita, F. (2019). Tourism and Public Policy. *Bulletin of the Transilvania University of Braşov*, 12(5). Disponível em: <https://sciendo.com/de/article/10.2478/euco-2021-0024> (Acedido em: 09/03/2021).
- Cabral, M. (2017). *Estratégia Turismo 2027: Liderar o Turismo do Futuro*. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf> (Acedido em: 09/03/2021).
- Calçada, L. A. Z. & Reck, J. R. (2020). Democracia e Participação Social no Ciclo das políticas Públicas. *Revista Jurídica Cesumar - Mestrado*, 20(3). Disponível em: <https://doi.org/10.17765/2176-9184.2020v20n3p425-443> (Acedido em: 02/03/2021);.
- Carroll, A. (1999). Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct. *Business & Society*, 38(3), 268–295. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/000765039903800303> (Acedido em: 05/04/2021).
- Castro, S. & Castro, R. (2021). Avaliação de políticas públicas: uma nova fronteira para o Controle Externo e pilar estruturante da democracia. *Revista Controle*, 19(1), 21–38. Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/676> (Acedido em: (11/11/2020).

---

<sup>24</sup> De acordo com a Norma APA - Imprensa da Universidade de Coimbra; inseridas através do programa Mendeley.

- Casula, M. (2021). Centralizing cohesion policy in times of austerity: evidence from the policy cycle. *Policy Studies*, 42(4). Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01442872.2019.1606903> (Acedido em: 02/03/2021).
- Costa, J. (2016). Terceiro Setor em Portugal e o Regime Jurídico das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). *REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO*, 02(02). Disponível em: <https://doi.org/10.19135/revista.consinter.00002.04> (Acedido em: 23/03/2021).
- Coutinho de Abreu, J. M. (2014). *Empresas Sociais (Nótulas de Identificação)*. 37, 369–376. Disponível em: <https://revistas.webs.uvigo.es/index.php/CES/article/view/1258/1241> (Acedido em: 11/11/2020).
- Couto, F., Carrieri, A. & Ckagnazaroff, I. (2019). Participation in the Evaluation of Public Policies: The Constructivist Research and the fourth Generation of Evaluation. *Revista Gestão e Planeamento*, 20, 30–55. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/52992/participacao-na-avaliacao-de-politicas-publicas---/i/en> (Acedido em: 11/11/2020).
- Delta, A. (2021). “Há muita generosidade que se pode transformar em filantropia ativa.” *Diário de Notícias*. Disponível em: <https://www.dn.pt/sociedade/ha-muita-generosidade-que-se-pode-transformar-em-filantropia-ativa-9427927.html> (Acedido em: 22/03/2021).
- Dye, T. (1972). Understanding Public Policy. *Englewood Cliffs*, 12–305. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/canadian-journal-of-political-science-revue-canadienne-de-science-politique/article/abs/dye-thomas-r-understanding-public-policy-englewood-cliffs-nj-prenticehall-1972-pp-xii-305/2629D85A620EA27A038D87841F686FD0> (Acedido em: 14/01/2021).
- Estevão, R. & Ferreira, M. (2018). Análise de Políticas Públicas: uma breve revisão de aspectos metodológicos para formulação de políticas. *HOLOS*, 3. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/holos.2018.6818> (Acedido em: 11/11/2020).
- Falcão, J. (2016). *Aboragens Territoriais: Uma análise aplicada ao Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020*. Disponível em: <http://www.centro.portugal2020.pt/index.php/abordagens-territoriais> (Acedido em: 14/01/2021).
- Fernandes, C., Cruz, C. & Moura, F. (2019). Ex post evaluation of PPP government-led renegotiations: Impacts on the financing of road infrastructure. *The Engineering*

- Economist*, 64(2). Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0013791X.2018.1559384> (Acedido em: 14/01/2021).
- Folhas, C. (2017). *Portugal 2030 - Futuro da Política de Coesão: Elementos para Reflexão*. 3–21. Disponível em: [https://www.ccdr-n.pt/storage/app/media/files/futuro\\_pc\\_portugal2030\\_20170918\\_vf.pdf](https://www.ccdr-n.pt/storage/app/media/files/futuro_pc_portugal2030_20170918_vf.pdf) (Acedido em: 23/03/2021).
- Freitas do Amaral, D. & Coutinho, J. (2019). *Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais*. Edições Almedina. 2. (Acedido em: 25/11/2020).
- Frota, A., Oliveira, D., Camelo, L. & Oliveira, A. (2015). Filantropia: uma análise descritiva do uso das ações filantrópicas empresariais. *Sustentabilidade e Políticas Públicas*, 8(1), 1–13. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/17/anais/arquivos/139.pdf> (Acedido em: 22/03/2021).
- Glor, E. (2021). Public Policy Guidebooks. *The Innovation Journal: The Public Sector Innovation Journal*, 26(1). Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Biswatosh-Saha/publication/228226202\\_The\\_Development\\_Elite\\_and\\_Institutions\\_of\\_the\\_Local\\_Poor\\_Experiences\\_from\\_a\\_Development\\_NGO\\_in\\_India/links/0c96051a4aeac359e4000000/The-Development-Elite-and-Institutions-of-the-Local-Poor-Experiences-from-a-Development-NGO-in-India.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Biswatosh-Saha/publication/228226202_The_Development_Elite_and_Institutions_of_the_Local_Poor_Experiences_from_a_Development_NGO_in_India/links/0c96051a4aeac359e4000000/The-Development-Elite-and-Institutions-of-the-Local-Poor-Experiences-from-a-Development-NGO-in-India.pdf) (Acedido em: 14/01/2021).
- Gomes, R., Osborne, S. & Guarnieri, P. (2020). Influências dos stakeholders e desempenho do governo local: uma revisão sistemática da literatura. *Revista de Administração Pública*, 54(3). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220180256> (Acedido em: 23/03/2021).
- Grossmann, K., Connolly, J., Dereniowska, M., Mattioli, G., Nitschke, L., Thomas, N. & Varo, A. (2021). From Sustainable Development to Social-Ecological Justice: Addressing Taboos and Naturalizations in Order to Shift Perspective. *Nature and Space*, 1–23. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/25148486211029427> (Acedido em: 23/03/2021).
- Guimarães, P., Craveiro, M., Trindade, L. & Mateus, R. (2019). *Casa Família Oliveira Guimarães* (Vol. 1). Disponível apenas na Casa-Museu Oliveira Guimarães. (Acedido em: 06/10/2020).
- Harguindéguy, J.-B. (2013). *Análisis de Políticas Públicas*. Editorial Tecnos. (Acedido em: 04/01/2021).

- Howlett, M., Ramesh, M. & Perl, A. (1995). Studying Public Policy: Policy Cycles and Policy Subsystems. *Toronto: Oxford University Press*, 3. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/canadian-journal-of-political-science-revue-canadienne-de-science-politique/article/> (Acedido em: 14/01/2021).
- Jensen, P. (2019). Experiments and evaluation of public policies: Methods, implementation, and challenges. *Research and Evaluation*, 259–268. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-8500.12406> (Acedido em: 14/01/2021).
- Jupe, R. & Funnell, W. (2015). Neoliberalism, consultants and the privatisation of public policy formulation: The case of Britain's rail industry. *Critical Perspectives on Accounting*, 29. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2015.02.001> (Acedido em: 15/01/2021).
- Lasswell, H. (1950). Power and Society: A Framework for Political Inquiry. *Yale University Press*, 179–195. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/abs/power-and-society-a-framework-for-political-inquiry-by-harold-d-lasswell-and-abraham-kaplan-new-haven-yale-university-press-1950-pp-xxiv-295-400/5ADB708F0771AF7A56AC3BA267A4CF5> (Acedido em: 14/01/2021).
- Leal, M. (2020). O Novo Regime Europeu dos Serviços de Financiamento Colaborativo (Crowdfunding). *Actualidad Jurídica Uría Menéndez*, 55, 95–113. Disponível em: <https://www.uria.com/documentos/publicaciones/7435/documento/art04.pdf?id=12263> (Acedido em: 18/01/2021).
- Levine, R. (2019). Finance for Growth . *Finance for Growth*, 2–8. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/5185432\\_Finance\\_and\\_Growth\\_Theory\\_and\\_Evidence](https://www.researchgate.net/publication/5185432_Finance_and_Growth_Theory_and_Evidence) (Acedido em: 15/01/2021).
- Lima, J. (2015). Portugal 2020 - Ordenamento do Território. *Agência Para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.*, 1–47. <https://pnpot.dgterritorio.gov.pt> (Acedido em: 19/01/2021).
- Lima, M. & Medeiros, J. (2012). *Empreendedores de políticas públicas na implementação de programas governamentais*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/QGSqzLdLkhZyDFdtFrhMgGp/?lang=pt&format=pdf> (Acedido em: 18/01/2021).
- Lima, R., Liberato, K., Ribeiro, T. & Guimarães, L. (2012). Políticas Públicas de Turismo como ferramentas estratégicas para o desenvolvimento socioeconómico. *Turismo e*

- Desenvolvimento*, 17, 241–242. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/881/88166043006/88166043006.pdf> (Acedido em: 18/01/2021).
- Lindblom, C. (2008). The Science of “Muddling Through.” *Public Administration Review*, 19(2), 79–88. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/973677> (Acedido em: 19/01/2021).
- Löcklin, A., Vietz, H., White, D., Ruppert, T., Jazdi, N. & Weyrich, M. (2021). Data Administration shell for data-science-driven development. *Elsevier, Ltd*, 115–120. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212827121004777> (Acedido em: 19/01/2021).
- Lucena, M. (2000). Transformações do Estado Português nas suas relações com a sociedade civil. *Análise Social*, 8, 897–926. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223400579J5bSV6wd7Mm89JM5.pdf> (Acedido em: 19/01/2021).
- Magalhães, M. (2015). *As Novas Unidades Territoriais para Fins Estatísticos: Instituto Nacional de Estatística*. Disponível em: [https://www.compete2020.gov.pt/admin/images/NUTS2013\\_\(1\).pdf](https://www.compete2020.gov.pt/admin/images/NUTS2013_(1).pdf) (Acedido em: 19/01/2021).
- Magalhães, P. J. (2019). *Governo Societário e a Sustentabilidade da Empresa: Stakeholders Model Vs Shareholders Model. Edições Almedina* (Vol. 1). (Acedido em: 04/01/2021).
- Marques, M. (2019). Democracia Cultural, Estado e políticas públicas culturais: Uma reflexão a partir da Democracia Radical e Plural. *Colombia Internacional*, 06(98), 169–195. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-56122019000200169&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-56122019000200169&script=sci_abstract&tlng=pt) (Acedido em: 18/01/2021).
- Martínez, G., Montoya, A. & Franco-Giraldo, A. (2019). *Modelos para el análisis de políticas públicas en salud reportados en publicaciones científicas*. 3, 270–281. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0213911119302754> (Acedido em: 18/01/2021).
- Meckling, J. & Nahm, J. (2018). The power of process: State capacity and climate policy. *Governance*, 31(4). Disponível em: <https://doi.org/10.1111/gove.12338> (Acedido em 19/01/2021).

- Mendes, P. (2018). Identidade, ideias e normas na construção dos interesses em política externa: o caso português. *Análise Social*, *LIII*(227). Disponível em: <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2018227.09> (Acedido em: 18/01/2021).
- Mota, B. & Lopes, R. (2021). Innovative Local Policies in Portuguese Low-density Rural Areas. *European Countryside*, *13*, 388–409. Disponível em: <https://sciendo.com/de/article/10.2478/euco-2021-0024> (Acedido em: 11/02/2021).
- Novato, V. de O. L., Najberg, E. & Lotta, G. S. (2020). O burocrata de médio escalão na implementação de políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, *54*(3). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220190228> (Acedido em: 11/02/2021).
- Pedro, R. (2020). *Fundos Europeus Estruturais e de Investimento e Auxílios Pecuniários. Edições Almedina*. (1st ed., Vol. 1). (Acedido em 04/01/2021).
- Queiroz, L. & Capelari, M. (2020). Condições para avaliação de resultados em políticas públicas: um debate sobre o papel da institucionalidade. *Revista de Administração Pública*, *54*(3). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220190258> (Acedido em: 11/02/2021).
- Rodrigues, M. & Silva, P. (2016). A Constituição e as políticas públicas em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 13–22. <https://doi.org/10.7458/SPP2016NE10347> (Acedido em: 19/03/2021).
- Santos, D. (2012). *Responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e território: que relação?* 81–92. Disponível em: <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2074/1/responsabilidade%20social.pdf> (Acedido em: 19/03/2021).
- Sarmiento, J. (2013). *Parcerias Público-Privadas. Edições Almedina* (1st ed., Vol. 1). (Acedido em: 19/03/2021).
- Serra, A. (2018). O Ciclo da Política Pública: Da Formulação à Avaliação Ex Post. In J. Paixão & A. Serra (Eds.), *Metodologias de Avaliação de Políticas Públicas* (pp. 1–9). Imprensa da Universidade de Lisboa. Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34438/1/ICS\\_AMoreira\\_OCiclo\\_da\\_politica\\_publica\\_CLI.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34438/1/ICS_AMoreira_OCiclo_da_politica_publica_CLI.pdf) (Acedido em: 19/03/2021).
- Silva, V. & Medeiros, M. (2020). Challenges and possibilities for social control of public policies in the current background of social rights. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, *19*(1). Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2020.1.36745> (Acedido em: 19/03/2021).

- Simões, R. (2008). Políticas Públicas Conceitos e Práticas. *Sebrae/MG*, 7. Disponível em: <http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/manual%20de%20politicass%20públicas.pdf> (Acedido em: 19/03/2021).
- Tavares, J., Freitas, E. & Santos, J. (2017a). Introdução ao Estudo - O Impacto Económico dos Fundos Europeus. *Fundação Francisco Manuel Dos Santos*. Disponível em: <https://www.ffms.pt/FileDownload/3c358f81-da2b-45cd-9f55-cec19f6426ea/o-impacto-economico-dos-fundos-europeus-introducao-ao-estudo> (Acedido em: 22/03/2021).
- Tavares, J., Freitas, E. & Santos, J. (2017b). O Impacto Económico dos Fundos Europeus. *Fundação Francisco Manuel Dos Santos*. Disponível em: <https://www.ffms.pt/publicacoes/grupo-estudos/2409/o-impacto-economico-dos-fundos-europeus> (Acedido em: 22/03/2021).
- Teixeira, C. (2015). Análise e avaliação das políticas públicas: seu impacto no desenvolvimento local em Angola. *História: Debates e Tendências*, 15(1), 21–29. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5524/552456385002.pdf> (Acedido em: 22/03/2021).
- Teixeira, J., Oliveira, J., Diniz, A. & Marcondes, M. (2021). Inclusão e Diversidade na Administração: Manifesta para o Futuro-Presente. *Revista de Administração de Empresas*, 61(3). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0034-759020210308> (Acedido em: 22/03/2021).
- Vieira de Andrade, J. (2021). *Lições de Direito Administrativo*. 5. Edições Almedina. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/43588/1/Lições%20de%20Direito%20Administrativo-5a.pdf> (Acedido em: 19/03/2021).
- Vinci, L., Valéri, P. & Conde, I. (2009). *Mecenato Cultural: Arte, Política e Sociedade*. 7, 107–131. Disponível em: <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/mecenato-cultural-arte-politica-e-sociedade/14035> (Acedido em: 22/03/2021).
- Warren, M. (1999). What is Political? *Journal of Theoretical Politics*, 11(2), 207–231. Disponível em: [https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0951692899011002004?casa\\_token=Gmhu51\\_nUnsAAAAA:5Pq9i7xBwQJ0Mw1Y7lwaOL3UXuOj9GE3ILTdSAyTVgJeNST2V5hBGWlirbTPmlh2sM1CRsOyJIIKfoQ](https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0951692899011002004?casa_token=Gmhu51_nUnsAAAAA:5Pq9i7xBwQJ0Mw1Y7lwaOL3UXuOj9GE3ILTdSAyTVgJeNST2V5hBGWlirbTPmlh2sM1CRsOyJIIKfoQ) (Acedido em: 23/03/2021).

Sítios Web:

CCDRC (2014). Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro Âmbito de Atuação. Disponível em: [https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2772&Itemid=249&lang=pt](https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=2772&Itemid=249&lang=pt) (Acedido em: 06/10/2020).

CCDRC (2020). Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Desenvolvimento Regional/Programação. Disponível em: [https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2825&Itemid=31](https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=2825&Itemid=31) (Acedido em: 06/10/2020).

CIM/RC (2020a). Comunidade Intermunicipal da Região Centro. Programas Culturais. Disponível em: <https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/cim-rc/landing-cultura/> (Acedido em: 07/10/2020).

CIM/RC (2020b). Comunidade Intermunicipal da Região Centro. Programas no âmbito do Turismo. Disponível em: <https://www.cim-regiaodecoimbra.pt/cim-rc/landing-turismo/> (Acedido em: 07/10/2020).

COG (2029a). Casa Família Oliveira Guimarães: Luís de Oliveira Guimarães, vida e obra. Disponível em: <https://casaoliveiraguimaraes.pt/luis-de-oliveira-guimaraes-vida-e-obra/> (Acedido em: 13/10/2020).

COG (2019b). Casa Família Oliveira Guimarães: A casa. Disponível em: <https://casaoliveiraguimaraes.pt/a-casa/> (Acedido em: 13/10/2020).

COG (2019c). Casa Família Oliveira Guimarães: A história. Disponível em: <https://casaoliveiraguimaraes.pt/a-historia/> (Acedido em: 13/10/2020).

COG (2019d). Casa Família Oliveira Guimarães: A bienal de humor. Disponível em: <https://casaoliveiraguimaraes.pt/a-bienal-do-humor/> (Acedido em: 13/10/2020).

DGAE (2016). Direção-Geral das Atividades Económicas. *República Portuguesa*. Sustentabilidade Empresarial. Disponível em: <https://www.dgae.gov.pt/servicos/sustentabilidade-empresarial.aspx> (Acedido em: 04/01/2021).

DGAE (2019). Direção-Geral das Atividades Económicas. *República Portuguesa*. Plataformas de Financiamento Colaborativo - Crowdfunding. Disponível em: <https://www.dgae.gov.pt/licenciamentos-e-registos/plataformas-de-financiamento-colaborativo.aspx> (Acedido em: 04/01/2021).

DGArtes (2020a). Direção-Geral das Artes. Disponível em: <https://www.dgartes.gov.pt> (Acedido em: 07/01/2021).

- DGArtes (2020b). Direção-Geral das Artes. Programas de Apoio. Disponível em:  
[https://www.dgartes.gov.pt/pt/atividades/apoio\\_as\\_artes](https://www.dgartes.gov.pt/pt/atividades/apoio_as_artes) (Acedido em: 07/01/2021).
- DGArtes (2020c). Direção-Geral das Artes. Programa de Apoio a Projetos – Criação e Edição – Artes Performativas. Disponível em:  
<https://www.dgartes.gov.pt/pt/apoio/4513> (Acedido em: 07/01/2021).
- DGPC (2006). Direção-Geral do Património Cultural. República Portuguesa. Rede Portuguesa de Museus. Disponível em:  
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/>  
(Acedido em: 11/01/2021).
- EEA (2014). *European Economic Area Grants*. Apoios EEA Grants a Portugal. Disponível em: <https://www.eeagrants.gov.pt/pt/eea-grants/> (Acedido em: 01/03/2021).
- UNRIC (2016). Nações Unidas. Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em:  
<https://unric.org/pt/Objetivos-de-Desenvolvimento-Sustentavel/> (Acedido em: 08/03/2021).
- Turismo (2020). Turismo de Portugal. Turismo em Portugal. Programação. Disponível em:  
<https://www.turismodeportugal.pt/pt/Paginas/homepage.aspx> (Acedido em: 15/03/2021).
- FM (2021). Fundação Millennium. Projetos Apoiados. Ação Mecenática. Disponível em:  
<https://www.fundacaomillenniumbcp.pt/projetos-apoiados/> (Acedido em: 22/03/2021).
- FMAM (2021). Fundação Manuel António da Mota. Áreas de Intervenção. Disponível em:  
<https://www.fmam.pt/?wponce=9f2660b11b#> (Acedido em: 23/03/2021).
- FMO (2021). Fundação Montepio. Projetos, Protocolos e Parcerias. Disponível em:  
<https://www.montepio.org/institucional/fundacao-montepio/> (Acedido em: 24/03/2021).
- FEDP (2021). Fundação EDP. Programas para Investimento Social. Disponível em:  
<https://www.fundacaoedp.pt/pt> (Acedido em: 25/03/2021).
- FVVA (2021). Fundação Vasco Vieira de Almeida. Projetos em Curso. Trabalho em Rede e em Parcerias. Disponível em: <https://www.fundacaovva.org/a-fundacao/sobre-a-fundacao/> (Acedido em: 26/03/2021).
- CMAG (2021). Casa-Museu Anastácio Gonçalves. História Pessoal da Casa. Disponível em:  
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/casa-museu-dr-anastacio-goncalves/> (Acedido em: 29/04/2021).

- CMAR (2021). Casa-Museu Amália Rodrigues. História Pessoal da Casa. Disponível em: <https://amaliarodrigues.pt/pt/casa-museu/> (Acedido em: 29/04/2021).
- CMBB (2021). Casa-Museu Bissaya Barreto. História Pessoal da Casa. Disponível em: <https://www.fbb.pt/cmbb/> (Acedido em: 29/04/2021).
- CMMA (2021). Casa-Museu Medeiros e Almeida. História Pessoal da Casa. Disponível em: <https://www.casa-museumedeirosealmeida.pt> (Acedido em: 29/04/2021).
- CP (2021). Casa dos Patudos. História Pessoal da Casa. Disponível em: <https://www.cm-alpiarca.pt/areas-de-atividade/cultura/casa-dos-patudos-museu-de-alpiarca> (Acedido em: 29/04/2021).

## 17. Legislação

Portaria n.º 71/98 de 3 de setembro. *Diário da República* n.º 254/1998 – I-A Série.  
Assembleia da República. Bases do enquadramento jurídico do voluntariado.

Portaria n.º 107/2001 de 8 de setembro. *Diário da República* n.º 209/2001 – I-A Série.  
Assembleia da República. Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural.

Portaria n.º 102/2015 de 24 de agosto. *Diário da República* n.º 164/2015 – I-A Série.  
Assembleia da República. Regime Jurídico do Financiamento Colaborativo.

## 18. Anexos

Tabela Suplementar I – Organização da Programação, em vigor, da CCDRC afeta às dimensões Cultura e Responsabilidade Social.

Fonte: Site oficial CCDRC (CCDRC, 2020).

---

<b>Cultura</b>	
<b>Erasmus+</b>	Pretende criar oportunidades de aprendizagem no Estrangeiro para indivíduos, dentro e fora da União Europeia, apoiar parcerias entre instituições de ensino ou organizações de jovens, com terceiros e promover a inovação, o empreendedorismo e a empregabilidade. Apresenta três vias facilitadoras: Mobilidade Individual para fins de aprendizagem, Cooperação para a Inovação e Boas Práticas, promovendo a boa relação entre organizações, e o Apoio às Reformas Políticas, abrange qualquer tipo de atividade cujo objetivo seja apoiar e facilitar a modernização dos sistemas educativos;
<b>Europa Criativa</b>	Os objetivos prendem-se com internacionalizar o setor cultural e criativo; promover a circulação transnacional de obras culturais e criativas e a mobilidade dos artistas; formar novos grupos na Europa e fora dela; reforçar a capacidade financeira dos setores cultura e criativo; apoiar o desenvolvimento de políticas, a inovação, a formação de novos públicos, e a utilização de novos modelos de negócio; apoiar atividades que contribuam para dotar os agentes de competências <i>know-how</i> , que contribuam para o reforço dos setores. Integra dois subprogramas: MEDIA, dirigido ao setor cinematográfico e CULTURA, que engloba as restantes expressões culturais artísticas;
<b>Responsabilidade Social</b>	
<b>Horizonte 2020</b>	Composto por três Pilares programáticos: I – Excelência Científica; II – Liderança Industrial; III – Desafios Societais. No âmbito do último pilar, visa prestar apoio a projetos de investigação em colaboração internacional de natureza transversal e cultural. O Desafio Societal 6 “Europa num mundo em mudança – Sociedades Inclusivas, Inovadoras e Reflexivas” tem por objetivo promover uma compreensão avançada das questões-chave de âmbito cultura e socioeconómico da Europa, bem como providenciar caminhos e soluções para promover uma União Europeia mais inovadora e inclusiva.

---

Tabela Suplementar II – Organização dos Programas em vigor, da CIM/RC, afetos às dimensões Cultura e Turismo.

Fonte: Site oficial da CIM/RC (CIM/RC, 2020a; 2020b).

---

<b>Cultura</b>	
<b>Cultura em Rede</b>	<p>Consubstancia o Programa Intermunicipal para a Valorização dos Recursos Turísticos e Culturais, define Coimbra como Região de Cultura, e é espelhado em três ações que integram os conteúdos a desenvolver: Festival Espírito do Lugar, Música de Coimbra e Coimbra em Rede.</p> <p>Os três projetos são realizados em espaços culturais, museológicos e centros históricos, e celebram a relação entre o património material e o património imaterial incentivando à criação de uma rede de programação intermunicipal direcionada à criação, produção e apresentação de projetos artísticos, em particular de música e artes performativas. São privilegiados o envolvimento comunitário e a “dessacralização” dos objetos artísticos, quer clássicos, quer contemporâneos;</p>
<b>Rede Intermunicipal de Bibliotecas</b>	<p>Disponibiliza um leque de programas intermunicipais adaptados aos diferentes públicos, como a promoção da leitura e da literacia, formação continuada na área da Biblioteconomia, objetivando colmatar as necessidades formativas dos recursos humanos, e a produção de conteúdo com as características identitárias da região incluindo posterior divulgação.</p> <p>O funcionamento da rede é da responsabilidade do Grupo de Trabalho constituído por representantes de bibliotecas municipais e rege-se por regulamento próprio. Parceria com a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas – DGLAB;</p>
<b>Agenda Urbana</b>	<p>A Agenda Urbana para a EU, uma Parceria para a Cultura/Património Cultural, promove a cooperação entre Estados-Membros, cidades, a Comissão Europeia e outras partes interessadas para estimular o crescimento, a habitabilidade e a inovação nas cidades europeias, ao mesmo tempo delineando soluções para desafios sociais próprios das zonas urbanas, como as disparidades socioeconómicas, com impacto na coesão territorial. Pretende, assim, contribuir para uma governação multinível.</p> <p>A CIM Região de Coimbra é a única entidade portuguesa a integrar a Parceria “Cultura e Património Cultural”;</p>
<b>Turismo Pedestre</b>	
<b>Corredores de Património Natural</b>	<p>Promove a visita a trilhos, sinaléticas e áreas sustentáveis de observação com máxima segurança</p>

---

	garantida em simultâneo à execução do plano de homologação e acompanhamento;
<b>Ecovia do Mondego</b>	Resulta da génese de uma via ciclável de 40 quilómetros que une Santa Comba Dão a Penacova;
<b>Eurovelo – Rota da Costa Atlântica</b>	Formação de uma via ciclável de 83 quilómetros que interliga os municípios da Figueira da Foz, Cantanhede e Mira;
<b>Promoção de Produtos Turísticos</b>	Inclui novos Roteiros através do programa Cidade e Região de Coimbra, promoção da identidade gastronómica e a concretização do programa Marcos Históricos, que possibilita assistir à viagem medieval de Roma a Portugal, e a recriação sustentada, por via de criação de conteúdo, do programa Invasões Francesas. A valorização do <i>lifestyle</i> , com o desenvolvimento do conceito Surf No Crowd, pode ser concretizada com o programa The Surf Spot. <i>Dark Sky</i> Aldeias do Xisto, parceria que inclui a criação de um roteiro de astroturismo da RC, <i>dark sky</i> , tendo por base um trabalho de fotografia do céu noturno. Ao nível da comunicação, animação, promoção e mediação turística foi desenvolvida uma Agenda de Eventos, um Roteiro, e uma plataforma em desenvolvimento, “visitregiaodecoimbra.pt”, ferramentas que permitirão articular e comunicar de forma integrada os projetos turísticos desenvolvidos pela CIM/RC;
<b>Turismo Gastronómico</b>	
<b>Rede Europeia de Gastronomia 2021</b>	Preza pela inovação e união da gastronomia com a cultura, o turismo, as artes e a economia. O produto Turismo Gastronómico deve ser utilizado como “âncora” dado que serve de fator atrativo para variadas ofertas;
<b>Seleção Gastronómica de Vinhos</b>	Consiste na criação de uma Rede que garanta, a satisfação dos seus clientes através da adoção de uma receita tradicional portuguesa e o uso, preferencialmente, de produtos portugueses na confeção, a execução de boas práticas em higiene e segurança alimentar e a oferta de uma qualidade inigualável no serviço;
<b>Valorização da Fileira do Queijo</b>	Pretende aumentar a procura de produtos agroalimentares cuja produção é certificada (DOP) e a qualidade diferenciada, estimulando iniciativas empresariais capacitadas, atraindo capital humano qualificado e dinamizando o território;
<b>Turismo</b>	
<b>Interreg Espanã - Portugal</b>	Projeto-Vetor de desenvolvimento económico e turístico transfronteiriço. Visa a promoção,

preservação e valorização do património histórico e cultural das rotas napoleónicas existentes entre Portugal e Espanha. A história recriada trata a retirada das tropas de Napoleão na 3ª Invasão Francesa, o fim da Guerra Peninsular e outros momentos relevantes, através da definição das rotas que possuem marca distinta ao nível da sinalética da interpretação permitindo aos visitantes e turistas aceder à informação autonomamente e de forma customizada durante a visita. Projeto em articulação com a Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior – “Rede Temática das Invasões Francesas em Portugal”. São abrangidos por este programa os territórios portugueses, Penacova, Mealhada, Mortágua (Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra), Almeida e Torres Vedras e os espanhóis, *Castilla e León*.  
 Apoio Financeiro da EU: FEDER: 710.228,24€  
 Apoio Financeiro Público regional/local: 532.671,17€;

Tabela Suplementar III – Declaração Anual de 2021 para o Programa de Apoio a Projetos da DGArtes. Fonte: Site oficial da DGArtes (DGArtes, 2020c).

Domínio	Especificação	Área artística	Prazo limite de abertura	Forma de atribuição	Montante (€)
<b>Criação e edição</b>	N.A.	Todas	Julho	Concurso (*)	4 240 000€
<b>Programação e Desenvolvimento de Públicos</b>	N.A.	Todas	Julho	Concurso (*)	2 040 000€
<b>Internacionalização</b>	N.A.	Todas	Julho	Concurso (*)	720 000€
<b>Formação e Investigação</b>	N.A.	Todas	Julho	Procedimento simplificado (*)	480 000€
<b>Internacionalização e Criação</b>	Representação Oficial Portuguesa na exposição de arte – Bienal de Veneza 2022	Todas	Julho	Concurso limitado (**)	350 000€
<b>Internacionalização</b>	Apoio complementar ao Programa Europa Criativa	Todas	Novembro	Concurso (***)	450 000€
<b>Dotação Total</b>					8 280 000€

(\*) Apoio a atribuir em 2022;

(\*\*) Apoio Plurianual a atribuir em dois anos;

(\*\*\*) Apoio Plurianual a atribuir em dois anos, 300 000€ respeitantes a 2022 e 150 000€ respeitantes a 2023.

Tabela Suplementar IV – Projetos merecedores do apoio da Fundação Millennium. Fonte: Site oficial da Fundação Millennium (FM, 2021).

Projetos Apoiados	Descrição

Rota das Catedrais	Exposição de peças de catedrais e igrejas portuguesas, classificadas como património nacional cultural, de reconhecida singularidade e de identidade;
Arco Lisboa 2019	IV edição da maior feira de arte contemporânea nacional, que fornece oportunidades aos jovens artistas a possibilidade de estabelecer relação com a Arco Espanhola e ganhar projeção internacional;
Estranha Leveza	Apoio do livro Guia de Arquitetura e inauguração de vídeo estranha leveza no CCB;
Drawing Room	Feira de arte contemporânea que contou com mais de 20 galerias nacionais e internacionais para as exposições de desenho contemporâneo – Sociedade Nacional de Belas Artes;
MNAA	Exposição do acervo de têxteis religiosos;
MIMO	Programa educativo;
Surrealismo – M.M Faro	Museu Municipal de Faro inaugura exposição intitulada “A evolução do Braço Surrealismo na coleção Millennium BCP e alguns Ecos Contemporâneos”;
JustLX	Exposição de Arte Contemporânea, mostra com várias galerias do mundo;
Museu de Beja	Valorização do Museu de Beja, projeto de requalificação;
Museu dos Coches	Maior coleção de coches reais patente ao público no Novo Museu Nacional dos Coches.

Tabela Suplementar V – Intervenções raiz nos domínios da Cultura e de Desenvolvimento Social da FMAM.

Fonte: Site oficial da FMAM (FMAM, 2021).

<b>Projetos sem Parceria</b>	<b>Domínio</b>	<b>Descrição</b>
Concurso Internacional Santa Cecília	Cultura	O objetivo consiste em proporcionar aos jovens pianistas concorrentes com idades compreendidas entre os 5 e os 32 anos a oportunidade de mostrarem publicamente o seu trabalho, a troca de experiências e interação social e cultural, estimulando os candidatos a evoluírem artisticamente e dando a conhecer ao público novos intérpretes;
CRIDEM	Cultura	A Bienal CRIDEM – Concurso Nacional de Obras de Expressão Plástica de Pessoas

		com Deficiência Intelectual retoma uma iniciativa que deixou uma marca indelével e de grande notoriedade e prestígio nas treze edições anteriores entre as instituições ligadas à deficiência, e os artistas e a suas obras, verdadeiros protagonistas do certame;
Carquejeiras	Cultura	A “Associação Homenagem às Carquejeiras do Porto”, constituída em 2015, tem por fins fomentar e divulgar o conhecimento sobre as Carquejeiras do Porto, pelo trabalho árduo desempenhado por estas mulheres, em prol da cidade do Porto;
Ciclo de Música anual no Auditório da Fundação	Cultura	Integrado no programa “Culturaviva”, traz anualmente ao auditório da Fundação novos intérpretes e expressões musicais, contando desde o seu início com a colaboração do Curso de Música Silva Monteiro, prestigiada escola de música da cidade do Porto;
70 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos	Cultura	Exposição que reuniu cerca de 170 cartoons, com trabalhos de artistas de 50 países, que permitiu celebrar o aniversário da DUDH;
Cercar-te – Um projeto para o Cerco do Porto	Desenvolvimento Social	Destina-se a jovens dos 6 aos 30 anos cujo principal objetivo é o combate à exclusão social e o reforço da igualdade de oportunidades, focando-se em contribuir para o desenvolvimento de competências pessoais, sociais, cognitivas, profissionais e éticas de todos os jovens nele integrados;
Alta-Mente.E7G – Os jovens e o emprego	Desenvolvimento Social	Promove a integração de jovens no mercado de trabalho através de um conjunto de atividades de formação, capacitação e integração social de jovens provenientes de meios sociais desfavorecidos;
Liga Portuguesa Contra o Cancro	Desenvolvimento Social	Prestar apoio em diversas modalidades aos doentes e suas famílias que se encontrem em grave situação de carência económica e financeira e/ou psicossocial, suscetíveis de prejudicar o seu bem-estar e qualidade de vida ou colocar em risco a eficiência do acompanhamento clínico prestado ou contribuir direta ou indiretamente para o seu isolamento ou exclusão social;
Habitat for Humanity	Desenvolvimento Social	Associação Humanitária Habitat, ONG, que tem como princípio fundamental congregar esforços e promover iniciativas no âmbito da solidariedade social, visando especialmente contribuir para eliminar a degradação habitacional e apoiar família

		carenciadas na obtenção de habitações adequadas e condignas, através da sua construção ou recuperação;
Porto Amigo	Desenvolvimento Social	Visa a realização de obras de adaptação e de melhoria das condições de habitabilidade da população sénior dependente da cidade do Porto, em situação de pobreza e que resida em habitação própria ou arrendada, bem como a intervenção nos problemas sociais associados a esta população;
Oeiras Sem Barreiras	Desenvolvimento Social	Protocolo de colaboração estabelecido entre a Fundação e o Município de Oeiras, com destino a viabilizar, no concelho, a realização de obras de adaptação de habitações de famílias de baixos rendimentos e onde os agregados familiares integram pessoas com mobilidade condicionada;
Mobilidade Integrada	Desenvolvimento Social	Protocolo de colaboração entre a FMAM, a Fundação Montepio e a empresa Mobilidade Positiva, responsável por identificar e apoiar casos de cidadãos deficientes ou com incapacidade temporária, e em situação de carência económica. Pretende dar resposta aos pedidos de apoio que recebe regularmente de cidadãos nessas condições, ajudando a financiar parcial ou integralmente a aquisição de ajudas técnicas e produtos de apoio;
Uma obra, um projeto	Desenvolvimento Social	Através da renovação da parceria com a Associação “ <i>Just a Change</i> ”, a Fundação apoia a reabilitação de habitações no concelho de Vila Pouca de Aguiar;
Prémio Fundação Manuel António da Mota ar clubes UNESCO	Educação	Prémio que tem por base um concurso que pretende selecionar, a nível nacional, os Clubes UNESCO que se destacam na sua atividade anual, pelo alcance das suas iniciativas em prol da promoção dos valores defendidos pela UNESCO, contribuindo igualmente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
Fundação para o Desenvolvimento Social – Música para todos	Educação	Fundação Porto Social que tem por base o objetivo de corporizar projetos de âmbito social no concelho do Porto, tendo como missão promover a inclusão e a coesão social na cidade do Porto;
<i>Jump Box</i>	Educação	Academia de competência com marca registada que trata o novo conceito de capacitação para jovens maiores de 18 anos e que usa como base a ideia de que a

		maioria das pessoas aprende melhor fazendo e trabalhando em equipa;
Cantinho do Estudo	Educação	Pretende implementar um programa inovador integrado de desenvolvimento de competências de estudo especializado específico para cada criança, focando as potencialidades de cada uma;
Jovens Empreendedores – Construir o Futuro	Educação	Programa que desenrola ao longo dos anos letivos, com o propósito de motivar os jovens a questionarem de uma forma crítica e construtiva a sua visão atual do mundo;
Dança Nova Geração	Educação	Programa que desenvolve a sua ação predominantemente nos domínios da música e da dança apresentando-se ainda como um espaço escolar de referência do ensino artístico especializado;
Porto de Futuro	Educação	Uma parceria que visa a conjugação de esforços e interesses comuns do sistema educativo e da comunidade empresarial através da adoção, pelas escolas, de boas práticas do modelo de gestão do meio empresarial;
Cátedra Unesco	Educação	Iniciativa que tem como objetivo principal lançar e criar uma rede inovadora e integrada de pesquisa, ensino e formação avançada para alunos de mestrado e doutoramento em temáticas como geoparques, coesão socio-territorial e estilos de vidas saudáveis;
Mais Saúde, Melhor Futuro	Educação	Tem por objetivo fomentar a literacia em saúde, promover atitudes, valores e competências que suportem comportamentos saudáveis, contribuindo para a inclusão de crianças e jovens com necessidades especiais;
Centro de Formação Profissional	Educação	Promove ações de formação nas áreas de Construção Civil e Engenharia Civil, Eletricidade e Energia e Enquadramento na Organização/Empresa, para jovens no âmbito do Sistema de Aprendizagem em Alternância, em articulação com o IEFP;
Dar um Futuro ao Passado	Educação	Com o compromisso de investir na formação dos jovens, assumem também a sua responsabilidade na educação para uma cidadania informada e consciente;
Uma segunda Oportunidade	Educação	Visa a prevenção do abandono escolar precoce e a compensação para os jovens em abandono.

Tabela Suplementar VI – Atividades solidárias cujo núcleo reside na Fundação Montepio.  
 Fonte: Site oficial da Fundação Montepio (FMO, 2021).

<b>Projetos-Raiz</b>	<b>Domínio</b>	<b>Descrição</b>
Faces	Intervenção Social	O Financiamento e Apoio para o Combate à Exclusão Social surge para dar resposta ao financiamento de projetos de intervenção social que promovam a empregabilidade das pessoas com deficiência, a inclusão de crianças e jovens em situações de risco ou respostas inclusivas para famílias vulneráveis e pessoas sem-abrigo;
Frota Solidária	Intervenção Social	Pretende valorizar iniciativas inovadoras e que apresentem condições de sustentabilidade, dando continuidade às prioridades definidas em anos anteriores e procurando reconhecer o trabalho realizado em parceria por organizações em território nacional. Uma prática de responsabilidade social que consiste na aquisição, transformação e adaptação de viaturas, oferecidas a IPSS de todo o País, destinadas a ajudar quem mais necessita;
Prémio Voluntariado Jovem	Cultura	O Prémio Voluntariado Jovem Montepio é uma iniciativa destinada a divulgar o Voluntariado Jovem e as suas atividades, a estimular a apresentação de projetos inovadores ou a apoiar a continuidade de projetos já em curso.

Tabela Suplementar VII – Intervenções em parceria através da Fundação Montepio.  
 Fonte: Site oficial da Fundação Montepio (FMO, 2021).

<b>Projetos em Parceria</b>	<b>Domínio</b>	<b>Descrição</b>
Programa de Impacto Social	Intervenção Social	Ecosistema de referência para a gestão de impacto social em Portugal e uma plataforma de debate, partilha e capacitação, para um conjunto diversificado de organizações. Aqui as entidades implementadoras e financiadoras encontram-se para desenvolver uma maior capacidade de gerir o impacto e demonstrar os resultados das suas iniciativas sociais;

Programa MAIS	Intervenção Social	Proporcionar aos participantes uma ocupação em trabalho socialmente necessário e uma experiência de trabalho e formação suplementar que lhes facilite, no futuro, a obtenção de um emprego estável. Contribuindo para evitar o afastamento prolongado dos participantes do mercado de trabalho;
Mobilidade Positiva	Intervenção Social	Mobilidade Positiva consiste numa equipa concentrada em construir e gerir soluções nas áreas das acessibilidades e mobilidades. Pretendem proporcionar serviços únicos, inovadores e de elevado valor acrescentado, a todas as pessoas com necessidades específicas. Pretende-se maximizar a qualidade, focando os recursos humanos e técnicos para assegurar um elevado grau de satisfação dos clientes, alcançando assim o grau de excelência nos serviços prestados;
CRIDEM	Intervenção Social	Em Parceria com a Fundação Manuel António da Mota, a Bienal CRIDEM, tem como fundo o Concurso Nacional de Obras de Expressão Plástica de Pessoas com Deficiência Intelectual.

Tabela Suplementar VIII – Projetos apoiados pela Fundação Montepio no domínio da Intervenção Social.  
Fonte: Site oficial da Fundação Montepio (FMO, 2021).

<b>Projetos Apoiados</b>	<b>Domínio</b>	<b>Descrição</b>
GEPE	Intervenção Social	Grupo de Entreejuda para a Procura de Emprego disponível a nível Nacional. A título informal, pessoas que se encontrem em situação de desemprego reúnem periodicamente com o objetivo de ampliar e manter uma procura ativa de emprego, na qual todos os membros do grupo colaboram e se entreejudam;
Mais Proximidade, Melhor Vida	Intervenção Social	Associação com vista à construção e cimentação de uma rede de parcerias que facilitem o acompanhamento diário e o acesso a recursos que permitam melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas e evitar a sua institucionalização. Visa, sobretudo, integrar a pessoa na comunidade onde reside, contribuindo para a melhoria do seu bem-estar físico e emocional;

Cuidar Melhor	Intervenção Social	Com o intuito de contribuir para a inclusão e promoção dos direitos das pessoas com demência, bem como para o apoio e valorização dos familiares e profissionais que lhes prestem cuidados, através de uma intervenção pluridisciplinar, assente nos valores da parceria, o Projeto Cuidar Melhor preza pelo respeito pela dignidade humana e pela personalização da intervenção;
Academia Ubuntu	Educação	A Academia de Líderes Ubuntu é um projeto na área da educação não-formal cuja orientação se volta para a capacitação de jovens com elevado potencial de liderança, provenientes de meios desafiantes ou que neles queiram trabalhar;
Geofundos	Intervenção Social	Até à data, a única Plataforma Online em Portugal que reúne todas as oportunidades de financiamento, nacionais e internacionais, disponíveis para as entidades e iniciativas da Economia Social. Através de uma segmentação rigorosa, a pesquisa é rápida, fácil e personalizada com apresentação de resultados muito concretos;
EAPN Portugal	Intervenção Social	A Rede Europeia Anti-Pobreza ( <i>European Anti Poverty Network</i> ), é a maior rede europeia de redes nacionais, regionais e locais de ONG's, bem como de Organizações Europeias ativas na luta contra a pobreza;
Govint	Intervenção Social	A Academia de Liderança Colaborativa é um espaço de aprendizagem sobre colaboração onde se desenvolvem as competências de líderes colaborativos, promotores de transformação sistémica nos contextos complexos em que servem;
Liga dos Bombeiros	Intervenção Social	Instituição que pretende ser mais forte e credível como consequência de responsabilidades acrescidas e da intensificação da sua participação nas estratégias de reforma do setor dos bombeiros.

Tabela Suplementar IX – Entidades que o Montepio integra no domínio da Responsabilidade Social.  
 Fonte: Site oficial do Montepio (FMO, 2021).

<b>Entidades que o Montepio integra</b>		
<b>Designação</b>	<b>Domínio</b>	<b>Descrição</b>
GRACE	Responsabilidade Social	Associação empresarial de referência em Portugal, com relevo internacional que atua nas áreas da Responsabilidade Social e Sustentabilidade;
Confederação Portuguesa do Voluntariado	Responsabilidade Social	Pretende dar voz aos voluntários de Portugal e contribuir para a defesa dos seus direitos e interesses. Para isto, representa organizações que dependam do voluntariado para a prossecução da sua missão, quaisquer que sejam os domínios de atividade;
Centro Português de Fundações	Responsabilidade Social	Entre os seus membros estão fundações provenientes de todo o país, caracterizadas por diferentes origens, dimensões, finalidades e âmbitos de atuação, e que, no seu conjunto, contribuem de forma proactiva para o progresso social, educativo, científico, ambiental e cultural, não só do país, como a nível internacional;
Plataforma de Apoio aos Refugiados	Responsabilidade Social	Nasceu da liderança e iniciativa da Sociedade Civil para dar uma resposta direcionada à atual crise mundial de refugiados, em especial perante a situação vivida na Europa;
Movimento ECO	Responsabilidade Social	Projeto nacional que atua na prevenção de incêndios florestais.

Tabela Suplementar X – Protocolos estabelecidos entre o Montepio e entidades educativas no domínio da Responsabilidade Social.  
 Fonte: Site oficial da Fundação Montepio (FMO, 2021).

<b>Protocolos</b>			
<b>Nome</b>	<b>Domínio</b>	<b>Descrição</b>	<b>Método de Apoio</b>
Universidade de Terceira Idade de Setúbal	Responsabilidade Social	Integra a Rede que unes todas Universidades Seniores, a RUTIS. A UNISETI é uma Universidade para todos, num lugar privilegiado no centro de Setúbal. Proporciona para além de conhecimento uma rede única de partilha de experiências e saberes, convívio e lazer, saúde e bem-estar;	A Fundação Montepio apoia o funcionamento desta Universidade;

Associação Portuguesa para a Ética Empresarial	Responsabilidade Social	O propósito da APEE consiste na ajuda a criar e apoiar um modelo de desenvolvimento que seja sustentável, iluminado por Princípios e Valores Éticos, no plano ambiental pela harmonia com o Planeta e os recursos que nos disponibiliza, no plano social pela inclusão, diversidade e busca da felicidade;	Assinado em 2015, o protocolo tem o objetivo de financiar anualmente cinco processos de reconhecimento de práticas de responsabilidade social numa organização de economia social;
Associação Promotora do Ensino dos Cegos	Responsabilidade Social	O objetivo chave é o de ministrar conhecimentos básicos às pessoas cegas que até então estavam votadas ao abandono, subsequentemente criou o Asilo-Escola António Feliciano de Castilho. Por aquela escola passaram muitos rapazes e raparigas que graças aos ensinamentos aí colhidos puderam sentir-se realizados, não só enquanto profissionais, mas enquanto pessoas;	O protocolo celebrado em 2007 permitiu a implementação do projeto “Acessibilidade para Todos”, que viabilizou a tradução em Braille de produtos comercializados pela Caixa Económica Montepio Geral;
Associação Nacional dos Jovens para a Ação Familiar	Responsabilidade Social	A ANJAF tem como missão intervir na realização de atividades que contribuam para promover a integração socioprofissional e o desenvolvimento sociocultural dos jovens em particular, e de todos os grupos expostos ou em situação de exclusão, com vista à promoção de coesão do tecido social;	Assinado em 2008, este acordo permitiu a realização de ações de Educação Financeira por todo o País. Os formadores da ANJAF lideram esta ação;
<i>Finance for Social Impact</i>	Responsabilidade Social	Objetivo que se prende com o estímulo dos diferentes tipos e fontes de capital disponíveis para iniciativas empresariais que geram tanto valor empresarial quanto impacto social. Uma orientação empresarial personalizada que auxilia os investidores a considerar onde e como desbloquear esse capital a uma maior escala;	Este acordo, assinado em 2015, permite o financiamento anual de um programa de consultoria e acompanhamento em sustentabilidade;
Associação Portuguesa para a Qualidade	Responsabilidade Social	A missão da APQ consiste na promoção e divulgação de conhecimentos teóricos e práticas no domínio da Qualidade e Excelência em Portugal;	O protocolo pretende assegurar o financiamento anual de um processo de certificação da qualidade por uma organização de economia social;

Tabela Suplementar XI – Intervenções sociais cujos projetos são realizados em parceria com o Montepio.  
 Fonte: Site oficial da Fundação Montepio (FMO, 2021).

<b>Parcerias</b>			
<b>Designação</b>	<b>Domínio</b>	<b>Descrição</b>	<b>Método de Apoio</b>
Grupo de Reflexão para a Cidadania Empresarial	Responsabilidade Social	O GRACE promove a RS nas empresas através do benchmarking e do desenvolvimento de projetos de voluntariado em parceria;	O Montepio integra o GRACE desde 2008, assumindo a vice-presidência da organização;
Conselho empresarial para o desenvolvimento sustentável - <i>Business Council for Sustainable Development</i> (BSCD)	Responsabilidade Social	Associação sem fins lucrativos cuja missão visa o Desenvolvimento Sustentável nas empresas, a ecoeficiência, a inovação e a Responsabilidade Social, promovendo o impacto positivo para stakeholders, a sociedade e o ambiente. O BSCD Portugal agrega empresas com visão de futuro, trabalhando em conjunto para acelerar a transição para um mundo mais sustentável;	A Fundação Montepio aderiu a esta organização em janeiro de 2009;
Associação Aprender a Empreender – <i>Junior Achievement</i> Portugal	Responsabilidade Social	O JA Portugal é uma organização sem fins lucrativos ligada ao empreendedorismo, gosto pelo risco, criatividade e inovação junto dos mais jovens. Inspira e prepara crianças e jovens para terem sucesso numa economia global através de experiências transformadoras com base em três pilares fundamentais: Cidadania e Literacia Financeira, Educação para o Empreendedorismo e Competências para a empregabilidade;	A Fundação Montepio integra esta associação desde 2007, tendo realizado, em dois anos consecutivos e com recurso ao voluntariado empresarial, ações de formação em escolas do Ensino Básico;
Comité de Responsabilidade Social do <i>European Saving Banks Groups</i>	Responsabilidade Social	A Academia de Liderança Colaborativa é um espaço de aprendizagem sobre colaboração onde se desenvolvem as competências de líderes colaborativos, promotores de transformação sistémica nos contextos complexos em que servem. A WSBI concentra-se em questões	O Montepio integra o Grupo das Caixas Económicas Europeias e o seu Comité de Responsabilidade Social, estrutura que tem desenvolvido um importante trabalho em matéria de

		regulamentares internacionais que afetam a indústria da poupança e da banca a retalho favorecendo uma forma inclusiva de globalização;	recomendações e intercâmbio de boas práticas;
Confederação Portuguesa do Voluntariado	Responsabilidade Social	Constituída a 19 de janeiro de 2007, a CPV pretende dar voz aos voluntários de Portugal e contribuir para a defesa dos seus direitos e interesses. Para isto, representa as organizações que dependam do voluntariado para a prossecução da sua missão, quaisquer que sejam os seus domínios de atividade. Congrega atualmente 39 organizações de voluntariado e promotoras de voluntariado – associações singulares, federações e confederações – com variados objetos de atuação, de âmbito nacional;	O Montepio aderiu em 2008 à CPV. A entidade promove o debate sobre temas relacionados com o voluntariado e é constituída por entidades de reconhecido mérito: Liga dos Bombeiros Portugueses, Plataforma em Diálogo, Cruz Vermelha Portuguesa e União das Misericórdias Portuguesas;
Movimento ECO	Responsabilidade Social	Projeto nacional que atua na prevenção de incêndios florestais. O Movimento ECO é uma iniciativa lançada pelo Ministério da Administração Interna que visa a proteção da floresta e prevenção dos fogos florestais. Ao aderir a esta iniciativa, a Fundação Montepio disponibiliza, anualmente, os seus suportes internos de comunicação, site e os sistemas Chave 24 para sensibilizar a população para a adoção de atitudes preventivas;	A Fundação Montepio integra, desde 2007, o conjunto de empresas que aderiu ao Movimento ECO;
Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente	Responsabilidade Social	A ANEFA representa um universo de micro, pequenas e médias empresas de serviços, com um volume de emprego correspondente a cerca de 9.000 postos de trabalho permanente e um volume de negócios anula superior a 500 milhões de euros;	Em 2008, a Fundação Montepio ofereceu à ANEFA cerca de 7500 árvores destinadas a apoiar a reflorestação do País. Em cooperação com esta entidade, os voluntários Montepio colaboraram em ações de

---

reflorestação no Centro e Norte do País, contribuindo ativamente para a proteção ambiental;

---

Tabela Suplementar XII – Projetos em que a EDP atua como Mecenas.  
Fonte: Site oficial EDP (FEDP, 2021).

<b>Mecenato</b>		
<b>Designação</b>	<b>Domínio</b>	<b>Descrição</b>
Companhia Nacional de Bailado	Cultura	Mecenas Principal da Companhia Nacional de Bailado (CNB). Única companhia de base clássica em Portugal e é reconhecida pela sua versatilidade no que respeita à interpretação dos géneros clássico, moderno e contemporâneo. Os espetáculos de bailado em digressão nacional têm contribuído para a descentralização da cultura da dança, colocando-a à disposição da população residente fora dos grandes círculos urbanos. A EDP apoia a CNB desde 1998;
Fundação de Serralves	Cultura	Mecenas Exclusivo de uma importante exposição anual a realizar no Museu de arte Contemporânea da Fundação de Serralves. A Fundação EDP tem ainda o estatuto especial de Fundador Patrono, atribuído às instituições que têm vindo a apoiar a Fundação de Serralves de forma continuada e regular. Desde 2001, a Fundação EDP e a Fundação de Serralves têm celebrado parcerias, tanto na produção de exposições como no desenvolvimento de projetos na área dos serviços educativos;
Orquestra Sinfónica Juvenil	Cultura	Apoio à temporada da Orquestra Sinfónica Juvenil, a única orquestra de jovens em funcionamento permanente, e o programa de bolsas de estudo Fundação EDP/OSJ. A Orquestra Sinfónica Juvenil dá formação na área específica da prática de música sinfónica, enquanto elemento fundamental no ensino dos jovens músicos numa perspetiva de aperfeiçoamento e profissionalização. Projeto apoiado desde 1993;
Casa da Música	Cultura	Membro fundador da Fundação Casa da Música e, desde 2008, Mecenas Exclusivo do Ciclo de Piano Fundação EDP, que consiste num programa anual composto por concertos de grandes

		pianistas internacionais. Desde 2010 a Fundação EDP é também Mecenaz do Dia Mundial da Música;
Trienal de Arquitetura de Lisboa	Cultura	Principal Mecenaz, desde 2007, da Trienal de Arquitetura de Lisboa, sendo um dos polos das exposições que fazem parte da sua programação. O objetivo do conjunto das iniciativas previstas consiste na realização de um evento de projeção internacional capaz de divulgar as tendências contemporâneas do urbanismo e da arquitetura;
Fundação <i>Arpad Szenes</i> – Vieira da Silva	Cultura	Mecenaz principal da programação desta instituição que tem por vocação e divulgação e estudo da obra dos artistas plásticos Arpad Szenes e Maria Helena Vieira da Silva, relacionando-os com artistas, intelectuais e amigos, nacionais ou estrangeiros. A sua programação apresenta exposições de arte moderna e contemporânea;
Bienal de Veneza	Cultura	Mecenaz da Representação Portuguesa na Exposição Internacional de Arte La Biennale di Venezia em 2013, 2015 e 2017;
Apoio à Inventariação e Catalogação do Espólio do Professor Eduardo Lourenço	Cultura	Projeto que apresenta como objetivo o tratamento, conservação, inventariação e catalogação do Espólio, que permite a investigação e a disponibilização ao público, na Biblioteca Nacional, do acervo de um dos maiores filósofos e ensaístas portugueses do nosso tempo. Trabalho fundamental para a publicação em curso da sua obra completa e para o desenvolvimento e atualização do site dedicado ao professor. Projeto apoiado desde 2011;
Galeria Municipal do Porto	Cultura	Mecenaz da programação. Parceria iniciada em 2015, dá continuidade à missão sociocultural que a Fundação EDP tem vindo a desenvolver na cidade do Porto, através da promoção da arte contemporânea;

Tabela Suplementar XIII – Projetos desenvolvidos na área da Inclusão Social que serviram de base ao estudo de impacto acerca da continuidade, dimensão e valorização das fundações em Portugal.

Fonte: Site oficial da EDP (FEDP, 2021).

Designação do Projeto	Área de Intervenção	Entidade Recetora	Descrição
Aquecimento do Lar de forma sustentável	Inclusão Social	Associação Portuguesa de Pais e Amigos do	Instalar sistema de aquecimento com caldeiras a biomassa no lar residencial para pessoas com

			Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Coimbra	deficiência, de forma a melhorar o conforto térmico e a qualidade de vida dos utentes da Instituição;
Mais Calor, Mais Vida	Inclusão Social		Comunidade Juvenil Francisco de Assis	Equipar uma casa de acolhimento residencial de crianças, jovens e mulheres em risco com sistemas de aquecimento, para melhorar o conforto térmico dos beneficiários;
Mil e Um Fios	Inclusão Social		Associação APOJOVI	Criar um ateliê de modismo/estilismo/costura, dinamizado por 14 voluntários séniores, para jovens institucionalizados em Coimbra;
Andebol – Cidadãos Privados de Liberdade: Estabelecimentos Prisionais e Centros Educativos	Inclusão Social		Federação de Andebol de Portugal	Desenvolver a prática de andebol em estabelecimentos prisionais e centros educativos;
Tecno Inclusão: Tecnologia ao Serviço da Inclusão	Inclusão Social		Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho	Implementação de protocolos tecnológicos;
Chamada para o Emprego	Inclusão Social		Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal	A ACAPO pretende dar formação a cerca de 40 pessoas com deficiência visual, desempregadas ou à procura do 1º emprego, habilitando-se a exercer as funções de operador de <i>call center</i> ;
Informar e Apoiar Mais	Inclusão Social		Associação Alzheimer Portugal	A Associação Alzheimer Portugal, em Lisboa, pretende dar continuidade a um projeto de 2014, uma linha de atendimento telefónico de cobertura nacional, para dar respostas e partilhar informação com pessoas com demência, cuidadores formais e informais e população em geral;
Sabores da Aldeia	Inclusão Social		Associação Fernão Mendes Pinto	Localizada em Montemor-o-Velho pretende criar um ateliê pedagógico de confeção artesanal de broa de milho para pessoas com doença mental que se encontram estabilizadas;

Figura Suplementar 1 – Áreas de atuação da FVVA com vista à contribuição para uma sociedade mais informada e inclusiva.

Fonte: Site oficial da Fundação Vasco Vieira de Almeida (FVVA, 2021).



### **Justiça**

Consciente de que o acesso ao direito e à justiça constitui um fator essencial de afirmação da cidadania e de coesão social, a Fundação pretende impulsionar a advocacia como veículo de acesso e de proteção de grupos em risco social, fomentando o acesso a serviços jurídicos por parte dos cidadãos mais desfavorecidos e das organizações do setor não lucrativo, bem como apoiar projetos de inovação e empreendedorismo social;



### **Educação**

A Fundação visa apoiar a educação, a formação e o conhecimento como instrumentos de desenvolvimento pessoal e coletivo, nas diversas dimensões da atividade e participação cívica;



### **Direitos Humanos**

Direitos Humanos, intervir em matéria de respeito pelos Direitos Humanos, combatendo todas as suas formas de violação, promovendo a consciencialização coletiva da importância do respeito pelos princípios do Estado de Direito e da valorização da diversidade, constitui um objetivo estratégico da Fundação;



### **Conhecimento e Ciência**

Conhecimento e Ciência, constituindo a disseminação do conhecimento e da ciência uma dimensão essencial da construção de uma sociedade mais aberta, interventiva e inclusiva, a Fundação pretende aprofundar o estudo dos temas relevantes no contexto dos seus fins, contribuindo para o avanço do conhecimento e da inovação e para a divulgação de informação na comunidade e promovendo a construção de redes de partilha de informação, em prol da igualdade de acesso ao conhecimento;



### **Cultura**

A promoção da cultura, nas suas diversas expressões, em especial a musical artística e literária, bem como a valorização da diversificada cultural e a consciencialização da importância do respeito pela multiculturalidade, são preocupações centrais à atividade da Fundação;



### **Sociedade Civil**

É necessário implementar mecanismos de alerta na sociedade civil, relativos à necessidade de uma participação cívica ativa e de uma intervenção social atenta, designadamente através do exercício de *advocacy* em temas sociais relevantes, promovendo e criando mecanismos de participação coletiva, pretendendo a Fundação assumir um papel relevante neste domínio;



### **Cidadania Digital**

Numa sociedade profundamente marcada pela tecnologia e pela globalização é essencial para a fundação contribuir para a consciencialização coletiva dos desafios que a digitalização da



### **Sustentabilidade**

Promover a consciencialização coletiva da importância da adoção de práticas ambientais e sociais sustentáveis constitui um exercício de

sociedade e da economia colocam ao próprio conceito de cidadania tal como hoje o conhecemos, nomeadamente em termos de proteção da privacidade, da dignidade do ser humano e da própria liberdade nas suas diversas manifestações;

cidadania e de pertença à comunidade que será empenhadamente desenvolvido pela Fundação;

Tabela Suplementar XIV – Projetos no âmbito da Educação para a Cidadania, que prezam pela inclusão e pela diversidade cultural.

Fonte: Site oficial da Fundação Vasco Vieira de Almeida (FVVA, 2021).

<b>Designação do Projeto</b>	<b>Domínio</b>	<b>Objetivo</b>
Encontro(s) com Impacto	Educação	Criar uma plataforma colaborativa que coloque em contacto empresas e organizações da Economia Social, numa ótica de partilha de recursos e construção conjunta de projetos com impacto positivo na Comunidade, de forma a contribuir para a reestruturação e sobrevivência das organizações a passar por dificuldades acrescidas de gestão de projeto e sustentabilidade de negócios sociais;
Liga-te@Escola	Educação	Promover a campanha de <i>crowdfunding</i> LIGA_TE@ESCOLA, através da qual particulares ou empresas podem fazer donativos que revertem na totalidade para a aquisição de equipamento informático, no contexto do projeto <i>StudentKeep</i> . Pretende garantir que todos os alunos do ensino público têm acesso às mesmas oportunidades de integração no novo modelo de ensino à distância sempre que o mesmo tenha lugar, independentemente do seu enquadramento socioeconómico, possibilitando-lhes o acompanhamento escolar e o acesso permanente à educação;
Projeto InclusivaMente	Educação	Após a aprovação do novo regime jurídico do maior acompanhado, este veio introduzir um conjunto de alterações legislativas complexas, que originaram a necessidade urgente de investir no apoio aos profissionais da saúde e do direito, aos cuidadores e aos cidadãos em geral na apreciação, interpretação e divulgação do novo paradigma legal. No âmbito da sua missão, a Fundação Vasco Vieira de Almeida pretende contribuir para reforçar o conhecimento das instituições que atuam na área da prestação de cuidados a pessoas idosas e/ou com capacidade diminuída, a respeito da garantia efetiva dos beneficiários daquelas instituições;
Projeto “Teach for Portugal”	Educação	Associação que visa intervir nas comunidades mais desfavoráveis de Portugal com o objetivo de reduzir as desigualdades educativas e transformar a realidade sobre o sucesso escolar, garantindo que todas as crianças têm acesso às mesmas oportunidades de educação, independentemente do seu enquadramento socioeconómico;
ProChild CoLAB	Educação	Associação com vista à congregação de esforços entre Universidades e diversos parceiros sociais públicos e

		privados para desenvolver uma estratégia nacional no combate à pobreza e à exclusão social na infância, enquadrada numa abordagem científica transdisciplinar e inovadora;
Projeto m2   Associação BIPP- Semear	Educação	A sua missão consiste em promover a inclusão de cidadãos com deficiência na sociedade, no âmbito da qual desenvolve o Projeto “SEMEAR: Terra de Oportunidades” – um negócio social inclusivo que tem como objetivo promover a empregabilidade e a integração socioprofissional de jovens e adultos com dificuldade intelectual e do desenvolvimento (“DID”), através de formação certificada e integração em atividades de produção e transformação agrícola biológica;
Girl MOVE Academy	Educação	Investe na melhoria da educação, saúde e segurança de jovens mulheres africanas criando um efeito multiplicador na sociedade, uma vez que transforma estas jovens no maior ativo da sua comunidade a fim de quebrar o ciclo da pobreza;
Literacia Jurídica	Educação	Projeto desenvolvido em parceria com a CLOO, ARCTEL e outros parceiros e tem como objetivo potenciar o desenvolvimento de soluções tecnológicas que aproximem os cidadãos do Direito e, promovam, deste modo, a literacia jurídica, o legal <i>empowerment</i> e o exercício pleno da cidadania;
EAPN Portugal – Observatório de Luta Contra a Pobreza	Educação	A Fundação Vasco Vieira de Almeida, acreditando num modelo de atuação colaborativa, colabora com a EAPN Portugal para a construção, consolidação e manutenção de um Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza. Para assim estudar em permanência o fenómeno da pobreza e exclusão social na sociedade portuguesa, atendendo às suas diversas manifestações e efeitos nas diferentes esferas da vida social, assim como aos processos de reprodução que lhe subjazem;
Parque Nacional de Gorongosa (PNG)	Educação	Planeja equipar cinco escolas, ao longo de cinco anos, na zona do PNG, contribuindo desta forma para a transformação e melhoria das condições de estudo das crianças e jovens que frequentam as escolas das imediações do parque e para a sua sensibilização em relação à sustentabilidade ambiental e à importância de preservar o PNG.

Tabela Suplementar XV – Intervenções no âmbito da Responsabilidade Social Corporativa de apelo à conscientização para uma sustentabilidade e filantropia interventivas.  
Fonte: Site oficial da Fundação Vasco Vieira de Almeida (FVVA, 2021).

Designação	Domínio	Descrição
Projeto Verde	Responsabilidade Social	Programa de desenvolvimento sustentável e ecoeficiência, que visa minimizar o impacto ambiental negativo da operação Firma;

Green Cork – Projeto de Reciclagem de Rolhas de Cortiça	Responsabilidade Social	A Associação nacional de Conservação da Natureza, tem por objetivo unir a reciclagem à conservação da natureza e promover a economia circular;
GIRO	Responsabilidade Social	É a maior iniciativa de voluntariado empresarial em Portugal, na qual participam anualmente várias dezenas de empresas e muitas centenas de voluntariados, que ocorre anualmente em todo o território nacional sob a organização do GRACE, e na qual são realizadas várias intervenções a nível nacional, com vista à melhoria da qualidade de vida de jovens e crianças em risco, idosos, à defesa do ambiente e dos animais e à recuperação de espaços naturais;
ENTRAJUDA	Responsabilidade Social	Organização de ações de formação que têm como destinatários os quadros das entidades sem fins lucrativos associados da ENTRAJUDA e que abordam temas como os regimes jurídicos dos estatutos especiais, fiscalidade e mecenato, dados pessoais, negócios sociais e contratação pública, entre outros;
Centro Português de Fundações	Responsabilidade Social	Organização de workshops e de outras atividades formativas dedicadas a temas relevantes no âmbito da atividade exercida pelas fundações, tendo em vista consolidar este setor em Portugal;
Junior Achievement Portugal (JAP)	Responsabilidade Social	A JAP é a congénere portuguesa da Junior Achievement, a maior e mais antiga organização mundial de educação para o empreendedorismo, que inspira e prepara crianças e jovens para terem sucesso numa economia global através da promoção da Cidadania e Literacia Financeira, da Educação para o Empreendedorismo e de competências para a empregabilidade;
Tapadão	Responsabilidade Social	Participação de colaboradores da Fundação em atividades de silvicultura e de defesa da floresta contra incêndios, sendo financiada a plantação anual de 500 pinheiros;
Serve the City	Responsabilidade Social	Associação que pretende ir ao encontro das necessidades de pessoas socialmente fragilizadas, através de várias iniciativas, entre as quais os

---

Jantares Comunitários. A Fundação Vasco Vieira de Almeida reconheceu nesta iniciativa um projeto inovador e capaz de causar grande impacto social. Todos os colaboradores da VdA e as suas famílias têm anualmente a oportunidade de participar no Jantar Comunitário daquela organização. Uma experiência singular e inovadora em que voluntários são convidados a servir e a sentar-se à mesma mesa com pessoas sem-abrigo e outras pessoas socialmente fragilizadas.

---

## Estudo Empírico – Questões e Respostas dos Entrevistados

Tabela Suplementar XVI – Guião da Entrevista proposta ao Doutor Mário Curveira Santos, Secretário-Geral do CPF.

Fonte: Entrevistas com respostas de natureza escrita e via zoom.

<p><b>1 – Qual a natureza jurídica da entidade que representa?</b> “É a única associação representativa das fundações portuguesas. Das que merecem o estatuto de Fundação.”</p>
<p><b>2 – Na sua atividade de responsabilidade social apoia projetos na área cultural?</b> “Não temos projetos na área cultural. Enquanto Associação não concorrenciamos com os nossos Associados nesse sentido. No entanto animamos o grupo de trabalho temático na área da cultura, onde de facto promovemos a partilha e o trabalho em rede e que permite às fundações fazer algum trabalho em rede nesta matéria.”</p>
<p><b>3 – Considera que a cultura pode ser um fator de coesão social e territorial e que consequentemente contribui para o desenvolvimento deste último?</b> “Sem sombra de dúvida.”</p>
<p><b>4 – No âmbito da sua atividade de responsabilidade social, financiam projetos promovidos por entidades lucrativas que atuam na área da cultura em prol do desenvolvimento social do território?</b> “Não fazemos qualquer tipo de financiamento. Somos uma Associação Profissional que desenvolve o trabalho conjunto das fundações entre si. Fornecemos informação em matéria jurídico-fiscal á medida que vão necessitando, e informação acerca do setor, sem atividade diretamente para a sociedade.”</p>
<p><b>5 – Considera importante o papel do setor privado no desenvolvimento da cultura, complementarmente às políticas públicas?</b> “As fundações, de forma geral são decisivas, ou deviam ser mais decisiveis! A primeira função das fundações é produzir conhecimento e obviamente que ao produzirem conhecimento com a execução de projetos de intervenção social, que não é só ajudar as pessoas nas dificuldades, a cultura é também uma intervenção social. Intervenção social é intervir para o bem, da sociedade, das pessoas e da comunidade.”</p>
<p><b>6 – De que forma podem as entidades lucrativas contribuir para o desenvolvimento deste aspeto?</b> “O princípio da filantropia é retribuir à sociedade aquilo que a sociedade deu. Hoje em dia as empresas têm uma noção de responsabilidade social, uma noção de retribuição. Nos séculos XIX e XX, essa retribuição da sociedade chamava-se lucro, era basicamente para uma pessoa. Hoje em dia, com o alargamento da sociedade, com os pequenos e médios acionistas, as empresas, sociedades lucrativas, passaram a ter uma noção de responsabilidade social, ou seja, devolver à sociedade uma parte daquilo que dão.”</p>
<p><b>7 – O afastamento das grandes cidades influencia de forma negativa o aproveitamento cultural nas pequenas povoações? Até mesmo na sua divulgação perante a comunidade?</b> “Depende do que a sociedade em cada momento valoriza a cultura. Os hábitos culturais são hábitos não consolidados em Portugal. O papel das fundações com núcleos museológicos, são um papel fundamental na formação cultural dos jovens. As visitas de estudo são essenciais. Depois não existe nas políticas</p>

públicas o tal estímulo. Ainda que as fundações tenham serviços educativos para acolher essas visitas de estudo, visitas guiadas, não existe meios para lá chegar e os deslocamentos das manifestações culturais ao interior do país são dispendiosos.”

**8 – Considera que uma alteração à lei-quadro das fundações poderia modificar o impedimento relativo à natureza jurídica das empresas a estabelecer parceria, a auxiliar?**

“Existem sim outros problemas na lei, mas não é na lei-quadro, é em outra. A sua alteração nada adiantaria a esta questão. Se uma fundação no interior quiser levar a cabo uma grande iniciativa cultural, com o apoio da câmara, é difícil, e existem impedimentos legais, mas não decorrem da lei-quadro. Decorrem de outra legislação e aí reside o problema, assim como o pré-conceito relativamente às parcerias público-privadas.”

**9 – Conhece a Casa-Museu Oliveira Guimarães?**

“Não conheço, mas já ouvi falar. Conheço o projeto.”

Tabela Suplementar XVII – Guião da Entrevista colocada à Doutora Tânia Gaspar, representante da Animar, com as respetivas respostas.

Fonte: Entrevistas com respostas de natureza escrita e via zoom.

**1 – Qual a natureza jurídica da entidade que representa?**

“A Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local é uma associação privada sem fins lucrativos, reconhecida com utilidade pública.”

**2 – Na sua atividade de responsabilidade social apoia projetos na área cultural?**

“Considerando a missão da Animar – Valorizar, promover e reforçar o desenvolvimento local, a cidadania ativa, a igualdade e a coesão social na sociedade portuguesa, enquanto pilares de uma sociedade mais justa, equitativa, solidária e sustentável, quando nos são apresentadas propostas de iniciativas e/ou projetos na área cultural pelas nossas associadas, são apoiados.”

**3 – Considera que a cultura pode ser um fator de coesão social e territorial e que consequentemente contribui para o desenvolvimento deste último?**

“A cultura é, sem dúvida alguma, um dos maiores atores de coesão social e territorial e que contribui muito significativamente para o desenvolvimento socioeconómico dos territórios. Na nossa perspetiva, só é possível haver desenvolvimento se estiverem reunidas condições ambientais, económicas, culturais, sociais e políticas. A bem dizer o debate em torno do local tem sido ligeiramente retomado, ora pelas preocupações ambientais, ora pelos impactos das crises económicas ou até pela perda das identidades culturais e do património imaterial.”

**4 – No âmbito da sua atividade de responsabilidade social, financiam projetos promovidos por entidades lucrativas que atuam na área da cultura em prol do desenvolvimento social do território?**

“Desde que sejam atividades enquadradas em iniciativas promovidas pela Animar e/ou pelas suas associadas apoiamos. Muitas das vezes o desafio são os próprios financiamentos. Sendo nós uma entidade sem fins lucrativos, somos maioritariamente financiados por via de acordos e projetos desenvolvidos diretamente com serviços públicos ou ao abrigo do quadro comunitário, no âmbito dos quais as elegibilidades são, na maioria das vezes, condicionadas a este tipo de iniciativas e, neste caso, temos dificuldade em conseguir apoiar financeiramente. Como não dispomos de nenhum acordo no domínio da cultura, muitas vezes ficamos-nos pelo apoio à divulgação, que também é apoio.

No caso do apoio à VIII Feira da Cultura do Mundo Rural promovida pelo Teatro Experimental Flaviense (Chaves), ficámos apenas pelo apoio à divulgação precisamente por não ser elegível o pagamento de honorários a uma pessoa da área do artesanato para desenvolver uma oficina, por exemplo.”

**5 – Considera importante o papel do setor privado no desenvolvimento da cultura, complementarmente às políticas públicas?**

“Eu diria que a cultura, tal como a economia, como outros serviços, requer a cooperação entre todos os setores, para que se possa desenvolver. Se olharmos para um determinado território, e ainda que as premissas possam ser muito diferentes de local para local, é à autarquia que cabe a propriedade e a responsabilidade de gestão de parte considerável dos equipamentos culturais: as bibliotecas, museus municipais, os arquivos municipais, os pavilhões desportivos e recintos para artes performativas, como teatros, cineteatros e salas de concertos. Portanto, diria que é importante a existência de políticas culturais locais, adaptadas à realidade de cada contexto, que possibilitem o apoio à inovação e empreendedorismo na área da cultura. A cultura também é geradora de emprego. Vejamos no contexto atual, a quantidade de pessoas e empresas, do setor privado, que trabalham no setor criativo e cultural que têm sido particularmente atingidas pela pandemia.”

<p><b>6 – De que forma podem as entidades lucrativas contribuir para o desenvolvimento deste aspeto?</b>  “As entidades lucrativas, ou o setor privado, poderão ter uma outra relação com a cultura, se existirem precisamente políticas culturais locais. Em determinados países europeus, por exemplo, a cultura constitui uma importante fonte de rendimento, especialmente a nível de turismo. Assim, a capacidade para se autofinanciarem, deve ser mais generalizada entre os agentes culturais, a par de uma mais forte motivação junto do setor privado para financiar as atividades culturais.”</p>
<p><b>7 – O afastamento das grandes cidades influencia de forma negativa o aproveitamento cultural nas pequenas povoações? Até mesmo na sua divulgação perante a comunidade?</b>  “Esta é uma pergunta que exige uma resposta complexa. Trata-se de uma realidade muito distinta. Esta questão está sobretudo associada à existência, ou na maioria das vezes, ou à falta de uma visão estratégica do território. Quando existem lideranças locais, com esta visão, à qual associam uma estratégia de marketing territorial, criam marcas, serviços e conseguem até tirar partido deste afastamento das grandes cidades. Muitas vezes, o desafio coloca-se precisamente em demonstrar a quem ali vive que dispõe de uma condição, com recursos únicos e que pode tirar partido disso.”</p>
<p><b>8 – Considera que uma alteração à lei-quadro das fundações poderia modificar o impedimento relativo à natureza jurídica das empresas a estabelecer parceria, a auxiliar?</b>  “Sim, a alteração da lei-quadro das fundações, a lei do mecenato, a consignação de IRS, por exemplo, poderia ser outra forma. É mais fácil as pessoas e as empresas apoiarem algo que conhecem e percebem o impacto do seu apoio. Há naturalmente, sobretudo nos meios mais pequenos, falta de informação e sensibilização das empresas para este tipo de medidas e, quando existe, normalmente divulga-se o apoio à IPSS.”</p>
<p><b>9 – Conhece a Casa-Museu Oliveira Guimarães?</b>  “Infelizmente ainda não conheço presencialmente. Conheço apenas o que é possível conhecer pelas partilhas realizadas pela Dr.<sup>a</sup> Paula Guimarães.”</p>

Tabela Suplementar XVIII – Guião da Entrevista colocada à Doutora Raquel Sousa, representante da *dstgroup*, com as respetivas respostas.

Fonte: Entrevistas com respostas de natureza escrita e via zoom.

<p><b>1 – Qual a natureza jurídica da entidade que representa?</b>  “[rs] O <i>dstgroup</i> é um grupo que tem empresas em 6 áreas de negócio ligadas à engenharia &amp; construção, ambiente, energias renováveis, telecomunicações, real estate e ventures. As empresas que pertencem ao grupo são sociedades anónimas.”</p>
<p><b>2 – Na sua atividade de responsabilidade social apoia projetos na área cultural?</b>  “[rs] Sim. A cultura assume-se como uma opção estratégica que tem em vista um elevado desempenho económico. Aposta num programa de responsabilidade social que abrange áreas como a cultura, a educação, a saúde, a segurança, o ambiente e o conhecimento, tendo vindo a manter a tónica no mecenato.  No grupo <i>dst</i> prioriza as atividades culturais desde a sua fundação, elevando o seu posicionamento e diferenciando-se na forma de fazer negócios. Todos os anos, realiza inúmeras iniciativas e apoios: o grupo é o principal mecenas da Companhia de Teatro de Braga e da Feira do Livro; atribui há mais de 25 anos o Grande Prémio da Literatura <i>dst</i>; e em 2019 lançou o Prémio de Literatura <i>dstangola</i>/Camões em parceria com o Instituto Camões, destinado a autores angolanos.   Desenvolve continuamente a sua política de apoio aos livros e à leitura através da oferta de livros e edição de uma newsletter do grupo a partir do contributo interno. Promove a leitura através da oferta de obras para bibliotecas escolares e trabalhadores no dia do aniversário. Estimula, igualmente, a participação dos seus trabalhadores em ações de voluntariado, continuando a colaborar com a Habitat e com o Instituto Português do Sangue e da Transplantação.  No grupo leva a sua assinatura de marca "<i>building culture</i>" a sério, que se reflete no projeto "<i>zet gallery</i>", que pretende ajudar os artistas emergentes a obter o apropriado reconhecimento e pagamento pelo seu esforço e trabalho, permitindo-lhes a exposição das suas obras de arte a um nível global, através de uma plataforma online com galerias associadas.”</p>
<p><b>3 – Considera que a cultura pode ser um fator de coesão social e territorial e que consequentemente contribui para o desenvolvimento deste último?</b>  “[rs] Claramente a cultura é um fator de coesão social e territorial. A união das forças sociais e institucionais e a dinâmica das mesmas reflete seguramente o desenvolvimento tanto do território como das próprias pessoas e instituições. Criar condições para que pessoas, grupos e famílias desfrutem dos</p>

seus direitos, tenham acesso aos meios, participem socialmente, sejam protagonistas das suas próprias vidas e da sociedade onde se inserem.”
<b>4 – No âmbito da sua atividade de responsabilidade social, financiam projetos promovidos por entidades lucrativas que atuam na área da cultura em prol do desenvolvimento social do território?</b>
“[rs] Exemplo disso é o apoio que damos há mais de 35 anos à Companhia de Teatro de Braga e durante dez anos apoiamos as Comédias do Minho.”
<b>5 – Considera importante o papel do setor privado no desenvolvimento da cultura, complementarmente às políticas públicas?</b>
“[rs] Penso eu se o setor privado não apoiasse as pequenas associações e instituições, elas não existiriam, pois o estado não tem capacidade de apoio a todos.”
<b>6 – De que forma podem as entidades lucrativas contribuir para o desenvolvimento deste aspeto?</b>
“[rs] Não sei se fala nas instituições lucrativas se nas empresas que as apoiam. De qualquer modo ambos desenvolvem trabalho e no nosso caso é um contrato, um negócio, uma troca. Damos dinheiro em troca temos uma atuação, um evento, uma peça de teatro ou um musical, ou formação em teatro... ou outra.”
<b>7 – O afastamento das grandes cidades influencia de forma negativa o aproveitamento cultural nas pequenas povoações? Até mesmo na sua divulgação perante a comunidade?</b>
“[rs] Sim.”
<b>8 – Considera que uma alteração à lei-quadro das fundações poderia modificar o impedimento relativo à natureza jurídica das empresas a estabelecer parceria, a auxiliar?</b>
“[rs] Não consigo responder a esta questão, por não estar devidamente enquadrada.”
<b>9 – Conhece a Casa-Museu Oliveira Guimarães?</b>
“[rs] Não conheço.”

Tabela Suplementar XIX – Guião da Entrevista colocada ao Doutor Miguel Magalhães, representante da FCG, com as respetivas respostas.

Fonte: Entrevistas com respostas de natureza escrita e via zoom.

<b>1 – Qual a natureza jurídica da entidade que representa?</b>
“Privada sem fins lucrativos.”
<b>2 – Na sua atividade de responsabilidade social apoia projetos na área cultural?</b>
“Sim toda a nossa atividade pode ser descrita como uma manifestação de responsabilidade social. Somos uma fundação privada de utilidade pública e o nosso objetivo principal é contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e das famílias por intermédio de quatro áreas: as artes e a cultura, a educação, a ciência e a beneficência. Portanto, acabamos por cobrir um conjunto de áreas muito significativo, embora o nosso objetivo primeiro seja cumprir a nossa vocação de responsabilidade social. No meu caso, o meu trabalho é com as artes culturais.”
<b>3 – Considera que a cultura pode ser um fator de coesão social e territorial e que consequentemente contribui para o desenvolvimento deste último?</b>
“Sim, isso é a premissa principal do nosso trabalho, a área da responsabilidade social. A cultura é um fator social de coesão territorial, que contribui para a emancipação do indivíduo. Tudo isto está comprovado e sabemos que a cultura é um fator que contribui para o sentido de comunidade. A atividade cultural acaba por ser de fruição imediata, mas também instrumental no sentido em que serve esses propósitos coletivos, individuais. Nós acreditamos que a forma como desenvolvemos a nossa atividade cultural contribui para a coesão social.”
<b>4 – No âmbito da sua atividade de responsabilidade social, financiam projetos promovidos por entidades lucrativas que atuam na área da cultura em prol do desenvolvimento social do território?</b>
“Não. Podemos trabalhar com entidades lucrativas, mas não apoiamos por razões óbvias. As associações lucrativas têm outro enquadramento na sociedade. Trabalhamos regularmente com instituições com fins lucrativos sim, mas sem apoio. A nossa função passa essencialmente por apoiar instituições não lucrativas.”
<b>5 – Considera importante o papel do setor privado no desenvolvimento da cultura, complementarmente às políticas públicas?</b>
“Claro que sim, o mais possível. Nós temos todos que acreditar que fazemos parte do ecossistema cultura. Esse ecossistema tem atores do setor público, do setor privado, do terceiro setor, que somos nós, e todas as instituições entre o público e o privado. E será mais rico quanto mais atores tiver e mais diversos esses atores forem. Parece-me que uma sociedade saudável, sã, deve ser composta por atores do setor público, privado e do terceiro setor.”

<p><b>6 – De que forma podem as entidades lucrativas contribuir para o desenvolvimento deste aspeto?</b>  “Afirmando uma postura enquanto entidade de responsabilidade social, não acho que seja positivo ou negativo, é uma realidade. Existe um desequilíbrio na forma como a atividade cultura está distribuída no território nacional, tenho que constatar que sim. A ação do ministério da cultura evoca a necessidade de descentralizar a atividade cultura, fala-se muito em democratização cultural. Levar a cultura ao maior número de cidadãos e nós sabemos que no terreno isso não é bem assim. Sabemos que a cultura está muito concentrada nos principais centros urbanos. Este desequilíbrio existe e está ligado a um conjunto de fatores que têm a ver com a dinâmica das economias locais, demográficas. Portanto, há um conjunto de fatores. Dito isto, acho que as coisas têm vindo a ser corrigidas.”</p>
<p><b>7 – O afastamento das grandes cidades influencia de forma negativa o aproveitamento cultural nas pequenas povoações? Até mesmo na sua divulgação perante a comunidade?</b>  “Há 25 anos a cultura era Porto, Lisboa e pouco mais. Hoje em dia os autarcas, as câmaras, perceberam que a cultura é um fator de coesão social, territorial, de retenção de jovens, de quadros, de captação de famílias. Portanto isso já começa a acontecer em muitos sítios. Os FEEI nos últimos 25 anos permitiram a recuperação de teatros, de auditórios, no entanto eles continuam vazios. Muito antes da pandemia. Mas já existem equipas locais, julgo que as coisas têm vindo a melhorar, ainda assim acontecem devagar. Apesar das dificuldades, o teletrabalho também veio mostrar que é possível ter carreiras fora dos grandes centros urbanos. Alguns desequilíbrios territoriais vão ser corrigidos em virtude disto.”</p>
<p><b>8 – Considera que uma alteração à lei-quadro das fundações poderia modificar o impedimento relativo à natureza jurídica das empresas a estabelecer parceria, a auxiliar?</b>  “Não.”</p>
<p><b>9 – Conhece a Casa-Museu Oliveira Guimarães?</b>  “Não. Conheço agora, de ouvir falar, através da Mariana.”</p>

Tabela Suplementar XX – Guião da Entrevista colocada à Doutora Margarida Couto, representante da FVVA.

Fonte: Entrevistas com respostas de natureza escrita e via zoom.

<p><b>1 – Qual a natureza jurídica da entidade que representa?</b>  “A Fundação Vasco Vieira de Almeida é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos.”</p>
<p><b>2 – Na sua atividade de responsabilidade social apoia projetos na área cultural?</b>  “Sim. A Fundação Vasco Vieira de Almeida tem como fim principal a promoção da educação para a cidadania e a afirmação do papel essencial da educação e do conhecimento na promoção dos direitos humanos e do Estado de Direito, sendo a “Cultura” um dos Eixos Estratégicos da Fundação.  A promoção da cultura, nas suas diversas expressões, em especial a musical, artística e literária, bem como a valorização da diversidade cultural e a consciencialização da importância do respeito pela multiculturalidade, são preocupações centrais à atividade da Fundação.  Exemplo disso são: <b>Conservatório D’Artes de Loures (CAL)</b> – funciona diariamente como um centro de apoio à comunidade, promovendo a redução das desigualdades e a dignidade de todos com quem colabora. Utiliza a música como veículo de inclusão social, o CAL aposta no desenvolvimento pessoal e humano dos jovens; <b>SPEAK</b> - tem o objetivo de resolver o problema de exclusão sociocultural e de integrar imigrantes nas cidades onde vivem; <b>Manicómio</b> – é uma marca de inovação social que, através da produção de materiais artísticos (sobretudo de artes plásticas) levados a cabo por pessoas com problemas ao nível da saúde mental, quer contribuir para desmistificar o estigma associado à doença mental, incentivar a empregabilidade dos doentes e promover a sua inclusão social; <b>Pousio – Arte e Cultura</b> – é uma associação que liga produtores culturais nacionais - artistas, curadores, museólogos e investigadores - a comunidades social ou culturalmente isoladas no país; <b>AgarrArte</b> (iniciativa interna da VdA) – este projeto tem como objetivo promover o acesso a diferentes formas de expressão artística a crianças e jovens em situação socioeconómica desfavorável, através do contacto com obras e manifestações artísticas e culturais.”</p>
<p><b>3 – Considera que a cultura pode ser um fator de coesão social e territorial e que consequentemente contribui para o desenvolvimento deste último?</b>  “Sim, os exemplos são inúmeros, desde teatros locais a festivais de música. A cultura tem a capacidade de reunir pessoas de diferentes idades, estratos sociais, raças, crenças e religiões. A cultura é aquilo que usamos para nos descrever enquanto uma família, um grupo profissional, um bairro ou uma nação - são as características que definimos como ‘nossas’ e ‘deles’. Esse é o poder da cultura. Como escreve o Papa Francisco (2013): “Um país cresce quando dialogam de modo construtivo as suas diversas riquezas culturais: a cultura popular, a cultura universitária, a cultura juvenil, a cultura artística e a cultura tecnológica, a cultura económica e a cultura da família, e a cultura dos meios de comunicação.””</p>

<p><b>4 – No âmbito da sua atividade de responsabilidade social, financiam projetos promovidos por entidades lucrativas que atuam na área da cultura em prol do desenvolvimento social do território?</b></p> <p>“Sim, como Orquestra da Câmara Portuguesa (OCP) – A OCP tem como missão tornar a arte e a música indispensáveis na sociedade, através da cultura do conhecimento, da excelência e do empenho da sua prática, e servir de plataforma de lançamento para novos talentos nacionais e apostar na energia e imaginação associadas a cada concerto, e Músicos do Tejo, projeto musical no campo da música antiga. Já produziram três óperas, editaram dois discos, apresentaram-se em inúmeros concertos em Portugal e no estrangeiro, e foram objeto de diversos apoios institucionais.”</p>
<p><b>5 – Considera importante o papel do setor privado no desenvolvimento da cultura, complementarmente às políticas públicas?</b></p> <p>“Sim.”</p>
<p><b>6 – De que forma podem as entidades lucrativas contribuir para o desenvolvimento deste aspeto?</b></p> <p>“Promovendo, financiando e divulgando iniciativas e medidas práticas e dando o exemplo a outras empresas. Incentivando sinergias entre associações e empresas a fim de alavancar os projetos e, conseqüentemente, permitir que abranjam a um maior número de pessoas. Na Fundação VVA procuramos potenciar o desenvolvimento de sinergias entre os diferentes parceiros através da divulgação das suas atividades / negócios sociais / oportunidades de voluntariado e de colaboração. Tipicamente, quando se verifica a necessidade de atribuir um Prémio ou um reconhecimento a uma pessoa e/ou grupo de pessoas, consideramos como critério preferencial de escolha desse prémio, o facto de ser um produto ou obra de arte proveniente de uma Organização Social, Cultural ou Ambiental apoiada pela Fundação.”</p>
<p><b>7 – O afastamento das grandes cidades influencia de forma negativa o aproveitamento cultural nas pequenas povoações? Até mesmo na sua divulgação perante a comunidade?</b></p> <p>“Sim. Nas pequenas povoações o acesso a propostas culturais é menor, quando comparado com a oferta cultural que existe nas grandes cidades. Quem vive em pequenas povoações e quer ter uma maior participação e envolvimento nas oportunidades culturais que acontecem (maioritariamente) em grandes cidades, tem necessariamente que considerar um custo de deslocação superior, uma disponibilidade de tempo maior (tempo de deslocação, trânsito, etc.) e, muitas vezes, estas condições influenciam negativamente a motivação para uma deslocação ao cinema, teatro, concerto, exposição, ou outras oportunidades de expressão artística.”</p>
<p><b>8 – Considera que uma alteração à lei-quadro das fundações poderia modificar o impedimento relativo à natureza jurídica das empresas a estabelecer parceria, a auxiliar?</b></p> <p>“Acredito que a lei-quadro das fundações necessita de ser alterada por diversos motivos, mas não me parece que dessa alteração possa ter impacto na questão colocada.”</p>
<p><b>9 – Conhece a Casa-Museu Oliveira Guimarães?</b></p> <p>“Sim.”</p>

Tabela Suplementar XXI – Guião da Entrevista colocada à Doutora Margarida Couto, presidente do GRACE com as respetivas respostas.

Fonte: Entrevistas com respostas de natureza escrita e via zoom.

<p><b>1 – Qual a natureza jurídica da entidade que representa?</b></p> <p>“O GRACE – Empresas Responsáveis (doravante GRACE) é uma Associação Empresarial com o estatuto de utilidade pública, sem fins lucrativos, que atua nas áreas da Responsabilidade Social e Sustentabilidade. Fundada em 2000, conta hoje com mais de 180 empresas associadas, das mais variadas dimensões e setores de atividade.”</p>
<p><b>2 – Na sua atividade de responsabilidade social apoia projetos na área cultural?</b></p> <p>“Sendo o GRACE uma associação empresarial sem fins lucrativos não apoiamos/financiamos diretamente projetos, porém divulgamos juntos dos nossos Associados e demais <i>stakeholders</i> projetos de economia social ligados à cultura, relevantes no âmbito da atuação do GRACE.”</p>
<p><b>3 – Considera que a cultura pode ser um fator de coesão social e territorial e que conseqüentemente contribui para o desenvolvimento deste último?</b></p> <p>“A História tem comprovado que a cultura constitui uma poderosa alavanca de desenvolvimento social e tem o poder de derrubar as barreiras da ignorância, do preconceito e do desconhecimento. Comunidades melhor informadas tornam-se melhor decisoras, mais inclusivas, integradoras e respeitadoras de direitos humanos e direitos fundamentais de democracia e cidadania. Sendo a cultura a maior manifestação de um povo e dos seus costumes, a transmissão desses valores entre gerações contribui também para o fortalecimento da união das comunidades e dos seus cidadãos. Na última</p>

década, a cultura foi também fator de desenvolvimento territorial, impulsionada pelo turismo, permitindo a “descoberta” de localidades mais afastadas dos centros urbanos.”
<b>4 – No âmbito da sua atividade de responsabilidade social, financiam projetos promovidos por entidades lucrativas que atuam na área da cultura em prol do desenvolvimento social do território?</b> “Sendo o GRACE uma associação sem fins lucrativos não financiamos projetos.”
<b>5 – Considera importante o papel do setor privado no desenvolvimento da cultura, complementarmente às políticas públicas?</b> “Nos últimos anos, o setor privado tem vindo a assumir um lugar relevante no desenvolvimento das comunidades. As iniciativas de mecenato sempre existiram, mas as empresas perceberam as vantagens do estabelecimento de parcerias duradouras com organizações, adaptando as suas estratégias de apoio às comunidades de forma mais concertada e com conseqüente maior impacto. Também diretrizes e tendências internacionais, nomeadamente relacionadas com as grandes empresas, influenciaram a forma como o tecido empresarial olha e se relaciona com as várias áreas da responsabilidade social, entre elas o pilar cultural. Atualmente, e não obstante o papel do Estado, o reporte de informação não-financeira, critérios ESG, a Agenda 2030 das Nações Unidas com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, conferem às empresas a obrigatoriedade de reverem o seu propósito e a sua estratégia, de forma a cimentarem a sua atuação (e a sua existência) em pilares de sustentabilidade responsável, incluindo no domínio da cultura.”
<b>6 – De que forma podem as entidades lucrativas contribuir para o desenvolvimento deste aspeto?</b> “Com uma estratégia bem alinhada com os princípios da sustentabilidade e do desenvolvimento das comunidades onde operam, as empresas podem assumir um papel cada vez mais relevante no desenvolvimento da cultura. São vários os bons exemplos de empresas que já o fazem, como o Associado <i>Super Bock Group</i> com a iniciativa de apoio à Arte Urbana, sendo também mecenas da Fundação de Serralves e Casa da Música; ou as 14 Sociedades de Advogados (9 das quais Associadas do GRACE) que promovem o <i>Rock'n'Law</i> uma iniciativa que, através da música, visa angariar fundos para apoiar projetos sociais; o Associado EDP, que através da sua Fundação, instituiu um Prémio Novos Artistas e o Associado CGD que, através da Culturgest, promove projetos acessíveis na área da música, artes, letras, cinema e documentário, jornalismo e fotografia.”
<b>7 – O afastamento das grandes cidades influencia de forma negativa o aproveitamento cultural nas pequenas povoações? Até mesmo na sua divulgação perante a comunidade?</b> “As disparidades entre as realidades das grandes cidades e das pequenas povoações são conhecidas, com as suas vantagens e inconvenientes. Contudo, os esforços que têm sido levados a cabo, tanto por entidades estatais como pelo setor privado, para diminuir esse “fosso” são evidentes, nomeadamente pela melhoria nas acessibilidades e infraestruturas. O crescimento do setor do Turismo e a deslocalização de empresas dos grandes centros urbanos para as periferias permitiram aumentar a visibilidade de vilas e aldeias, colocando-as no mapa e contribuindo para o seu desenvolvimento, não só económico, mas também social e cultural. É claro que a divulgação perante a comunidade continua a desempenhar um importante fator e os canais digitais têm contribuído positivamente nesse sentido. Contudo, é fundamental continuar a apostar na inovação para impulsionar a visibilidade do rico património cultural, histórico e ambiental das pequenas povoações.”
<b>8 – Considera que uma alteração à lei-quadro das fundações poderia modificar o impedimento relativo à natureza jurídica das empresas a estabelecer parceria, a auxiliar?</b> [não aplicável]
<b>9 – Conheça a Casa-Museu Oliveira Guimarães?</b> “Conhecemos sim. A convite da Dra. Paula Guimarães, Associada Honorária do GRACE, tivemos o privilégio de visitar a Casa-Museu Oliveira Guimarães, onde, numa visita guiada muito especial, ficámos a conhecer não só o importante espólio da Família como também a sua importância para o Espinhal e região envolvente.”

Tabela Suplementar XXII – Guião da Entrevista proposta ao Doutor Rui Pedroto, representante da FMAM, com as respetivas respostas.

Fonte: Entrevistas com respostas de natureza escrita e via zoom.

<b>1 – Qual a natureza jurídica da entidade que representa?</b> “Pessoa Coletiva de Direito Privado sem fins lucrativos.”
<b>2 – Na sua atividade de responsabilidade social apoia projetos na área cultural?</b>

<p>“Sim, apoia. Manutenção de um Coro Sênior; Programa “Cultura Viva” – Ciclo anual de concertos de música clássica; Patrocínio a eventos culturais (ex: Cultura em Expansão da Câmara Municipal do Porto, Concurso Internacional de Santa Cecília); Exposições na sua sala de exposições.”</p>
<p><b>3 – Considera que a cultura pode ser um fator de coesão social e territorial e que consequentemente contribui para o desenvolvimento deste último?</b></p> <p>“Sem dúvida. A par do desenvolvimento social e da educação a valorização da cultura e a promoção do acesso aos bens culturais são para a Fundação um importante objetivo, procurando apoiar instituições e iniciativas que promovam uma maior aproximação entre os cidadãos e a cultura, divulgando e apoiando o trabalho de jovens artistas e protagonizando projetos próprios que enriqueçam o panorama cultural nacional, num quadro de transversalidade com os demais objetivos estratégicos da Fundação, em que o desenvolvimento social, a educação, a formação e a cultura se mostram interligados e interdependentes.”</p>
<p><b>4 – No âmbito da sua atividade de responsabilidade social, financiam projetos promovidos por entidades lucrativas que atuam na área da cultura em prol do desenvolvimento social do território?</b></p> <p>“Não, só apoiamos projetos de entidades sem fins lucrativos.”</p>
<p><b>5 – Considera importante o papel do setor privado no desenvolvimento da cultura, complementarmente às políticas públicas?</b></p> <p>“Indiscutivelmente. Tradicionalmente, a componente do orçamento público mobilizada no apoio à cultura, fica aquém das necessidades e aspirações dos agentes culturais, sendo por isso da maior importância o mecenato cultural protagonizado por particulares, fundações e empresas.”</p>
<p><b>6 – De que forma podem as entidades lucrativas contribuir para o desenvolvimento deste aspeto?</b></p> <p>“As entidades com fins lucrativos são agentes culturais como os demais, devendo sobretudo desenvolver projetos de qualidade e que vão ao encontro dos vários públicos, fomentando ainda a diversificação e democratização da oferta cultural.”</p>
<p><b>7 – O afastamento das grandes cidades influencia de forma negativa o aproveitamento cultural nas pequenas povoações? Até mesmo na sua divulgação perante a comunidade?</b></p> <p>“Julgamos que sim. A interioridade tem os seus custos. Discriminar positivamente o financiamento no acesso à cultura por parte dos poderes públicos; criar incentivos de natureza fiscal aos agentes que apoiem a cultura no interior.”</p>
<p><b>8 – Considera que uma alteração à lei-quadro das fundações poderia modificar o impedimento relativo à natureza jurídica das empresas a estabelecer parceria, a auxiliar?</b></p> <p>“Não creio. O atual quadro normativo não é impeditivo.”</p>
<p><b>9 – Conhece a Casa-Museu Oliveira Guimarães?</b></p> <p>“Sim, mas apenas de nome (nunca visitei), mas tenho pelo projeto o maior apreço.”</p>

Tabela Suplementar XXIII – Guião da Entrevista proposta à Doutora Madalena Correia, representante da FAR.  
Fonte: Entrevistas com respostas de natureza escrita e via zoom.

<p><b>1 – Qual a natureza jurídica da Fundação Amália Rodrigues?</b></p> <p>“Pessoa coletiva de direito privado e tipo fundacional sem fins lucrativos, de solidariedade social e de utilidade pública geral, conforme a vontade da sua instituidora.”</p>
<p><b>2 – Quais as fontes de financiamento que apoiam a Fundação?</b></p> <p>“Financiada pelas receitas decorrentes das visitas à Casa-Museu, por rendimentos dos imóveis que possui e por parcerias que estabeleça com as mais variadas entidades, não recebendo qualquer apoio público (Governo/Estado).”</p>
<p><b>3 – Qual a estrutura da equipa, que posições ocupam e como funciona a dinâmica da Fundação?</b></p> <p>“A equipa é, de momento, composta por 8 colaboradores (7 afetos à Casa-Museu, 1 à Herdade do Brejão).</p> <p>No que diz respeito aos colaboradores da Casa-Museu, dividem-se da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 Secretária-Geral – gere o dia-a-dia da Casa-Museu;</li> <li>• 1 responsável pela área de Contabilidade;</li> <li>• 2 guias da Casa-Museu – são responsáveis pelas visitas à Casa-Museu em 3 línguas distintas (português, francês e inglês);</li> <li>• 2 investigadoras – são responsáveis pelo acervo da Casa-Museu (inventariação, digitalização, arquivo) e pela preparação de conteúdos (documentais, iconográficos) para várias iniciativas (exposições, projetos editoriais, site, etc);</li> <li>• 1 responsável pela Comunicação e Marketing da Fundação.</li> </ul>

A Fundação Amália Rodrigues tem um Conselho de Administração composto pelo Presidente e 4 Administradores. Em termos de Órgãos Sociais, conta-se ainda com o Conselho Geral da Fundação (14 membros) e com o Fiscal Único. Todos os Órgãos Sociais da Fundação Amália Rodrigues exercem o seu cargo em regime *pro bono*.”

**4 – Qual a sua opinião acerca do apoio público às iniciativas privadas culturais?**

“Na opinião da Fundação Amália Rodrigues, para a sustentabilidade de organismos como o nosso é fundamental ter apoio público. Prestamos um serviço muito importante a Portugal e à população portuguesa. Amália Rodrigues foi e é uma embaixadora de Portugal. Um dos nossos maiores compromissos é o de “dar cultura” a miúdos e graúdos, quer através das visitas à Casa-Museu, quer através de exposições e outros eventos, de comunicação nas redes sociais e site, etc. Além disso, somos um equipamento cultural da cidade de Lisboa. A Casa-Museu está localizada na rua de S. Bento, num edifício pré-pombalino datado de 1693, e a sua reestruturação e manutenção representam valores incomportáveis e impossíveis de ser assegurados pela Fundação sem qualquer apoio público.”

**5 – Tem interesse em desenhar uma parceria com a Casa Oliveira Guimarães?**

“Esta questão tem de ser decidida em reunião de Conselho de Administração, o que esperamos que venha a acontecer em breve.”

Tabela Suplementar XXIV – História pessoal da CM Doutor Anastácio Gonçalves.

Fonte: Site oficial da CM Anastácio Gonçalves (CMAG, 2021).

<b>Casa-Museu Doutor Anastácio Gonçalves</b>
<p>Espaço museológico, situado junto ao Saldanha, no coração da cidade de Lisboa, onde se encontra exposto o acervo reunido pelo médico colecionador António Anastácio Gonçalves. São cerca de 3.000, as obras de arte que compõe o conjunto, o qual está dividido em três grandes núcleos: pintura portuguesa dos séculos XIX e XX, porcelana chinesa e mobiliário português e estrangeiro. Os núcleos de ourivesaria civil e sacra, pintura europeia, escultura portuguesa, cerâmica europeia e têxteis integram também os pertences da Casa. O espólio documental e um conjunto de desenhos, aguarelas e pequenos artefactos pertencentes ao espólio do pintor Silva Porto encerram o espaço.</p> <p>Segundo a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), a atual Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves é um projeto do arquiteto Norte Júnior datado do mês de maio de 1904, e foi construída pelo pintor José Malhoa, a fim de ser a sua casa de habitação e atelier de trabalho, tendo sido, no ano seguinte, distinguido com o Prémio Valmor. A primeira casa-de-artista da capital, Prémio Valmor em 1905 integrava-se urbanisticamente no Plano da cidade de Lisboa. A “Casa-Malhoa” foi adquirida em 1932 pelo Dr. Anastácio Gonçalves (1889-1965), que ali viveu e organizou a sua coleção até ao ano da sua morte. Em 1969, por vontade expressa do colecionador, o edifício é legado ao Estado Português para aí se criar um Museu que abre ao público em 1980. Em 1996, com projeto dos arquitetos Frederico e Pedro George, foram realizadas obras de ampliação e beneficiação, anexando-se ao edifício original uma moradia contígua também assinada por Norte Júnior. O novo espaço proporcionou o alargamento da área de acolhimento do visitante com loja, cafetaria e zona para exposições temporárias. A Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves reabriu em dezembro de 1997 a atual configuração.</p>

Tabela Suplementar XXV – História pessoal da CM Medeiros e Almeida.

Fonte: Site oficial da Casa-Museu Medeiros e Almeida (CMMA, 2021).

<b>Casa-Museu Medeiros e Almeida</b>
<p>Conta a história que o edifício que alberga a Casa-Museu Medeiros e Almeida foi construído em 1896 a mando de um advogado lisboeta de seu nome Augusto Vítor dos Santos. A obra ficou a cargo do construtor Manuel Correia Júnior. O edifício permanece na família até 1921, ano em que é vendido a Eduardo Guedes de Sousa. Como “conta” Carlos Rebelo de Andrade, passados dois anos, o proprietário manda acrescentar os dois últimos andares de mansarda. Em 1927, a moradia é vendida ao Estado do Vaticano, para aí se instalar a Nunciatura Apostólica, representada à época por Monsenhor Pedro Ciriaci, Arcebispo de Tarso. Chegado o ano de 1943, ano em que a moradia é adquirida por António Medeiros e Almeida, após obras de remodelação, transforma-a na sua habitação, mudando-se efetivamente em 1946. No início da década de setenta, ao decidir deixar uma Casa-museu ao seu país, Medeiros e Almeida</p>

amplia a casa construindo uma ala nova sobre o jardim, de modo a poder albergar toda a sua coleção de artes decorativas. O casal muda-se então para uma casa ao lado (Rua Rosa Araújo, 37-39), que, entretanto, adquire e onde habita até os seus últimos suspiros.

Tabela Suplementar XXVI – História pessoal da CM Amália Rodrigues.

Fonte: Site oficial da Casa-Museu Amália Rodrigues (CMAR, 2021).

#### **Casa-Museu Amália Rodrigues**

A fadista Amália Rodrigues, voz de Portugal, viveu 44 anos. A Casa de Amália, que viria a tornar-se Museu em seu nome, foi inaugurada a 24 de julho de 2001, cumprindo aquele que era um dos seus desejos: abrir a sua casa ao público partilhando com este o seu lado mais pessoal e íntimo. Uma visita à Casa de Amália é uma verdadeira viagem à sua vida, ao seu dia-a-dia, pois é possível ver-se os seus vestidos e joias de palco, os balandras que usava na sua rotina diária caseira, entre outros objetos pessoais, os seus prémios e honras, as suas memórias. Cada peça exibida, desde o xaile negro às guitarras sobre o piano, materializa a sua presença e conta a História da canção lisboeta, definidora do espírito português e da própria História de um povo. A Casa-Museu Amália Rodrigues acolhe semanalmente sessões de Fado que enaltecem a elegância e o espírito da sua Fundadora.

Tabela Suplementar XXVII – História pessoal da Casa dos Patudos.

Fonte: Site oficial da Casa dos Patudos (CP, 2021).

#### **Casa dos Patudos**

A Casa dos Patudos foi residência de José Mascarenhas Relvas, nascido a 5 de março de 1858, na Golegã, numa família de proprietários rurais. Acerca da sua formação é possível afirmar que frequentou a Universidade de Coimbra entre 1875 e 1877, no entanto foi em Lisboa que veio a concluir o Curso Superior de letras em 1880, com uma tese sobre direito feudal. A 5 de fevereiro de 1882, casou com Eugénia Antónia de Loureiro da Silva Mendes. O casal teve três filhos. Político, diplomata, estadista, lavrador, colecionador de arte e músico amador, José Relvas, proclamou a República a 5 de outubro de 1910. Ocupou-se da gestão das propriedades da família a partir de 1882, tinha 23 anos. O nome Quinta dos Patudos deve-se ao facto de existirem naquela zona muitos patos! Foi Ministro das Finanças no Governo Provisório da República entre 1910 e 1911, tendo sido ele que instaurou o escudo em Portugal. Foi embaixador de Portugal em Madrid e ainda política, destacou-se como chefe de Governo e Ministro do Interior (1919).

Tabela Suplementar XXVIII – História da CM Bissaya Barreto.

Fonte: Site oficial da Casa-Museu Bissaya Barreto (CMBB, 2021).

#### **Casa-Museu Bissaya Barreto**

Esta que é hoje uma Casa-Museu, foi durante quase 50 anos a residência particular de Fernando Bissaya Barreto (1886-1974) eminente catedrático de Medicina da Universidade de Coimbra, médico cirurgião, humanista e filantropo, referência maior da história da assistência e medicina social em Portugal.

Está aberta ao público desde 1986, a visita a esta Casa-Museu proporciona uma aproximação aos espaços de intimidade e recolhimento de Fernando Bissaya Barreto. O edifício e as suas particularidades arquitetónicas, o jardim e a sua estética decorativa e ornamental, o recheio mobiliário e as coleções de arte, revelam a importância que os valores da Beleza da Ordem, da Perfeição e da Estética representaram na vida de Bissaya Barreto. Grandezas de importância que não reclamou apenas ao seu bem-estar pessoal mas que impôs à construção e ornamentação dos inúmeros estabelecimentos assistenciais, por sua ação edificadas, na região centro do país.

Numa aproximação ao núcleo habitacional e ao espaço doméstico, é possível imaginar a vivência do patrono unindo materialidade e imaginário à medida que se reconstrói um determinado tempo social. É

nesta fase que se anseia resgatar a memória da Casa e, através dos seus testemunhos, cruzar referências entre o homem e o público e o homem privado que a habitou, entre o indivíduo e o seu tempo. Projetada pelo arquiteto Fiel Viterbo, a construção desta ampla residência foi iniciada em 1923 e concluída em 1925. Construída em dois pisos, num estilo eclético com acentuadas sugestões do barroco joanino português. O conjunto da casa e jardim reflete o gosto e a sensibilidade artística do proprietário, expressivamente marcados pelos trabalhos artísticos que a embelezam e adornam, por si encomendados às oficinas de reputados artífices e artistas da região.

## **Protocolo da Entrevista colocada a cada uma das entidades representantes de cada uma das instituições em estudo**

Boa tarde, o meu nome é Mariana Filipa da Costa Solheiro e quero desde já agradecer a oportunidade de contacto.

A entrevista em curso insere-se no programa de estágio curricular que me encontro a desenvolver na Casa Família Oliveira Guimarães ao abrigo do Mestrado em Administração Público-Privada da Faculdade Direito da Universidade de Coimbra.

A Doutora Paula Guimarães, jurista de profissão, é proprietária da Casa Família Oliveira Guimarães. Solar do século XVIII situado na freguesia do Espinhal, concelho de Penela e berço do escritor Luís de Oliveira Guimarães, fundador da Sociedade Portuguesa de Autores. O projeto, que mereceu o financiamento do programa Valorizar do Turismo Portugal, está numa fase de consolidação e, nesse sentido, seria um enorme gosto conhecer de forma pessoal o projeto da Casa-Museu Amália Rodrigues (incluída na Fundação Amália Rodrigues), para assim poder aprender com a vossa experiência e estudar formas de entendimento e eventual parceria, e dar a conhecer o projeto da Casa Família Oliveira Guimarães.

### **Guião da Entrevista**

1 – Qual a natureza jurídica da entidade que representa?

2 – Na sua atividade de responsabilidade social apoia projetos na área cultural?

2.1 – Em caso afirmativo pode dar exemplos de projetos ou medidas?

3 – Considera que a cultura pode ser um fator de coesão social e territorial e que consequentemente contribui para o desenvolvimento deste último?

4 – No âmbito da sua atividade de responsabilidade social, financiam projetos promovidos por entidades lucrativas que atuam na área da cultura em prol do desenvolvimento social do território?

5 – Considera importante o papel do setor privado no desenvolvimento da cultura, complementarmente às políticas públicas?

6 – De que forma podem as entidades lucrativas contribuir para o desenvolvimento deste aspeto?

7 – O afastamento das grandes cidades influencia de forma negativa o aproveitamento cultural nas pequenas povoações? Até mesmo na sua divulgação perante a comunidade?

8 – Considera que uma alteração à lei-quadro das fundações poderia modificar o impedimento relativo à natureza jurídica das empresas a estabelecer parceria, a auxiliar?

9 – Conhece a Casa-Museu Oliveira Guimarães?

## **Protocolo da Entrevista colocada à responsável pela Comunicação e Marketing da Fundação Amália Rodrigues**

Boa tarde, o meu nome é Mariana Filipa da Costa Solheiro e quero desde já agradecer à responsável pela Comunicação e Marketing da Fundação Amália Rodrigues, Madalena Correia, por esta oportunidade.

A entrevista em curso insere-se no programa de estágio curricular que me encontro a desenvolver na Casa Família Oliveira Guimarães ao abrigo do Mestrado em Administração Público-Privada da Faculdade Direito da Universidade de Coimbra.

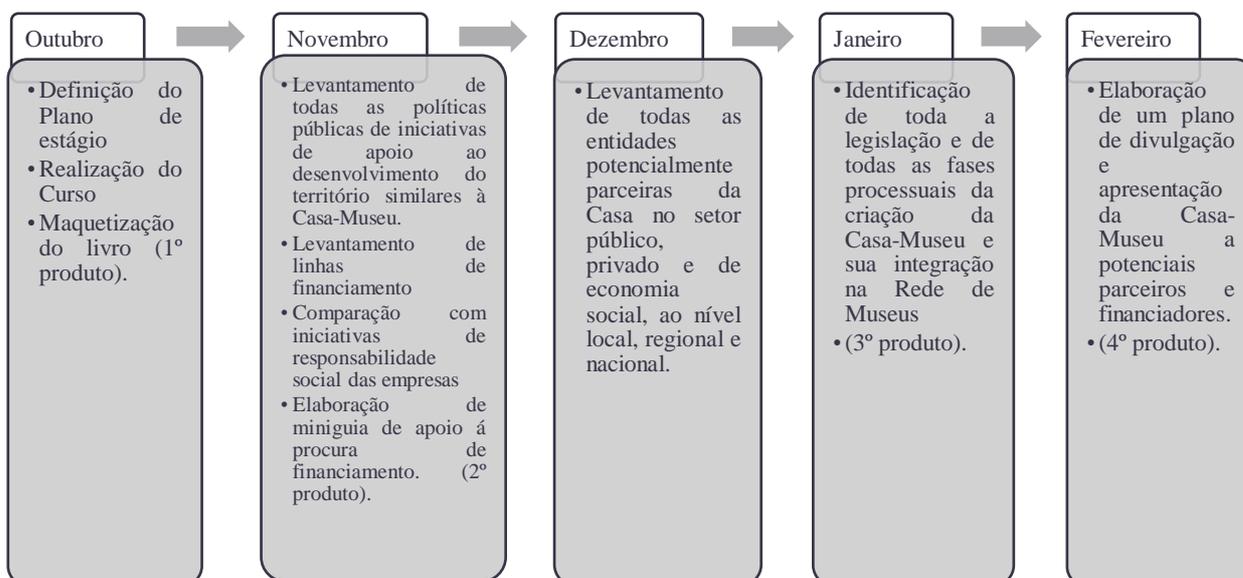
A Doutora Paula Guimarães, jurista de profissão, é proprietária da Casa Família Oliveira Guimarães. Solar do século XVIII situado na freguesia do Espinhal, concelho de Penela e berço do escritor Luís de Oliveira Guimarães, fundador da Sociedade Portuguesa de Autores. O projeto, que mereceu o financiamento do programa Valorizar do Turismo Portugal, está numa fase de consolidação e, nesse sentido, seria um enorme gosto conhecer de forma pessoal o projeto da Casa-Museu Amália Rodrigues (incluída na Fundação Amália Rodrigues), para assim poder aprender com a vossa experiência e estudar formas de entendimento e eventual parceria, e dar a conhecer o projeto da Casa Família Oliveira Guimarães.

### **Guião da Entrevista**

- 1 – Qual a natureza jurídica da Casa Amália Rodrigues?
- 2 – Quais as fontes de financiamento que apoiam a Casa?
- 3 – Qual a estrutura da equipa, que posições ocupam e como funciona a dinâmica da Casa?
- 4 – Qual a sua opinião a cerca do apoio público às iniciativas privadas culturais?

5 – Tem interesse em desenhar uma parceria com a Casa Oliveira Guimarães?

## Proposta de Cronograma de Estágio



## Segunda Fase do Estágio – Mês de Novembro

